# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**CLARISSE TORRENS BORGES DALL'ACQUA** 

Planejamento Territorial do Desenvolvimento: Ação Técnica e Ação Política

Uma prática piloto na região de Barreiras

## **CLARISSE TORRENS BORGES DALL'ACQUA**

Planejamento Territorial do Desenvolvimento: Ação Técnica e Ação Política
Uma prática piloto na região de Barreiras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas

São Paulo, Julho de 2007

i

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Clarisse Torrens Borges Dall'Acqua

Planejamento territorial do desenvolvimento: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras.

Tese a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor

Aprovado em:

## **Banca Examinadora**

Prof. Dr	
Instituição:	
Prof. Dr	
Instituição:	
Prof. Dr	
Instituição:	
Prof. Dr	
Instituição:	
Prof. Dr.	
Instituição:	Assinatura:

Para os meus dois amores, Renato e Rodrigo, dedico este trabalho.

E para os meus sempre queridos pais.

### **AGRADECIMENTOS**

Meus agradecimentos a inúmeras pessoas e instituições, que de forma decisiva contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas pela orientação e abertura de caminhos novos para a minha trajetória profissional.

Meu apreço em especial aos professores do Departamento de Geografia que sempre me estimularam e me entusiasmaram na tarefa do fazer científico: ao saudoso Prof. Dr. Milton Santos, Profa. Dra. Mónica Arroyo, Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza e Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino da Silva.

Aos colegas com os quais convivi e a todos da equipe da Secretaria de Pós-Graduação da Geografia Humana, Ana, Jurema, Maria Aparecida e Rosângela, pela atenção e eficiente atendimento dispensado às minhas demandas.

Um agradecimento especial à minha amiga Tsylla Balbino, que me acolheu em Barreiras, tornando possível a realização dos trabalhos de campo, tão necessários à elaboração da presente tese.

A toda a equipe da Rádio Barreiras, minha gratidão por todos os favores prestados, em especial a Adail, Balthazar, Paulo, Fernando, Olívia, Ângela e Laerte.

Aos profissionais do SEBRAE Nacional, Evandro Nascimento, Bruno Quick, Sandro Salvatore e Nair de Andrade, do SEBRAE Estadual e regional, Edival Passos, Hilcéia Patriarca e Emerson Cardoso, pela acolhida na região de Barreiras, apresentando-me às diversas instituições locais.

Ao corpo técnico da Superintendência de Planejamento Estratégico da SEPLAN/BA, pela atuação parceira nas visitas de campo e nas ações de mobilização de agentes locais, agradeço a amizade de Júlia Trancoso, Cristina Coelho, Agustín Trigo e Fausto Azevedo.

Aos agentes e instituições locais, líderes da região, que contribuíram para o reconhecimento da organização social local, através da realização de entrevistas e

debates coletivos, com destaque para Gill Arêas, Jener Pitombo, Paulo Baqueiro, Cássio, José Maria e Johnson.

Aos meus amigos e colegas Edson, Fernando e Mônica, que me auxiliaram na coleta de dados, mapeamentos e montagem de material de apoio para a realização desta pesquisa e divulgação de seus resultados.

Às minhas queridas amigas, verdadeiras irmãs, Eveline, Márcia e Virgínia, pela presença constante na minha vida, pelas alegrias compartilhadas e pelo carinho dedicado.

Quero ser árvore

Enraizar no solo, mesmo quando árido

Crescer, resistir às estações, amadurecer

Gerar fruto e deixar semente

E juntos, sermos muitos

Dê-me tempo

Um tempo capaz do fazer, do realizar, do gerar

Aprender com o passado e construir o futuro

E, juntos, sermos para sempre

## **RESUMO**

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. Planejamento territorial do desenvolvimento: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras. 2007. 197 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Esta tese discute a presença de dois fatores determinantes de mudança na região do Oeste Baiano, polarizada pelo centro urbano de Barreiras, sejam: a competitividade regional e a participação local de agentes e instituições no planejamento do desenvolvimento territorial. A discussão se dá em torno dos efeitos gerados pelo processo de inserção competitiva da região de Barreiras, fronteira agrícola no Brasil, que teve na soja o seu vetor de formação sócio-espacial. Avaliamse algumas questões relativas ao processo de especialização produtiva na cadeia de grãos, com um ciclo de crescimento orientado para o sistema agroindustrial; às mudanças na ocupação espacial, com uma re-configuração do perfil produtivo regional; e, também, aos impactos sócio-econômicos sofridos face à recente dinâmica econômica. A chamada "inserção competitiva na globalização" pode ser uma condição necessária para o crescimento econômico, porém não se mostra suficiente para transformar o crescimento em desenvolvimento. Os fatores promotores desta mudança emergem das teorias de desenvolvimento endógeno e territorial, que têm por base o planejamento participativo. Objetiva-se reconhecer a presença ou a ausência, na região de Barreiras, dos fatores determinantes do processo de desenvolvimento, segundo as teorias descritas por Boisier e Vázquez Barquero, através da análise da organização social local, suas lideranças e principais atributos encontrados. As análises teóricas e empíricas realizadas induziram a elaboração de um Plano de Ação para o Oeste Baiano, intitulado "Prefeitura Inteligente", que tem uma prática piloto de atuação iniciada na região de Barreiras. Uma avaliação dos resultados preliminares desta atuação piloto foi realizada, permitindo concluir que Barreiras ainda não se mostrou capaz de criar respostas estratégicas ao processo de globalização; mas, por outro lado, apresenta indicativos da possibilidade de mudanças. Há vazios políticos importantes a ocupar; através de novos arranjos institucionais em ações de parceria entre agentes públicos, setor produtivo e sociedade, e, assim, reconhecer, mobilizar e promover o potencial endógeno deste território. Ao mesmo tempo, há manifestações de inconformismo, com o surgimento de lideranças locais com vontade de realizar e que reconhecem no fazer científico um potencial aprendizado. A ação técnica do planejamento aliada à ação política poderão servir aos agentes locais como instrumento de influência e controle para a promoção do desenvolvimento, visando uma globalização mais humana.

Palavras-chave: desenvolvimento endógeno, desenvolvimento territorial, planejamento participativo, organização social local, competitividade regional, globalização.

#### **A**BSTRACT

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. **Development territorial planning: technical and political actions. A pilot practice in the region of Barreiras.** 2007. 197 f. Thesis (Doctoral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

This thesis discusses the existence of the two changing determinant factors in west Bahia region, pulled by Barreiras urban area, focused on regional competitiveness and the partaking of local actors and institutions in territorial development planning decision-making. The discussion is about the effects caused by the involvement of Barreiras and the surrounding region, as an agricultural frontier, in the competitive economic process, which has had in large scale soy plantation its socio-spatial arrangement. It also analyses some of the issues related to grain chain specialized production process, with its development cycle based on agro-industrial system; the spatial occupation changes, with the re-shaping of regional productive profile; the socio-economic impacts due to that new economic dynamics. The conception of "competitive partaking in global economy" may be a necessary condition for economic growth, but it has not been enough to shape up growth into development. The shifting promoting factors emerge from endogenous, sustainable territorial development theories, whose basis are partaking planning, which can serve local actors as an influence and control tool to shape development promotion actions, in regard to a more humane worldwide economies. The theoretical and empirical analysis have led to the elaboration of a Plan of Action for the west Bahia, named "Prefeitura Inteligente" (Intelligent Public Management) that had a pilot practice in the region of Barreiras. A preliminary evaluation of the results was then carried out, which allowed inferring that Barreiras has not proved capable yet to create strategic answers to global economic process; but, on the other hand, it shows indications of possible changes. There are important political gaps to bridge, be it through new institutional arrangements, building partnerships among public agents, productive sector and society, in order to acknowledge, mobilize and promote endogenous potential in that territory. On the same time, there has been seen a nonconformity movement, the emerging local leaderships willing to accomplish the goals, who perceive scientific deeds as learning potential. The planning technical framing allied to political actions can serve local agents as instrument of influence and control to promote development, with a view to a more human globalization process.

Keywords: endogenous development, territorial development, participatory planning, local social organization, regional competitiveness, globalization.

# SUMARIO

# Introdução

Do	uta A Claba	slizacija a Decenyalvimento		
		alização e Desenvolvimento	04	
I				
	1.1	A Globalização como Perversidade	06	
	1.2	A Globalização como Possibilidade	12	
	1.3	O Período Popular da História descrito por Santos	16	
П	II As Teorias de Desenvolvimento			
	II.1	Desenvolvimento Territorial em Boisier	26	
	II.2	Desenvolvimento Endógeno em Vázquez Barquero	36	
Considerações Iniciais			44	
Pa	rte B – O Est	udo Regional – Barreiras e a região do Oeste Baiano		
Ш	A Competitiv	vidade Regional no Sistema Agroindustrial	51	
	III.1	Fatores Competitivos presentes na região de Barreiras	53	
IV A Região de Barreiras no Oeste Baiano			57	
	IV.1	A Soja, os Cerrados Nordestinos e a região de Barreiras	57	
	IV.2	Diagnóstico Sócio-Econômico	63	
	IV.3	Aspectos Ambientais do Oeste Baiano	93	
	IV.4	Carências, Demandas e Oportunidades	96	
	IV.5	Mudanças na Ocupação Espacial e Dinâmica Urbana	101	
٧	A Participaç	ão de Agentes e Instituições Locais	105	
	V.1	Políticas Públicas incidentes sobre a região de Barreiras	106	
	V.2	Agentes e Instituições Locais	119	
•	•	derações: Fatores Determinantes do Desenvolvimento ão) na região de Barreiras	133	

Parte C – Uma	Proposta de Planejamento Territorial
VI Contexto pa	ra a Formulação de um Plano de Ação
VI.1	A Organização do Território do Desenvolvimento
VI.2	Agentes Locais como Protagonistas de Mudanças
VI.3 152	Governança: uma prática de Articulação e Capacitação
VII Plano de Aç	ão para o Oeste Baiano
VII.1	Uma proposta de Planejamento
VII.2	Uma Prática Piloto na região de Barreiras
Resultados Alca	ançados e Expectativas Futuras
Conclusões	
Referências	
Apêndices	
Relaçã	to dos Agentes e Instituições Entrevistados em 2005
Relaçã	io dos Agentes e Instituições Entrevistados em 2007

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – A Organização do Território do Desenvolvimento Local		
Fluxograma 2 – Plano de Ação para o Oeste Baiano		
Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, Oeste Baiano, 1970-2002	82	
Gráfico 2 – Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério, 2000-2004	83	
Gráfico 3 – Empregos por Setor no município de Barreiras, 1985-2005	84	
Gráfico 4 – Empregos por Setor no município de Barreiras, 2000-2005	86	
Gráfico 5 – Empregos por Setor no município de Luis Eduardo, 2000-2005	86	
Mapa 1 – O Estado da Bahia e a Região Oeste	65	
Mapa 2 – A Rede Urbana Regional	66	
Mapa 3 – Ecossistemas Brasileiros	67	
Mapa 4 – Infra-Estrutura de Transportes Ferroviário	69	
Mapa 5 – Infra-Estrutura de Transportes Hidroviário	69	
Mapa 6 – Índice de Desenvolvimento Humano no Oeste Baiano, 2000	76	
Mapa 7 – Índice de Desenvolvimento Humano no Oeste Baiano, 1991-2000	77	
Mapa 8 – Índice de Gini no Oeste Baiano, 2000	79	
Mapa 9 – População Não-Natural no estado da Bahia, ano 2000	80	
Mapa 10 – Receitas Orçamentárias Municipais na Bahia, 2001	92	
Mapa 11 - Receitas Tributárias Municipais na Bahia, 2001	92	
Mapa 12 – Receitas Cota Parte FPM Municipais na Bahia, 2001	92	
Mapa 13 – Zonas Agroecológicas do Macrozoneamento do Oeste Baiano	95	
Mapa 14 - Produto Interno Bruto (PIB) Municipal na Bahia, 1996	97	
Mapa 15 - Produto Interno Bruto (PIB) Municipal na Bahia, 2000	97	
Mapa 16 - Produto Interno Bruto (PIB) Municipal na Bahia, 2004	97	
Mapa 17 – Índice de Gini Municipal na Bahia, 1991	98	
Mapa 18 – Índice de Gini Municipal na Bahia, 2000	98	

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População no Oeste Baiano, 1991-2000	71
Tabela 2 – Renda no Oeste Baiano, 1991-2000	72
Tabela 3 – Número de Imigrantes e Emigrantes, com 5 anos e mais de residênce em 2000, no município de Barreiras, 1995-2000	cia 78
Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, 1970-2002	79
Tabela 5 – Empregos por Setor no município de Barreiras, 1985-2005	81
Tabela 6 – Empregos por Setor no município de Barreiras, 2000-2005	82
Tabela 7 – Empregos por Setor no município de Luis Eduardo, 2000-2005	82
Tabela 8 – Receitas Orçamentárias Municipais no Oeste Baiano, 2001-2003	88

## INTRODUÇÃO

A presente tese pretende contribuir em termos teóricos e empíricos para a formulação de uma prática de planejamento territorial, que tem por base a competitividade e a participação. Territórios selecionados podem trazer oportunidades de mobilização e participação que são a base efetiva para a promoção de mudanças, rumo a um desenvolvimento mais harmônico.

O período atual é uma era de transformações, renovações e novas percepções. Nela, se faz necessário reconhecer este promissor e ainda incógnito "período popular da história" (Santos), que busca um sentido (ou a essência) no jogo do local e do global. Onde as políticas e ações de desenvolvimento local buscam um redirecionamento visando o fortalecimento de seus agentes e instituições, pela politização e capacitação do território, instituindo-se um sistema de aprendizado, e a busca de um projeto comum em um espaço controlado localmente.

O fio condutor que induzirá o presente trabalho de análise e investigação é a hipótese de trabalho enunciada a seguir:

A competitividade pode ser uma condição necessária para o crescimento econômico, porém não se mostra suficiente para transformar o crescimento em desenvolvimento. Os fatores promotores desta mudança emergem das teorias de desenvolvimento endógeno, territorial e sustentável, que tem por base a participação.

Para a comprovação desta hipótese, esta tese está dividida em três partes.

A Parte A, intitulada "Globalização e Desenvolvimento", contempla análises das teorias de desenvolvimento tendo por base central "a teoria do desenvolvimento endógeno" descrita por Vázquez Barquero, e o "desenvolvimento territorial" em Boisier. Trata-se da compreensão dos princípios, mecanismos e políticas capazes de promover e fomentar uma ação coletiva rumo a uma outra globalização, mais humana, chamada por Santos como de "período popular da história". Pretende-se reconhecer os fatores determinantes do processo de mudanças rumo ao desenvolvimento territorial.

A Parte B, intitulada "O Estudo Regional – Barreiras e a Região do Oeste Baiano", parte do reconhecimento de que a região de Barreiras "inseriu-se no processo de globalização de forma competitiva", tese comprovada por Giordano, para investigar, na seqüência, quais foram os impactos sócio-econômicos gerados por este processo. São elaboradas análises sobre a dinâmica urbana, mobilidade, disparidade de renda e o atual arranjo político-institucional vigente, através do reconhecimento dos atores e instituições locais e suas políticas e planos de ação. Com o propósito de estabelecer uma conexão com a Parte A, a busca é por elaborar uma relação entre o estudo regional e as teorias de desenvolvimento, onde se pretende fazer uma análise da presença (ou não) dos fatores promotores de mudança no centro urbano de Barreiras e região.

Por fim, na Parte C, intitulada "Uma Proposta de Planejamento Territorial", sugere-se um novo modo de construção de políticas articuladas de desenvolvimento, sob o mote do planejamento participativo. A base para a revisão das políticas é o fortalecimento institucional de governos locais, agentes e instituições chaves para planejar a longo prazo a continuação do desenvolvimento.

Assim, a ação de planejamento proposta pretende defender abordagens criativas que encorajam novos papéis de liderança nas parcerias público-privadas, visando especialmente à articulação de políticas públicas e interesses locais no desenvolvimento. Há um modelo mental e uma nova atitude a serem construídas, para que ações coordenadas de controle público e privado tornem-se instrumentos capazes de dotar governos locais de mecanismos de controle do processo de desenvolvimento territorial, fortalecendo os agentes e instituições locais. E, para tal, é necessário criar um ambiente novo, baseado no aprendizado, através de ações de articulação e capacitação, que privilegiem o desenvolvimento sem detrimento da competitividade.

Criar estratégias de planejamento territorial baseadas no aproveitamento ótimo das potencialidades de um dado território e com a participação ativa dos agentes e instituições locais é o maior desafio deste chamado período popular da história. Existem, entretanto, importantes desafios, como a necessidade de aprofundar e enraizar a cooperação e a confiança entre os agentes públicos e privados, num ambiente atravessado pelos mais variados conflitos e interesses.

Algumas perguntas colocadas por autores selecionados auxiliam na condução desta pesquisa. Arroyo (2003) questiona "sobre a necessidade de associar a idéia de competitividade à análise regional e às políticas de planejamento; e sobre a possibilidade de conciliar participação com planejamento [...] pensar no planejamento participativo como um movimento 'de baixo para cima' [...] e, assim, construir um futuro diferente". Meyer-Stamer (2004) interroga "por que o desenvolvimento econômico local é tão difícil e o que podemos fazer para torná-lo mais eficaz?"

E, deve-se também questionar, afinal, a quem interessa uma atuação participativa, de construção de parcerias e alianças em prol do desenvolvimento territorial? Estão todos os agentes e instituições locais aptos para este processo ou, ainda, estes estarão sendo forçados para além de suas capacidades? Parece que duas premissas básicas devem nortear a questão do desenvolvimento endógeno territorial: a articulação e a capacitação dos agentes locais, princípios da governança local, instituindo-se um sistema de aprendizado visando às ações de planejamento do território, a longo prazo.

A inteligência está em agir em busca da cooperação perdida entre agentes locais, enraizando relações de confiança e no fortalecimento das instituições locais e da ação pública, e pensar na construção e articulação de políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo. Para Boisier (1996), o conceito de inteligência em um Estado Moderno sob o ponto de vista territorial, é "ser descentralizado e organizado em rede" ou, ainda, a "inteligência institucional" referese à capacidade de aprender e à capacidade de se articular com outras instituições.

#### Parte A

#### Globalização e Desenvolvimento

## I. A GLOBALIZAÇÃO: O MUNDO COMO E E COMO PODE SER

Muitos são os autores que registram o processo de globalização como fábula e como perversidade; outros apontam para os seus limites e para a sua reversibilidade, quando se vislumbra um novo mundo possível. A presente análise não se restringe "no mundo tal como nos fazem crer" ou, ainda, "no mundo como é", mas pretende avançar ao abordar a questão vislumbrando "o mundo como pode ser", como nos fala Santos (2000), ao provocar o debate por uma outra globalização, uma globalização mais humana.

"O sonho nos obriga a pensar" (Santos), afirma este militante de idéias, que criticou a globalização, mas acreditava em transformação social; e suas idéias "representam uma luz permanente para quem acredita que é possível mudar" (Ribeiro, 2001). Entender o espaço geográfico e alicerçar uma crença em um futuro melhor para todos os homens foi uma das tarefas empreendidas por Santos (1996), que permitiu uma interpretação do nosso tempo identificando a "força do lugar capaz de antepor-se, pela sua densidade humana, ao processo perverso da globalização atual".

Mas, o que é a globalização? A globalização é um processo no qual a vida social nas sociedades é cada vez mais afetada por influências internacionais com origem em praticamente tudo, de laços políticos e de comércio exterior à música, estilos e meios de comunicação de massa comuns a vários países. E, talvez, a forma mais poderosa da globalização seja a econômica, na qual o planejamento e o controle expandem-se de um foco de interesse relativamente estreito — como uma empresa isolada que negocia em base regional ou nacional — para um foco global, no qual o mundo inteiro serve como fonte de trabalho, de matérias-primas e de mercados. Na economia globalizada, as empresas transnacionais operam simultaneamente em muitos países diferentes e exploram em vantagem própria as variações nas condições locais.

E o que ela está fazendo de nós? A globalização é o modo como vivemos agora, uma época de rápida mudança e "estas mudanças não estão confinadas a nenhuma área do globo, estendendo-se quase por toda parte" (Giddens, 2000:13).E enquanto muitos autores a definem como um fenômeno quase exclusivamente em termos econômicos, Giddens (2000:21) afirma que "a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica". Entendida não como um processo singular, mas como um conjunto complexo de processos, que operam de forma antagônica, a globalização está longe de ser inteiramente benéfica em suas consequências. Enquanto ela "retira poder ou influência de comunidades locais para transferi-lo para a arena global [...] ela também tem o efeito oposto, criando novas pressões por autonomia local" (Giddens, 2000:23). A crescente desigualdade é o problema mais sério com que a sociedade global se defronta; e, para promover mudanças é necessário assumir o risco. "O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro" (Giddens, 2000:34); e, ao finalizar sua análise sobre o "nosso mundo em descontrole", afirma que "nada acontece sem luta e a promoção da democracia em todos os níveis é uma luta que vale a pena empreender e ela pode ser vitoriosa; nosso mundo em descontrole não precisa de menos, mas de mais governo - e este, só instituições democráticas podem prover" (Giddens, 2000:91).

A globalização, afirma lanni (1995:13), abala as visões de mundo ao descobrir que "todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos – esta descoberta surpreende, encanta e atemoriza". Há um clima mental aberto pela globalização que dá impulso "às possibilidades e aos impasses da pós-modernidade no novo mapa do mundo". lanni (1995:187) aponta, ainda, que "a globalização reaviva a controvérsia mercado ou planejamento", entendida como uma controvérsia mais ou menos permanente na história, onde "o princípio do mercado não elimina o princípio do planejamento". O planejamento é uma técnica poderosa, que auxilia na formulação de políticas e diretrizes, diagnósticos ou prognósticos, orientando e disciplinando o uso de recursos, a mobilização de fatores e a modernização de instituições. E, afinal, a quem serve o planejamento? Pois, o uso da técnica não se traduz necessariamente na redução ou eliminação das desigualdades sociais; ao contrário, em geral as preservam. Mas, a técnica pode servir a outros usos, visando o bem coletivo, e deixar de mostrar-se como a "panacéia pós-colonial", com o

planejamento de regiões periféricas promovido pelos países centrais, como afirma Soja (1993:204). Para lanni (1995:201), "revela-se o novo patamar da história", um novo horizonte a partir do qual se pode "reler o passado, interpretar o presente e imaginar o futuro", tarefa particularmente comum à técnica de planejamento.

Se por um lado, a globalização está impondo uma ausência do sujeito ou, ainda, a anulação de sua individualidade, tornando-se um "indivíduo que se revela adjetivo, subalterno" (Kurz, 1992:239); por outro promove a consciência da necessidade de construção de novos sujeitos — através da formação de novas lideranças locais — que possam expressar as grandes maiorias excluídas, em busca da integração e do reencontro.

Nesse primeiro capítulo, pretende-se inicialmente reconhecer o fenômeno da globalização pelo seu caráter perverso; mas, ir além, numa tentativa de entender o período atual também como uma oportunidade, "um conjunto de possibilidades não realizado". Santos (2000:125) afirma que "quando aceitamos pensar a técnica em conjunto com a política e admitimos atribuir-lhe outro uso, ficamos convencidos de que é possível acreditar em uma outra globalização e em um outro mundo". As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. Bases técnicas que poderão servir a outros interesses, objetivos coletivos, quando postos ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. A globalização atual não pode mais ser vista como um processo irreversível. Vislumbra-se um novo mundo possível, de base popular, com a precedência do homem, com uma nova consciência do ser mundo, promovendo uma era de mutação. "O problema central é o de retornar o curso da história, isto é, recolocar o homem no seu lugar central" (Santos, 2000).

## I.1. A GLOBALIZAÇÃO COMO PERVERSIDADE

Qual o papel que a chamada globalização perversa impôs ao nosso território? Galeano (1986) afirma que "para os que conhecem a história como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam; mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos". Segundo Sachs (2004:70), "os países menos desenvolvidos são os principais perdedores na globalização assimétrica". Perdemos a vez, a chamada "nova" Divisão Internacional do Trabalho (DIT) impôs ao país uma marcha pouco

inovadora, dado ser uma nação que passou por um processo tardio de industrialização e que não saiu à frente no fomento ao conhecimento e à inovação tecnológica.

Quando a industrialização completou o processo de desenvolvimento, gerando inclusive a elevação da renda per capita, o setor manufatureiro começa a declinar, em termos relativos, como proporção do produto e do emprego. No Brasil, o processo de industrialização abortou antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços, capaz de absorver a mão-de-obra desempregada pela indústria. É a chamada "construção interrompida", demonstrada por Furtado (2002); o processo de construção de um sistema econômico nacional foi interrompido, quando a lógica da internacionalização econômica se sobrepõe ao dinamismo do mercado interno.

Os países do Leste Asiático compreenderam que seu atraso em relação ao mundo avançado era em conhecimento e tecnologia, por isso investiram maciçamente em educação e infra-estrutura, em grande parte com as próprias poupanças nacionais; e, como apontado por Stiglitz (2006), "enquanto a América Latina tem sido, no geral, uma imagem espelhada do Leste Asiático: ela não tem poupanças domésticas, não tem os recursos fiscais para os necessários investimentos em educação e pesquisa e permitiu o capital especulativo de curto prazo, que fugiu ao primeiro sinal de insegurança".

Assim, ainda hoje, cabe ao país o papel de fornecedor de produtos básicos ou semimanufaturados aos grandes centros consumidores mundiais. São as chamadas *commodities*, ou seja, produtos que nas relações comerciais internacionais designam um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso da soja, do algodão, do minério de ferro, da alumina, do cobre, etc..

Entende-se hoje por Divisão Internacional do Trabalho (DIT), a divisão das atividades entre os inúmeros países do mundo, especialmente entre o capital, o poder e os subdesenvolvidos (exportadores de matéria-prima), com mão-de-obra barata e geralmente com industrialização tardia. Segundo o Dicionário de Sociologia de Johnson (1997:77), a Divisão Internacional do Trabalho é "o leque de tarefas que existe em diferentes níveis no sistema-mundo econômico; no nível empresarial, as

empresas transnacionais frequentemente dividem o processo de produção entre operações em diversos países; e, no nível nacional, a produção é cada vez mais organizada em torno da especialização regional". Para Johnson, a atual DIT reflete o poder das empresas transnacionais em maximizar eficiência e lucros aproveitandose de "condições locais favoráveis como mão-de-obra barata, impostos baixos, indulgência quanto ao meio ambiente e quanto às leis de segurança do trabalho".

Assim, a Divisão Internacional do Trabalho constitui a interdependência econômica estabelecida entre os países a partir do advento do capitalismo; essa interdependência estabelece o papel que cada país desempenha na economia mundial. Durante séculos, o Brasil foi exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Nos anos setenta, a nova DIT expõe esse cenário, no qual o Brasil aparece como grande importador e dependente dos recursos financeiros dos países ricos. Há uma crescente interdependência entre economias nacionais, onde processo de produção, troca e circulação passam a ter um alcance global. Impõe-se uma "reestruturação das atividades econômicas", como afirma lanni (1995:43), que se beneficia de dois fatores: a rápida mudança tecnológica e a crescente integração financeira, enquanto a "conseqüente Divisão Internacional do Trabalho pode se beneficiar das variações regionais da infra-estrutura tecnológica, condições de mercado, relações industriais e clima político para realizar a produção global integrada".

Porém, a repercussão dos efeitos dessa globalização econômica mais intensa em muitos países e regiões foi: perda cada vez maior da importância econômica da periferia, desemprego tecnológico, modernização do campo, crescente especialização nos mercados de trabalho, desativação de atividades econômicas em regiões dependentes dessa atividade, entre outros (Freitas, Monte-Mór e Braga, 2003). Os países subdesenvolvidos, para atrair capital externo, adotavam políticas com incentivos fiscais e cambiais, além de contarem com o aproveitamento de seus recursos naturais e mão-de-obra mais barata.

O que caracteriza a nova DIT é uma grande integração das economias nacionais permitida pela ampliação da atividade das grandes empresas com sede em países desenvolvidos nos países não-centrais. É o chamado "fordismo periférico", uma segmentação do mercado de trabalho separado geograficamente

entre centro e periferia, favorecida pela evolução dos meios de transporte e comunicação, que permite que a produção se torne menos dependente de lugares específicos. As fases de concepção e fabricação qualificada localizam-se em países desenvolvidos e as fases de execução e montagem desqualificada localizam-se, sempre que possível, em regiões menos desenvolvidas (Nabuco, 1989). Com a homogeneização do processo produtivo e a adoção de tecnologias que facilitam a produção de bens e serviços, há a possibilidade de ganhos de escala até então inimagináveis, permitindo a execução de um "produto mundial" a partir de um processo único que se manifesta espacialmente nas diferentes economias nacionais: as partes de um determinado produto são confeccionadas em diferentes países e contextos, porém com qualidades e características uniformes. As grandes corporações apenas lançam mão de vantagens provenientes das diferenças de qualidade e remuneração do trabalho nas diversas partes do mundo e utilizam os benefícios oferecidos localmente como a isenção de impostos (Ablas, 1989:39).

A reorganização de economia mundial implicou também na transferência da produção de indústrias, na sua maioria, trazendo para os países periféricos unidades altamente poluidoras e impactantes ao meio ambiente. Com leis menos severas em relação ao controle ambiental e, portanto, com menor pressão social pela qualidade ambiental, esses países periféricos, ansiosos pelo crescimento econômico, vêem com bons olhos a instalação destas indústrias, pois pode significar crescimento econômico e oferta de empregos, porém sem garantia de acesso da maioria das pessoas a seus benefícios, mantendo grande parte da população à margem desse dito processo de desenvolvimento. Neste contexto extremamente injusto com os países periféricos, que visam o crescimento econômico "mesmo que a qualquer custo", há atração de novos empreendimentos industriais face à presença de mãode-obra barata e abundância de recursos naturais. Os países periféricos inseridos nesse novo contexto da nova DIT tendem a apresentar uma "sociedade dualista", estando uma parcela expressiva da população em estado da mais absoluta miséria (Freitas, Monte-Mór e Braga, 2003). Assim, a degradação ambiental significa um custo demasiadamente alto para as economias e sociedades subdesenvolvidas pagarem para buscar o acesso ao fruto do desenvolvimento parcial e seletivo do capitalismo na periferia.

Arroyo (2005) analisa a fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. Apresenta um breve histórico da pauta exportadora brasileira e um retrato das empresas que participam do comércio internacional; e, finaliza "com uma reflexão em torno da seguinte questão: fluidez e porosidade territorial para quem?" Suas análises apontam que há uma diversificação crescente no fluxo de mercadorias que anualmente saem do Brasil para o mercado internacional. "O peso dos produtos manufaturados no total das exportações vem aumentando sistematicamente, evoluindo de cerca de 30% em meados da década de 1970 para mais de 50% na década de 1980 e chegando a 60% no fim da década de 1990", segundo Arroyo (2005:213). A participação produtos semimanufaturados (acúcar de cana bruto, ferro ou aco, alumínio bruto, couros e peles, madeira, óleo de soja, etc.) oscilou de 15 a 18%, enquanto os produtos básicos (minério de ferro, café em grão, soja – grão, farelo e resíduos, fumo, carnes congeladas, algodão, etc.) responderam por parcelas cada vez menores das exportações totais (40% na década de 1980 para 20% no fim da década de 1990.) Desta forma, nas últimas décadas os setores de siderurgia e de celulose continuam a expandir sua participação nas exportações, acompanhados por produtores de bens químicos e plásticos e de papel. As indústrias siderúrgicas e de papel e celulose são consideradas altamente poluidoras e geradoras de relevantes impactos ao meio ambiente. Parece haver uma tendência à concentração de ramos de atividade potencialmente danosos ao meio ambiente, que certamente não interessam mais aos países desenvolvidos, pelos custos que trariam em medidas de proteção. Arroyo (2005:214) confirma uma tendência "a se especializar em setores cuja competitividade depende essencialmente da disponibilidade de uma ampla base de recursos naturais".

Mas, afinal, quais são os efeitos sócio-ambientais da atual Divisão Internacional do Trabalho no território nacional? Atualmente, o Brasil vive um grande paralelo, sua balança comercial superavitária se contrapõe aos seus indicadores sociais e ambientais. Com mais de 8,5 milhões de km², o Brasil é um país de dimensões continentais, localizado na área central da América do Sul. Seu território abriga ecossistemas únicos e de grande extensão, como a Amazônia e a Mata Atlântica, que correspondem à terça parte das florestas tropicais úmidas do mundo, assim como o Pantanal e o Cerrado. A biodiversidade nestes ecossistemas é

considerada de grande relevância, com reservas de água que representam mais de 10% do total do planeta. Historicamente, o padrão de desenvolvimento do país tem sido mantido pela exploração de seus recursos naturais, o que permitiu a expansão de setores econômicos chaves na geração de riqueza, como a agricultura, a pecuária e a mineração. Este modelo de desenvolvimento foi promovido em grande medida pelo Estado, através do financiamento de investimentos em infra-estrutura pública, programas de colonização e ocupação de terras, assim como uma agressiva política agroindustrial. No ano de 2004, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelo sistema agroindustrial representou pouco mais de 21% do PIB total do Brasil. Na década de 90, a taxa anual de crescimento do PIB real do setor foi de 2,48%; enquanto no período de 2000 a 2004, esta mesma taxa elevou-se para 4,64% ao ano, conforme apontado pelo MAPA, com dados da Fundação Getúlio Vargas. De acordo com dados do IBGE, a geração de emprego na agropecuária ultrapassou, em setembro de 2005, o percentual de 28% da população economicamente ativa (PEA); e foi, ainda, responsável pela geração de 35% do PIB nacional e 36% das exportações. Por outro lado, a rápida conversão de áreas ambientalmente frágeis em terras agrícolas e o avanço da pecuária têm gerado impactos negativos sobre o meio ambiente, e muitos deles são irreversíveis, sofrendo círculos viciosos de sobre exploração, degradação ambiental e pobreza em áreas vulneráveis como a Amazônia e o Cerrado, com a consegüente deterioração da qualidade de vida da população local. A migração resultante originou o crescimento acelerado e descontrolado de áreas urbanas que têm gerado um déficit de serviços públicos e uma dívida social de difícil solução.

O campo brasileiro, que passou pelo processo de modernização agrícola, transformou-se no lugar da vulnerabilidade. Submetido às lógicas exógenas ou, ainda, às lógicas internas dos setores e das empresas globais que as mobilizam, o território agrícola tornou-se competitivo, inserido na globalização; e, portanto, sofreu processos de compartimentação e fragmentação do espaço, onde o campo modernizado torna-se mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades (Santos, 2000).

Um estudo regional é apresentado no Capítulo III, da presente tese, avaliando-se inicialmente a inserção competitiva da região de Barreiras, no Oeste

Baiano, no atual período da globalização ou, ainda, na chamada nova DIT, com o consequente processo de especialização produtiva no sistema agroindustrial, atividade intensiva em recursos naturais. Na sequência são apresentados os impactos sócio-econômicos e ambientais daí decorrentes, sentidos, em especial, pelo centro urbano de Barreiras, assim como as mudanças na ocupação espacial, com uma re-configuração do perfil produtivo regional.

Vale destacar, que o cenário mais recente da nova DIT apresenta ainda o chamado "crescimento sem trabalho", segundo o qual não mais se enfatiza o "trabalho barato", mas sim a adoção de novos processos tecnológicos e equipamentos poupadores de mão de obra. Sendo assim, a importância do trabalho barato já se reduziu significativamente, reduzindo também a atração exercida por países com maior taxa de exploração da força de trabalho. Esse contexto traz mudanças significativas para aqueles países, como o Brasil, que se especializaram em atrair investimentos estrangeiros pela oferta abundante de trabalho barato. Esses países terão que apresentar outros fatores de localização para serem capazes de atrair investimentos externos.

## I.2. A GLOBALIZAÇÃO COMO POSSIBILIDADE

Há limites à globalização perversa, a globalização atual não é irreversível e há um novo mundo possível, onde a história apenas começa. O mundo real é um mundo de grande desigualdade e de grande concentração de poder. A globalização, tal como ela é, compreende a criação de desigualdades, diversidades e fragmentação e se manifesta de formas múltiplas; indica o processo de internacionalização da economia, da tecnologia, das finanças, das comunicações e da produção cultural. Contudo, esta mesma globalização não impede, mas ao contrário, promove que os lugares, as escalas locais, adquiram um novo protagonismo e uma grande vitalidade, o que se traduz em muitas vantagens e inaugura novas potencialidades.

O período atual, chamado por Santos (1996:190) é "o meio técnico-científico-informacional", onde a união da técnica e da ciência se dá sob a égide do mercado, que se torna um mercado global. E, se por um lado, a expansão deste mercado global significa o avanço do capitalismo e de sua hegemonia, por outro impõe modificações importantes no uso dos recursos naturais, com conseqüente geração

de impactos ao meio ambiente. O crescimento do consumo e da lógica de ganhos e lucros no curto prazo leva a destruição de muitos recursos em um ritmo superior à sua capacidade de regeneração. Como apontado por Comas d'Argemir (2002:108), "os problemas derivados da contaminação ambiental, do desflorestamento, o aquecimento global ou, ainda, os acidentes nucleares tem nos obrigado, nos últimos anos, a questionar as bases de um crescimento econômico ilimitado e a formular a idéia da sustentabilidade". Tais fenômenos de degradação ambiental ameaçam as formas de produção e as condições de vida de diferentes povos e, se relacionam, em última instância com fatores sociais e políticos. Daí a relevância do surgimento de uma consciência global dos problemas sociais e dos problemas ambientais, o que caracteriza a forma de reflexão social no contexto contemporâneo (Giddens, 1996).

Alimentados pela ideologia do consumo e com expectativas e desejos que não podem contentar, "a desilusão das demandas não satisfeitas" acaba por gerar o despertar, com "o florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia", expondo o relevante "papel dos pobres na produção do presente e do futuro" e "a metamorfose das classes médias" brasileiras (Santos, 2000); novos atores e novos papéis chamados a uma importante tarefa de reconstrução e reencontros, por uma outra globalização.

Esse campo do inconformismo deve ser obrigatoriamente ponto de partida, não de chegada, e nele se vislumbram oportunidades e não apenas riscos e ameaças. Parece haver um conjunto de novas condições a serem percebidas e exploradas, bem como novos sujeitos e novas formações políticas, onde se aliam técnica, planejamento e ação política, manifestando seu potencial emancipatório. A globalização é um processo inacabado e hoje não conhecemos em que direção irá; mas, de certo, o que nos cabe é passar do discurso acadêmico ao político, entendendo-os como ações complementares e não incompatíveis. E assim, decidir pela opção que permite pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. O mundo como pode ser, com as suas bases materiais presentes no período atual, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. Para Santos (2000:20), estas mesmas bases técnicas, que servem o grande capital para construir a globalização perversa, "poderão servir a outros objetivos se forem postas ao serviço de outros fundamentos

sociais e políticos"; e, essas novas condições estão presentes "tanto no plano empírico quanto no plano teórico".

Há, tanto no plano empírico quanto no plano teórico, "indicativos da possibilidade de mudanças", nos dizeres de Santos (2000:21). No plano empírico estão presentes: a enorme mistura de povos, raças e culturas, com conseqüente mistura de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu, expondo "uma verdadeira sociodiversidade, ainda mais significativa que a própria biodiversidade" e que se alia a emergência de uma cultura popular. No plano teórico, verifica-se a possibilidade de um novo discurso, onde se pode constatar a existência de uma universalidade empírica, não mais abstrata na mente dos filósofos, mas resultado da experiência ordinária de cada homem. Indicativos de mudanças através da ação política, da ação dos homens, do lugar.

Por outro lado, há também indicativos da possibilidade de mudanças ou, ainda, "pré-condições para a mudança", nos dizeres de Fairbanks e Lindsay (2000:307), na tentativa de entender melhor a natureza das mudanças e das ações necessárias para dotar o país do nível de competitividade exigido pela globalização. Entender por que as coisas não mudam de maneira positiva para a maioria das pessoas e tentar mudar os paradigmas e as visões econômicas prevalecentes sobre a geração e a distribuição de riqueza não é tarefa das mais fáceis. Segundo os autores, há cinco pré-condições para a mudança, pontos de alavancagem para destravar a capacidade de uma nação ou de uma organização de "avançar à esquerda", descritas em forma de perguntas. Há tensão suficiente para motivar as pessoas a mudarem? As pessoas estão receptivas a novas maneiras de fazer as coisas? O conhecimento necessário à mudança encontra-se disponível? A liderança tem propósito moral nítido e premente? A liderança tem capacidade de facilitar a mudança?

Não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental. Como apontado por Haddad (2004:13), "o desenvolvimento não é um processo que brota no terreno do conformismo, da apatia, da inércia e da passividade dos habitantes de um município ou região". O inconformismo é ponto de partida para o reconhecimento da realidade de um dado município ou região, onde se procura

diagnosticar, técnica e politicamente e de forma participativa, as razões e as causas do mau desempenho desses indicadores. Não se trata apenas, alerta Haddad, de elaborar documentos através de especialista; mas, principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando a obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade regional, etc.

Mas, uma coisa é identificar o que precisa ser mudado; outra coisa é de fato efetuar a mudança. Assim, após a fase de conhecimento, de geração de informações técnicas e de posse dos instrumentos disponíveis, devem-se promover consultas às lideranças para engajá-las na transformação de uma agenda de mudanças em um plano de trabalho de mudanças. Ou seja, um Plano de Ação que, segundo Haddad (2004), seja não somente tecnicamente consistente, mas essencialmente gerado a partir de uma intensa mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto e parceria com as autoridades e instituições locais e supra-locais, através da promoção de uma gestão participativa. Trata-se de uma ação técnica aliada à vontade da ação política, onde é preciso desenvolver essa capacidade de mudar e aprender; esta é a vantagem a ser alcançada pelas lideranças e comunidades que desejam caminhar para frente. Desta forma, o conhecimento a ser exigido dos líderes vai incluir não somente técnica e planejamento, como também uma mudança comportamental, cientes que "a reorientação e a mudança de propósitos morais em uma sociedade ocorrem de cima para baixo, e não haverá consenso social sem uma liderança ampla, explícita e voltada para a ação; o povo vai ter que começar a escolher os líderes pelos quais está disposto a ser conduzido" (Fairbanks e Lindsay, 2000:309).

Compreender de modo sistemático as manifestações de inconformidade consiste geralmente, como afirma Santos (2000:134), "em um processo lento"; e prossegue: "na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento".

Santos (2000) aponta para a compreensão da transição para o Período Popular da História, em que as referências múltiplas estarão fundamentadas pela criatividade cotidiana no âmbito do trabalho, do lazer, dos espaços de manifestações

culturais e de reivindicações coletivas frente às desigualdades sociais. Busca-se superar a racionalidade dominante e abrir novas possibilidades para múltiplas racionalidades vindas de diversas bases sociais. Ribeiro (2007) reflete sobre a necessidade de "reconhecer os sujeitos portadores de projetos abrangentes de utopias e compreender os conflitos travados frente à força da globalização". A autora nos chama a atenção para o urgente "debate sobre o sentido das ações, dentre elas a participação social, como instrumento de transformação social, territorial e de portadora de consciência coletiva, ao mesmo tempo, discutir sobre a importância dessas possibilidades para a alteração do fazer científico".

### I.3. O PERIODO POPULAR DA HISTORIA

Como vimos, a globalização atual não mais pode ser vista como um processo irreversível. Há outras possibilidades a serem desvendadas e testadas, há outros usos possíveis para as técnicas atuais que servem ao capital. Vislumbra-se um novo mundo possível, de base popular, com a precedência do homem, com uma nova consciência do ser mundo, promovendo uma nova era de mutação. Não há disciplina social que não olhe para o futuro. E uma maneira de se encontrar com o futuro é enxergar a realidade também como aquilo que não existe, "o conjunto de possibilidades não realizado" apontado por Santos. Uma outra globalização supõe que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem, "a primazia do homem, colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações". Dessa forma, sentimentos como a compaixão e a solidariedade passam a fazer parte das relações entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e o Estado, "impondo uma nova ética" (Santos, 2000:148).

Para se formular este conjunto de possibilidades "é preciso retomar a idéia de utopia e de projeto" (Santos, 2000:160), onde estão, de um lado, os valores fundamentais, essenciais, como a liberdade, a dignidade, a integridade, a lealdade, a ética, a felicidade; de outro lado, os valores contingentes, devidos à história atual, do presente. Por isso, as possibilidades futuras são muitas, dependendo dos diferentes arranjos e do grau de consciência, há uma gama de possibilidades entre a vontade, o desejo de mudanças, e a efetiva transformação. Daí a importância do projeto, um projeto político claro que viabilize iniciativas, promova capacidades e

articulações entre lideranças, visando à superação de obstáculos e promotor de mudanças.

A perspectiva de um futuro diferente é fruto da construção de uma visão de futuro, um processo usado para criar imagens robustas, vívidas e descritivas de um futuro desejado que impulsione as ações que permitirão que a visão seja alcançada. Enquanto técnica, a visão de futuro normalmente representa o consenso de um grupo de pessoas, considerando a informação que eles acreditam que irá influenciar o assunto de interesse e combinando suas conclusões.

Fala-se de um período não mais apenas regido pela ação de mercado, pela base econômica, mas dirigido pela ação política, entendida no seu sentido mais amplo, de ação do homem. A ação política não é a arte do possível e sim, como afirma Harnecker (2000:397), "a arte de construir a força social e política capaz de mudar a realidade, tornando possível, no futuro, o que hoje parece impossível". Onde o estilo participativo e o fortalecimento de agentes e instituições locais são, inequivocamente, indícios de um caminho alternativo. Santos (2000) afirma reconhecer o potencial dessa nova variável ascendente, promotora da crise e ansiosa por renovação, mudança – a nova era de transformações. Uma variável, por ele chamada, de variável "gente", gente formada por homens lentos, portadores dos vetores da horizontalidade, dos valores da família, da tradição, do cotidiano, valores endógenos ao território, à localidade. Para o geógrafo, a resposta encontra-se no espaço, precisamente no espaço banal – o espaço de todos – que é ao mesmo tempo "uma condição para a ação, uma estrutura à ação, um convite à ação" (Santos, 1998:257).

O local é a um só tempo o difusor do novo e das formas pré-existentes. Vivemos ao mesmo tempo o Mundo e o Lugar. "Pela primeira vez na história o novo deixa de ser apenas uma referência ao amanhã; ele é também constituído do que hoje ainda não se realizou, mas a partir das possibilidades reais concretas", afirma Santos (2001:14). O modelo global não produziu soluções para os problemas dos lugares. Neles, onde se dá a vida em sociedade, a velocidade não consegue comandar e impor o seu modelo dominante. No lugar, "o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos", segundo Santos (1999:260). São eles os detentores dos espaços abertos à criatividade, os donos da liberdade, os vizinhos,

os íntimos, os emotivos, atores do espaço banal que convivem dialeticamente com o global.

A aceleração contemporânea, entendida como uma variável ascendente da globalização, dá "a sensação de um presente que foge", onde as palavras de ordem do período atual são "a fluidez e a competitividade" (Santos, 1998:34). Os homens rápidos são portadores do vetor da verticalidade, da lógica que privilegia a velocidade, a rapidez e não o dinamismo. O rápido obedece a lei da rapidez, código de comportamento que não tem respeito pelo que pré-existe e não tem preocupação ética. O mercado interno ou doméstico tem o papel de redução das velocidades, sendo, portanto, mais sensível ao meio. O mais lento é endógeno, é o que tem raiz, relacionado com a cultura dos povos e pelos povos. São os homens lentos, os cidadãos, que reduzem a velocidade, porque defendem valores e exigem que eles sejam respeitados, sendo, portanto, um obstáculo, um anteparo, à velocidade.

O Período Popular da História pode ser entendido como o da possibilidade do mundo atual dispor de informação em qualquer lugar para, de posse dela, definir estratégias de resistência; e, assim, aproveitar da ação política. A mesma base material, técnica, em uso para construir um mundo confuso e perverso, pode ser a condição para um mundo mais humano. E há, nos dizeres de Santos (2000:174), duas grandes mutações em gestação: a mutação tecnológica, com um novo uso das técnicas de forma democratizada a serviço do homem; e, a mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta.

O período popular se fundamenta nas pessoas e nos lugares. O lugar é entendido como o espaço do acontecer solidário, onde as solidariedades serão criadas a partir de um sistema de comunicação confiável e inter-pessoal. É o espaço da prática política madura, resultado da informação e do conhecimento para a reconstrução do mundo através de uma outra lógica, fundamentada na ação política e não apenas econômica. O grande sujeito da transformação social são os homens lentos, que têm a sabedoria permanente da construção do amanhã. Homens pobres e lentos, oprimidos, sobreviventes, que com a difusão da informação aceleram uma compreensão sobre o mundo e reforçam os processos de resistência, impondo novo

ritmo e peso aos movimentos sociais. No Período Popular da História, o futuro do mundo está sendo plantado pelos homens lentos.

## II. AS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO

Em países menos desenvolvidos, chamados por Sachs (2004) como "os principais perdedores da globalização assimétrica", e apesar da presença explícita de desvantagens, há um potencial latente para construir estratégias de desenvolvimento, aue sejam includentes, sustentáveis sustentadas. Desenvolvimento entendido como um conceito multidimensional, onde seus objetivos são sempre sociais e éticos, contém uma condicionalidade ambiental explícita e que não pode ocorrer sem crescimento. No entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento e pode, até mesmo, estimular o mau desenvolvimento, com indicadores de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes. O "desenvolvimento a partir de dentro" para ser a melhor, se não for a única, oportunidade para o desenvolvimento.

Visto desta forma, não há estratégias uniformes de desenvolvimento, face à diversidade de configurações socioeconômicas e culturais; e, para que sejam eficazes estas estratégias devem responder aos anseios e aspirações das comunidades, respondendo aos problemas, superando gargalos, potencializando o uso de recursos potenciais e ociosos e fortalecendo atores e instituições locais (trabalhadores, empregadores, o Estado, a sociedade civil organizada e os cidadãos), pela garantia da participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento. Daí a importância, ressaltada por Sachs (2004:61) "do planejamento territorial, nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e por interesses comuns". E continua, "o empoderamento das comunidades e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento e pressagiam um novo paradigma, mediante o diálogo, as negociações e os vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento". O planejamento será, mais do que nunca, necessário para acelerar o crescimento econômico e fazê-lo socialmente responsável.

Nos países centrais, especialmente na França, a dimensão institucional do desenvolvimento assume, atualmente, um papel determinante. De Roo (2003:13)

afirma que "desenvolvimento local é um *slogan* que conheceu na França destinos e interpretações bastante diversos". O desenvolvimento local, resposta endógena às conseqüências da crise econômica, distingue-se do desenvolvimento territorial definido como processo de territorialização das políticas públicas que não têm obrigatoriamente o local como objeto. O desenvolvimento territorializado é, por vezes, entendido como um projeto de eqüidade territorial no conjunto das políticas públicas, que pretende atar os diferentes fios das políticas públicas em uma lógica transversal, que garanta coerência e sentido à ação pública, onde o espaço é passivo, mera base geográfica de projeção da ação.

Por sua vez, o conceito de Storper (1997:170) aponta para a territorialização desenvolvimento econômico, quando fala de atividades produtivas territorializadas e de outras que não estão, bem como de cidades e regiões que contam com recursos específicos que são do interesse das empresas globais e de outras que não o são. Para Storper, "o desenvolvimento econômico territorializado [...] consiste [...] na atividade econômica que depende dos recursos específicos de um lugar. Estes 'recursos' podem ser constituídos tanto por ativos específicos disponíveis em um dado lugar, como por ativos que decorrem da existência de determinadas relações instituídas entre organizações e mercados que requerem proximidade física, caso em que as relações de proximidade são claramente mais eficientes do que qualquer outra forma de gerar recursos específicos". Assim, em um mundo cada vez mais globalizado, é possível se falar em cidades e regiões que são ganhadoras e outras que são perdedoras, como afirma Benko e Lipietz (1992), de acordo com a sua dotação de recursos humanos e naturais e sua integração na economia global, independentemente do fato de pertenceram aos países centrais ou periféricos ou a um Norte ou a um Sul predefinidos.

Já no desenvolvimento territorial, "o território, longe de ser passivo, é considerado e constitui a própria matéria-prima da ação pública, o lugar de definição das políticas" (De Roo, 2003:14). Desta forma, pretende-se não apenas produzir desenvolvimento, mas também governança, enquanto prática de coordenação, ou seja, a arte de associar todos os atores locais, públicos ou privados, políticos, econômicos, sociais à ação coletiva pelo bem comum. E, sob este conceito, o papel das cidades é absolutamente estratégico nessa forma de mobilização e organização

do desenvolvimento pelo território, visto que o espaço serve de mediação ou de lugar de articulação da ação.

Até a década de 1970, predomina no desenvolvimento regional o paradigma "de cima para baixo", onde sua principal característica está associada ao conceito da industrialização, como processo motor do crescimento econômico, onde o poder central assume as propostas de desenvolvimento regional. A década de 1980, por sua vez, é assinalada pelo fim deste paradigma, devido entre outros pela crise do "modelo fordista". Crise que levou ao declínio muitas regiões tradicionalmente industriais, onde a crise do Estado e o desemprego estrutural fizeram com que a questão do desenvolvimento local passasse a ser uma proposta, uma alternativa, aos novos desafios da mundialização da economia, da informação, da necessidade de gerar novos empregos, da exclusão social, da necessidade de modernização tecnológica e outros.

Houve uma mudança radical na conceituação e na aplicação da política de desenvolvimento, tendo surgido, no final da década de 1980, uma nova abordagem propondo que, para assegurar o desenvolvimento de cidades e regiões, se utilize o potencial de desenvolvimento existente no território, aproveitando-se, para tanto, das iniciativas locais. Assim, as regiões vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Como afirma Amaral (2001), isso mostra que "a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial". Para Veiga (2005:74), "não se deve esquecer, que a experiência dos principais países de industrialização tardia (*latecomer economies*) ensina que talvez não exista melhor alavanca de desenvolvimento local endógeno que a industrialização descentralizada".

Nos últimos anos, afirma Vázquez Barquero (2001:235), "foi adotada uma visão territorial do desenvolvimento, onde a preocupação com o desenvolvimento de cidades e regiões foi colocada no centro da política regional; a utilização do potencial de desenvolvimento endógeno foi estimulada em um momento em que as administrações centrais se mostravam incapazes de administrar o emprego e a inovação; a gestão local das ações de desenvolvimento foi incentivada através de organizações intermediárias que prestam serviços diretamente às empresas". Desta

forma, há uma nova geração de políticas, que tem sido construída amparada em dois conceitos básicos: desenvolvimento local e sistemas produtivos locais. O desenvolvimento local, por sua vez, está associado, normalmente, às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto.

Segundo os conceitos de Boisier (2000), a capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. Haddad (2004:11) aponta que "o processo de desenvolvimento de uma região pressupõe o seu crescimento econômico". Este necessário crescimento da economia é também revelado em Sachs (2004:15), ao definir os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político, ressaltando que "a viabilidade econômica é a conditio sine qua non para que as coisas aconteçam"; enquanto "a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem". Sob tais conceitos, o processo de desenvolvimento dependerá, fundamentalmente, de sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional, além da crescente inclusão social e também crescente consciência e ação ambientalista (Haddad, 2004).

É, portanto, fruto das ações dos protagonistas locais, com um desenvolvimento que passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado. Como resultado, a estruturação deste desenvolvimento territorial é realizada por meio de um processo, como já definido por Boisier (1988), de "organização social regional" ou como o define Schmitz (1997) de "ação coletiva". Esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional.

Essa alternativa de desenvolvimento sugerida por Boisier pode ser definida pelo modelo endógeno, construído "de baixo para cima", ou seja, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, de forma contrária ao desenvolvimento "de cima para baixo", que parte do planejamento e da intervenção conduzidos pelo Estado nacional – podendo esta última ser "associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes, a qual procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional", como afirma Amaral (2001)

No início da década de 1980, Furtado (1982) já dizia que o verdadeiro desenvolvimento é resultado do processo de canalização de forças sociais e da melhoria da capacidade associativa; portanto trata-se de "um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico". E continua: "o desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los".

No Brasil, as políticas governamentais de desenvolvimento local surgiram baseadas em um paradigma que entendia o Estado como o principal agente indutor e compreendia as desigualdades socioeconômicas inter-regionais como sério obstáculo à integração nacional e a sustentabilidade do crescimento brasileiro. Como apontado em Santos. A. R. (2006), o "desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas". As experiências bem sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização; e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou da comunidade em torno de determinadas prioridades. É resultado da vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade.

Tais conceitos suscitam algumas questões, entre elas, talvez a mais fundamental seja: o que é um território local? E, mais, quais são os atributos necessários para que este território seja uma possibilidade de resistência à globalização, promotor de desenvolvimento, agente de mudanças? Que papéis os atores e instituições locais passam a desempenhar nessas mudanças? Essas são questões, entre outras, que se pretende verem respondidas tanto pela análise teórica, com a leitura de alguns autores selecionados sobre a temática do desenvolvimento regional e local – objeto do presente capítulo; quanto pela análise empírica, a ser explorada nos capítulos seguintes.

Dois autores são selecionados para o reconhecimento de suas teorias de desenvolvimento endógeno, territorial e local: Vázquez Barquero e Boisier. Pretendese discutir os fatores promotores ou determinantes do desenvolvimento, reconhecendo conceitos contemporâneos para os processos de desenvolvimento econômico local e regional dentro do processo maior de globalização. Por que estes autores?

Boisier é professor da Universidade Católica de Santiago do Chile e excoordenador da Comissão Econômica da Organização das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) naquele país. Possui uma larga experiência em pesquisa internacional, com vários livros e artigos escritos sobre a temática do desenvolvimento local e regional. Dentre suas obras, especial interesse foi dado à "Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político" (1996) e a uma segunda obra intitulada "El Desarrollo Territorial a partir de la Construcción del Capital Sinergético" (1999). Desde a década de 80, até o final da década de 90, foi um dos principais coordenadores do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Na década de 70, atuou no Brasil como Diretor da Oficina Brasileira da CEPAL, função que o manteve integrado a várias universidades brasileiras, tendo realizado aqui diversas publicações. Estas experiências de atuação no Brasil renderam-lhe um bom conhecimento sobre a realidade brasileira. Boisier, dentre outras teses defendidas, tem insistido que o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização.

Vázquez Barquero é professor catedrático de Desenvolvimento Regional e Local na Universidade de Madri, tendo sido consultor do Banco Mundial (BIRD), da Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas (CEPAL) e da Comissão da União Européia. Dentre suas várias obras e publicações, há uma série de artigos na Revista *Estudios Territoriales*, hoje denominada *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, uma publicação especializada em matérias relacionadas com o ordenamento territorial e análise da geografia regional. Especial interesse foi dado ao livro intitulado "Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização" (2001), onde o especialista aborda o desenvolvimento econômico como um processo endógeno e evolutivo, do que decorre seu enfoque dirigido ao estudo dos processos que privilegiam a acumulação de capital e a dinâmica econômica. No centro da discussão, portanto, estão os mecanismos que favorecem o desenvolvimento endógeno — as redes, a inovação, as instituições e as cidades, configurando os elementos capazes de explicar as externalidades e os rendimentos crescentes.

### II.1. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM BOISIER

A presente análise das teorias de Boisier sobre o desenvolvimento local e regional está estruturada em quatro distintos blocos. O primeiro expõe um conjunto de suas idéias relativas às novas características do desenvolvimento regional e territorial, no período atual. No segundo, apresentam-se novos conceitos, por ele definidos, sobre os fatores causais do desenvolvimento em escala territorial - a causalidade do desenvolvimento regional, com a insistência na necessidade de formulação de "um projeto político para uma articulação consistente, densa e inteligente de tais fatores". Segundo Boisier (1996:113), "a inteligência está na necessidade de tornar mais densas as conexões entre fatores, de modo a provocar efeitos de sinergia, retroalimentação e desenvolvimento". Como terceiro bloco, registra-se a leitura dos chamados "capitais intangíveis" determinantes do real processo de desenvolvimento, sejam: capital econômico, capital cognitivo, capital simbólico, capital cultural, capital institucional, capital psicossocial, capital social, capital cívico, capital humano e, como décima "peça do jogo", o capital sinergético como elemento catalisador. Por fim, o quarto bloco pretende reconhecer o modo de construção do chamado "projeto político de desenvolvimento", a partir da avaliação do estoque disponível de tais capitais intangíveis, e a necessária articulação e concertação de conflitos e interesses coletivos com os atores e instituições locais.

### II.1.1. UMA NOVA EPISTEMOLOGIA REGIONAL

Na globalização, muitas são as mudanças políticas e econômicas de escala mundial, que estão afetando, não apenas a esfera material, mas também a esfera das idéias e dos conceitos. Impõe-se, desta forma, o reconhecimento dessas novas tendências e suas conseqüencias sobre o desenvolvimento territorial. Boisier afirma que tais mudanças são "processos aparentemente contraditórios" que ao mesmo tempo em que desconfiguram o conceito de Estado Nacional, produzindo quase-Estados supranacionais (como a União Européia), dão um novo protagonismo a territórios dentro dos países e as cidades, considerados "novos atores na competição internacional por capital, tecnologia e mercados", com uma ampla e progressiva demanda por descentralização política e territorial.

Novos cenários se criam, de forma interdependente: um cenário contextual, um cenário estratégico e um novo cenário político. O novo cenário contextual é, segundo Boisier, resultado da interação dos processos de abertura externa e interna; o primeiro é impelido pela força da globalização e, portanto, essencialmente econômico; enquanto o segundo processo é impulsionado pela força da descentralização e, portanto, de caráter político. O primeiro, a abertura externa, tem como alvo enquadrar as exportações nacionais em dois espaços do comércio internacional: o espaço da modernidade, vendendo produtos e/ou serviços com elevado conteúdo de progresso técnico, ou seja, de alto valor agregado; e, o espaço da competitividade, vendendo produtos e/ou serviços de modo a aumentar a sua participação em mercados em expansão. O segundo, a abertura interna, tem por sua vez como alvo incluir a população na dupla condição de eqüidade e participação, ou seja, distribuir os lucros obtidos com a abertura externa de um modo mais eqüitativo do que ocorreu no passado, e de outorgar à população um papel mais destacado na condução do território. Neste cenário, há um enorme desafio posto aos governos de nível regional – estados e municípios, "como ajudar seus territórios a alcançar condições de competitividade e modernidade, sem perderem a equidade e a participação?". A resposta a esta pergunta, afirma Boisier (1996:118), "leva à formulação de duas outras: qual é a configuração territorial mais adequada para isso? Qual é a que oferece as maiores possibilidades de êxito?"

Tais perguntas são a base do segundo dos novos cenários do desenvolvimento: o cenário estratégico, construído em torno da configuração territorial e da gestão regional. Quanto à configuração do território, Boisier (1996) indica três características que deveriam estar presentes na região para maximizar as possibilidades dela se tornar competitiva: a velocidade – para se aproveitar oportunidades, a flexibilidade – para se oferecer uma ampla gama de respostas e a maleabilidade – para moldar a própria estrutura ao meio. As estas características, devem ser acrescentar outras três, sejam: a cultura - produtora de identidade e de auto-referência, a resiliência – capacidade para reconstruir a estrutura quando danificada por elementos exógenos, e a complexidade sistêmica do território organizado, requisito para entrar no jogo da competição internacional, atividade complexa com regras complexas. Quanto à gestão regional, ou seja, o modo de administrar o desenvolvimento regional, Boisier chama a atenção para o principal problema de toda região que queira acelerar seu crescimento ou dar o salto qualitativo para o desenvolvimento, qual seja: "romper sua relação de dominação/dependência, para substituí-las por outras modalidades, tais como cooperativismo ou associativismo". Todas as regiões se encontram, a todo o momento, articuladas entre si por relações de dominação e dependência, hierarquicamente ordenadas; e, essas formas de dominação são, por vezes, de natureza quantitativa, traduzindo em um verdadeiro freio ao crescimento econômico regional e, por vezes, são de natureza qualitativa, quando se estimula o crescimento, mas este é utilizado a serviço dos interesses da região dominadora e não a serviço da população da região dependente. E "romper a relação de dominação supõe, para a região, acumular poder político". Como uma região acumula poder político? Boisier (1996:124) aponta dois processos: o primeiro, pela transferência de poder político incorporada em um projeto nacional descentralizador; e, o segundo, por meio da "criação de poder político, algo que se obtém mediante o consenso político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento". Daí a relevância do conceito de projeto político regional como instrumento de criação de poder político. E como parte deste todo que é o projeto político, deve haver uma estratégia que responda a quatro variáveis: o que produzir e onde vender, agregando progresso técnico à produção regional; que projetos desenvolver e como financiá-los; com que recursos humanos podem contar e como empregá-los; e, por fim, qual é a imagem corporativa e como promovê-la, pois atores competitivos desenvolvem imagens corporativas que demonstrem integridade e unicidade.

E, finalmente, o terceiro cenário para se repensar o desenvolvimento, o cenário político, construído sobre a interseção de dois processos: a modernização do Estado sob o ponto de vista territorial e as novas funções dos governos territoriais. Para Boisier (1996:127), em um Estado moderno podem ser identificadas as seguintes características: compreende e entende sua própria estrutura sistêmica; é inteligente, ou seja, descentralizado e organizado em rede; compreende a interrelação entre objetivos nacionais e o papel do território; pode, por conseguinte, explicitar a contribuição de cada região ou território a cada objetivo; a partir daí, pode construir cenários territoriais futuros; com a informação, incorpora a territorialidade no projeto político nacional; reconhecer a si mesmo como uma instituição desdobrada em duas dimensões: o Estado nacional e um conjunto de quase-Estados regionais; aceita a variedade, e, portanto, permite e estimula a maleabilidade nas estruturas de governo e administração; incorpora nos quase-Estados regionais a velocidade e apóia a existência de sistemas de informação e análise conjuntural; estabelece um marco regulatório mínimo para facilitar a flexibilidade; estimula, nas estruturas dos quase-Estados regionais, o surgimento da imaginação criativa e a ativação de duas novas funções (condução política e animação social); e, por fim, reconhece-se como Estado territorial e é capaz de exercer tanto liderança territorial quanto liderança política. Desta forma, o novo cenário político se traduz em novas funções dos governos regionais. A primeira função é de gestão política, que consiste na liderança regional, com processos sistemáticos e permanentes de negociação, tanto para cima - com o governo nacional, como para os lados - com o conjunto de agentes e atores propriamente regionais, e para baixo, com os municípios e outros atores da base social. E, a segunda função é de animação regional, igualmente sistemática e permanente, de agente catalisador, capaz de fazer surgir sinergia a partir do encontro permanente dos agentes, com uma função informacional, capaz de coletar, processar e

reestruturar o enorme fluxo de informação, que circula em torno dos agentes de desenvolvimento de uma região.

Para a liderança regional, o principal instrumento é a negociação através de um projeto político regional, com suficiente grau de consenso, e como alerta Boisier (1996:130), sem ocultar o dissenso; e, na animação social é preciso tornar-se um efetivo agente catalisador e informacional. Assumir essas novas tarefas pressupõe profisionalização das administrações regionais, tarefa conjunta entre o setor público e o setor acadêmico, atuando na base da capacidade local ou regional de inovação, considerada por Boisier como a peça-chave para o desenvolvimento contemporâneo.

#### II.1.2. ENFOQUE CONTEMPORANEO AOS FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inicialmente, merece destaque a distinção feito por Boisier sobre alguns conceitos: desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno; e, crescimento econômico e desenvolvimento. Em seu artigo "Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?" (2001), Boisier reflete sobre a crescente nomenclatura do desenvolvimento analisando, em primeiro lugar, a gênese do conceito, sua crescente subjetivação e os distintos adjetivos que comumente se associam no debate contemporâneo: territorial, regional, local, endógeno, descentralizado, "de baixo para cima".

Na conceituação de desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno, Boisier (2001) argumenta que ambos os conceitos tem um amplo campo de superposição, evidenciando o primeiro como mais geográfico e o segundo mais estrutural. Desenvolvimento local é uma modalidade de desenvolvimento que busca responder "de baixo para cima" à crise estrutural do ajuste próprio do capitalismo tecnológico atual. O desenvolvimento endógeno, por sua vez, diferentemente do desenvolvimento local, possui segundo o autor uma carga teórica relativamente sólida, que o define como uma expressão "algo tautológica" e pressupõe: uma autonomia crescente do território, uma capacidade crescente para reinvestir o excedente no próprio território, uma capacidade para gerar conhecimento e inovações, com o conseqüente fortalecimento da identidade cultural e do sentido de pertinência territorial.

O autor buscou, também, reforçar a clara distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico é definido como fenômeno quantitativo, enquanto que o desenvolvimento econômico constitui um fenômeno qualitativo; tem a ver com a ética, justiça, qualidade de vida etc. Todavia, tende a haver uma imbricação entre crescimento e desenvolvimento econômico. O primeiro tende a depender cada vez mais de fatores exógenos, da acumulação de capital, de conhecimento ou progresso técnico, da demanda externa e da política econômica de uma região ou país. O capital é cada vez mais desterritorializado; e as decisões e inversões, crescentemente de origem externa. O desenvolvimento, por sua vez, exige crescente sinergia entre os diversos fatores de uma economia; para tanto, necessita se fazer a pergunta: como se articulam, para que se possa estrategicamente planejar e implementar o desenvolvimento? Segundo Boisier, o desenvolvimento territorial de economias de mercado aberto e descentralizadas depende da potencialização de fatores endógenos, sejam: recursos materiais, humano e psicossociais; instituições flexíveis, inteligentes, maleáveis e velozes; articulação entre governos e mercados; atores, ou seja, indivíduos capazes e corporações coletivas com interesses sociais construtivos; e, procedimentos de governo modernos. Boisier ressalta que o desenvolvimento ocorre mais pela ênfase na diversidade (impacto frente aspectos e experiências diferentes), do que na alteridade ("em que os outros fazem por nós").

Territórios organizados exercem, no período atual, um papel completamente novo ao entrarem de vez na busca de competência e competitividade. Boisier observa que a noção de território organizado não depende em nada da escala de tamanho. Segundo o autor (1996:115), "o conceito de território pode ser adjetivado como natural, equipado e organizado: o primeiro descreve um território sem intervenção humana; o segundo refere-se exatamente ao equipamento físico derivado da ação do homem; e, o terceiro nomeia um território em que vive uma comunidade dotada de certos princípios organizacionais".

A relevância do fundamento conceitual, segundo Boisier (1996:133) está na tese de que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, da articulação e das condições de manejo de seis elementos: atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno. "O desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou

um projeto político regional" ou, como afirma o autor, "do contrário, não se terá senão uma caixa preta, cujo conteúdo e funcionamento se desconhece".

Os elementos definidos por Boisier são descritos a seguir, para se avaliar a capacidade de organização territorial. Quanto aos atores ou agentes do desenvolvimento importa, inicialmente, identificá-los por categorias: os de natureza individual, os de natureza corporativa e os de natureza coletiva; atividade necessária para se conhecer a estrutura de poder regional e para iniciar um processo participativo de preparação de um projeto. Quanto à cultura dois são os elementos de interesse com relação à cultura regional e a sua incidência nos processos de desenvolvimento: a presença da cultura competitiva/individualista ou o predomínio de uma cultura cooperativa/solidária e, ainda, importa reconhecer a capacidade da cultura do lugar para produzir auto-referência, ou seja, identificação da sociedade com seu próprio território. Quanto aos recursos, são quatro as categorias que interessam ao desenvolvimento: recursos materiais (recursos naturais, infraestrutura e capital); recursos humanos, em quantidade e qualidade; recursos psicossociais, como a auto-confiança coletiva, a vontade coletiva, a perseverança, o consenso, etc.; e, em quarto lugar, os recursos de conhecimento. Quanto às instituições, com a tarefa de reconhecer e avaliar as instituições públicas e privadas presentes na região, são flexíveis, velozes, inteligentes, virtuais. A inteligência institucional diz respeito, principalmente, à capacidade de aprender e à capacidade de estabelecer articulações com outras instituições. Quanto aos procedimentos, importa reconhecer a natureza da gestão do governo territorial e seus procedimentos administrativos concernentes ao manejo orçamentário, administração de pessoal, gestão de projetos de investimentos e relações públicas. E, como sexto e último elemento do hexágono do desenvolvimento, o entorno, o meio externo, que relaciona-se com tudo o que é externo à região; trata-se, fundamentalmente, do mercado em seu sentido lato, do Estado e do tecido de relações internacionais.

Uma articulação difusa e aleatória desses seis elementos, mesmo que presentes no território, impede o surgimento do desenvolvimento; enquanto, para Boisier (1996:141) "uma articulação densa e inteligente produzirá, inevitavelmente, o desenvolvimento". Assim, em qualquer região ou território organizado, devem ser avaliados dois aspectos: como está estruturado cada um dos elementos e como eles se articulam entre si. E prossegue: "para um território, a tarefa básica do

desenvolvimento é a de modernizar seus componentes e gerar um projeto coletivo que os articule e direcione".

#### II.1.3. A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SINERGETICO

Ao argumentar que o desenvolvimento é um conceito complexo, axiológico e multidimensional, "qualitativo em sua essência e intangível por conseqüência", Boisier reconhece que "o crescimento econômico é um resultado material e está sobre as bases de fatores também materiais, tendo o capital econômico em primeiríssimo lugar". Por sua vez, "o desenvolvimento é um resultado imaterial ou intangível" (1999:42) e, em decorrência, são também intangíveis os fatores que o determinam.

Neste sentido, Boisier perturba os enfoques do desenvolvimento de corte mais tradicional e constrói os conceitos de "capitais intangíveis", que devem ser articulados, potencializados e direcionados por uma forma superior de capital, que é chamada pelo autor de "capital sinérgico". O principal ponto desta reflexão é que os capitais intangíveis e, em geral, o capital sinergético, são mais frequentemente mobilizáveis em espaços sociais e territórios pequenos, onde as relações pessoais, os costumes e as tradições constituem elementos de grande valor.

Boisier propõe como hipótese principal a existência de uma incoerência lógica na implícita equação do desenvolvimento territorial. Esta incoerência fica estabelecida nas diferentes dimensões de suas variáveis, independentes (fatores causais do desenvolvimento) e dependentes (o desenvolvimento *per si*) desta implícita equação. Em termos simples, o desenvolvimento é um fenômeno de ordem qualitativa, desde que trate de alcançar ações de ordem quantitativa. A proposta do autor apóia-se no conceito de capital sinérgico para potencializar e articular novas formas de capital, quase todas de caráter intangível, a fim de colocar o território no caminho virtuoso do desenvolvimento. Trata-se de questões cognitivas, simbólicas, culturais, sociais e cívicas, que parecem vincular-se mais estreitamente com uma concepção contemporânea de desenvolvimento que a construção de infra-estrutura ou outras ações materiais, que, valiosas em si mesmas, não equacionam a questão do desenvolvimento.

O autor tem insistido que o desenvolvimento territorial, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para

modelar o seu próprio futuro o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis, determinantes do processo de desenvolvimento, na região ou localidade. Com este entendimento, pode-se concluir que um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de seus recursos humanos, materiais e institucionais, em um determinado território. Nove são as formas de capitais intangíveis identificadas, acrescidas de uma décima, o capital sinergético, que consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as demais formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

O Capital Econômico é o estoque de recursos financeiros que, período a período, está disponível para fins de investimento em cada região. O Capital Cognitivo é o estoque de conhecimento que uma comunidade territorial possui; cobre uma ampla gama de conhecimentos, desde a própria geografia, passando pela história interpretada e não somente relatada, até o conhecimento acerca do arco técnico-produtivo, possível configurar a partir dos recursos do território. Para Boisier, "o capital cognitivo é também o conhecimento acerca do desconhecimento". O Capital Simbólico é definido a partir do conceito de Bourdieu (1993), como "o poder de fazer coisas com a palavra", considerando o poder transformador da palavra, que reconhece na linguagem um papel ativo e de produção. O uso da palavra, seu exercício, nos conduz à noção de conversação: falar e escutar os outros, apontado por Boisier, como a criação de novos espaços emocionais. O Capital Cultural é o estoque de histórias e práticas sociais nas mãos de uma comunidade territorial, na dupla acepção de cultura. Tanto no seu sentido mais genérico, como também específico, como uma cultura de desenvolvimento, conjunto de atitudes frente à processos econômicos que mesclam cooperação e competência. O Capital Social é o que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum. Baseia-se na reciprocidade difusa; tal qual o associativismo, que Boisier define como a organização voluntária e não remunerada de pessoas ou grupos que estabelecem um vínculo explícito com a finalidade de alcançar um objetivo comum lícito. O Capital Cívico é a tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade

entre as esferas públicas e privadas, etc.. O Capital Institucional consiste nas instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações institucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade. O Capital Psicossocial é configurado por um conjunto de fatores subjetivos que condicionam a transformação do pensamento em ação. Metaforicamente, como aponta Boisier, "se localizam entre o cérebro e o coração", se relacionado com "o saber articulado com o sentir"; e, desta forma, corresponde às atitudes, crenças, valores, estereótipos e representações. Para o autor (1999:46): "autoconfiança coletiva, fé no futuro socialmente construído, memória e vontade de desenvolver-se". O Capital Humano é entendido como o estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos e sua capacidade física e mental para exercitá-los. O Capital Sinergético é, conforme já descrito, o elemento catalisador das demais formas de capitais. E para o modo de explorar o potencial endógeno de desenvolvimento e para produzi-lo se "requer uma escala territorial e social adequada e um agente indutor" Boisier (1999).

# II.1.4. Como Fazer um Projeto Politico de Desenvolvimento?

Boisier (2003:58) defende a idéia de um "projeto político" contrapondo-se à idéia de "um plano ou uma estratégia". Segundo o autor, um plano supõe um único agente, com o controle total do meio, e uma estratégia supõe um agente hegemônico operando em conjunto com outros agentes. Um projeto político, por sua vez, opera em situações de poder difuso, com elevado número de agentes sociais; um projeto político reconhece diferentes racionalidades distintas da economia e é de natureza construtivista. Opera não somente com recursos de mercado, como um plano ou estratégia, mas envolve também recursos intangíveis. Supõe, desta forma, elevada complexidade do território e sua dinâmica e tem caráter holístico e sistêmico.

Há uma seqüência de tarefas necessárias para a formulação desse chamado "projeto político", são elas: reconhecimento do território, seu entorno e suas especificidades, seminários participativos com a explicitação da situação atual e a construção de um "futuro possível", onde se pretende determinar "quem faz o que e quando", "quem supervisiona, controla e avalia" e "quem e como premia ou penaliza". E, assim, ter por base o fortalecimento e modernização dos governos

locais/regional, entendido como a chave para o sucesso. Neste projeto político, agentes do desenvolvimento territorial realizam funções de integração (lógica do território), mediação (interesse de atores) e inovação (necessidades e projetos).

Quanto ao papel da inovação no desenvolvimento territorial, vale registrar os conceitos definidos por Florida (1995) e Aydalot e Keeble (1988), ressaltando a relevância e dimensão "da capacidade local de aprender, no sentido de criar uma atmosfera de transformação e progresso, para o aprendizado regional e coletivo". No período atual, as regiões ou localidades tornam-se pontos de criação de conhecimento e aprendizado. Florida (1995:527) afirma que "regiões devem adotar os princípios de criação de conhecimento e aprendizado contínuo; elas devem em efeito se tornar 'regiões que aprendem'. Para isto, as regiões devem se preparar para prover infra-estruturas específicas que possam facilitar o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizado e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de governança local". Assim, Florida desenvolve o conceito de economia de aprendizado regional (*learning regions*).

Boisier (2004:39) afirma ainda que: "nada disso é possível sem colocar o esforço do desenvolvimento nas mãos de gente, ou seja, nada disso é possível sem uma adequada e flexível combinação de descentralização e centralização. Há que baixar à terra a sempre etérea discussão sobre desenvolvimento".

#### II.2. DESENVOLVIMENTO ENDOGENO EM VAZQUEZ BARQUERO

Vázquez Barquero (2001) constrói um modelo para interpretar a dinâmica econômica de cidades e territórios, fundado na Teoria de Desenvolvimento Endógeno. Neste estudo, o autor sustenta que a difusão das inovações e do conhecimento entre empresas e organizações, a adoção de formas flexíveis para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território e a complexidade do tecido institucional constituem os fatores chaves que condicionam a acumulação do capital nas cidades e regiões.

A sua teoria de desenvolvimento endógeno entende que cada fator e o conjunto dos mesmos criam um entorno, nos quais os processos de transformação e desenvolvimento da economia fazem parte. Os fatores de acumulação assinalados formam um sistema, por ele denominado como "efeito H", que permite multiplicar o

efeito de cada um dos fatores que intervêm nos processos de acumulação de capital. Os processos de desenvolvimento local ocorrem quando cada um destes fatores atua positivamente sobre os demais.

Desta forma, Vázquez Barquero traz uma importante contribuição à conceituação do desenvolvimento endógeno. De fato, ele mostra como a interação entre processos — como o desenvolvimento urbano, a dinâmica institucional, a formação de redes no sistema produtivo e a difusão da inovação e do conhecimento — produz um efeito sinérgico com amplas repercussões no âmbito do desenvolvimento de cidades e países. Discute, também, a importância da política de desenvolvimento local, surgida espontaneamente na Europa e na América Latina durante as últimas décadas, como um fator de estímulo a tais processos.

Algumas perguntas iniciais orientam a presente investigação feita por Vázquez Barquero. Quais são os fatores que fazem com que o desenvolvimento endógeno ofereça uma interpretação adequada para compreender os processos de acumulação nos tempos de globalização? Quais são as relações que se estabelecem entre eles? Qual é o papel desempenhado pelo Estado nos processos de acumulação e de desenvolvimento? Em que medida as iniciativas locais são instrumentos úteis para estimular os processos de acumulação de capital e o desenvolvimento de cidades e regiões? Quais são os traços diferenciais do desenvolvimento endógeno?

### II.2.1. OS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO ENDOGENO

Quatro são os determinantes do desenvolvimento endógeno, já citados: a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e o fortalecimento das instituições (Vázquez Barquero, 2001:19)

### A Difusão das Inovações e do Conhecimento

A introdução e difusão das inovações e do conhecimento impulsionam a transformação e a renovação do sistema produtivo, mas desde que os atores integrantes do sistema produtivo local tomem as decisões adequadas em matéria de investimentos em tecnologia e organização. A introdução de inovação no sistema

produtivo se dá mediante decisões de investimentos, tomadas no atual contexto mais competitivo e globalizado.

A teoria de desenvolvimento endógeno considera que melhorias no sistema produtivo incluem tanto as inovações radicais como as incrementais, isto é, também incorporadas às mudanças de engenharia nos produtos, nos métodos e nas organizações. As inovações não surgem fora do sistema econômico e, sim, endógenas ao processo produtivo, à economia e à própria sociedade.

Assim entendido, verifica-se que os processos de difusão das inovações e do conhecimento estão condicionados pelo entorno (sistema de empresas, instituições, atores econômicos e sociais). Portanto, os resultados dependem da atuação dos competidores, do tipo de relações mantidas com o entorno e do caráter inovador ou não deste último.

# A Organização Flexível da Produção

Um dos fatores centrais é a organização dos sistemas produtivos, independentemente do tamanho das empresas. A organização do entorno, evidenciada pelas relações entre empresas, provedores e clientes, condiciona a produtividade e a competitividade nas economias locais, permitindo-se rendimentos crescentes. A análise do funcionamento dos sistemas produtivos locais demonstrou que a existência de uma rede de empresas locais possibilita a geração de uma multiplicidade de mercados internos e de áreas de encontros, que facilitam as trocas, os serviços, informações e conhecimentos.

Mudanças na organização das grandes firmas e a proliferação de alianças e acordos estratégicos, adotando-se formas mais flexíveis de organização, pela criação de redes de plantas subsidiárias mais autônomas e mais integradas no território. As novas formas de organização das empresas e as novas estratégias territoriais permitiram-lhes utilizar mais eficientemente os atributos regionais e gozar, dessa forma, de vantagens competitivas. Quando isto ocorreu, produziu-se uma melhoria da competitividade das localidades e dos territórios nos quais estas se localizam, contribuindo para os processos de crescimento econômico e mudança estrutural.

#### Desenvolvimento Urbano do Território

A cidade, segundo Vázquez Barquero (2001:23), é um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que toma as decisões de investimento e de localização das atividades produtivas. "A cidade é mais que um mero ponto no espaço, já que forma uma organização na qual os atores interagem e trocam bens, serviços e conhecimentos, segundo regras específicas[...] estão portanto em permanente transformação, como decorrência do processo de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos realizados pelos atores, bem como do estabelecimento de redes e da cooperação entre os mesmos".

E, neste sentido, no entendimento do autor a cidade e o sistema produtivo local participam de um processo comum, o que segundo ele "tende a favorecer a convergência entre desenvolvimento produtivo e desenvolvimento urbano quando os atores econômicos e sociais interagem e criam novos espaços para os seus relacionamentos, para a produção de bens e para as trocas".

A cidade é, por excelência, o espaço do desenvolvimento endógeno; sendo, portanto, "o território onde se desenvolvem os novos espaços industriais e de serviços". Desta forma, Vázquez Barquero conclui que "o espaço de competitividade criado pelo processo de globalização induz as cidades a responderem estrategicamente através de iniciativas locais, capazes de estimular os processos de desenvolvimento endógeno".

# Flexibilidade e Complexidade Institucional

Os processos de desenvolvimento não se dão no vazio, como afirma Vázquez Barquero, e sim "promovidos por atores de uma sociedade, que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização". Assim, terão maiores condições as cidades e regiões que "contam com um sistema de instituições que lhes permitem produzir os bens públicos e gerar as relações de cooperação entre os atores que contribuem para a aprendizagem e a inovação". Quanto mais evoluído e complexo o sistema institucional presente nas cidades, mais chances de se promover o desenvolvimento fortalecido. Empresas integradas ao território, caracterizadas por "densas redes de relações envolvendo as empresas, instituições de ensino, associações de empresários, sindicatos e governos locais, as mesmas podem utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e, assim, melhorar a sua

competitividade". As barreiras existem e se tornam obstáculo ao desenvolvimento em razão de carências e do mau funcionamento da rede institucional.

As instituições, seu conjunto de atores e suas redes de relações, são portanto um determinante do processo de desenvolvimento. A relevância estratégica das instituições deve basear-se, segundo Vázquez Barquero (2001:25), "no aumento das relações de confiança entre os atores econômicos, no estímulo à capacidade empresarial, no fortalecimento das redes e na cooperação entre os atores, incentivando os mecanismos de aprendizagem e de interação".

### II.2.2. A POLITICA DE DESENVOLVIMENTO ENDOGENO

Qual é o papel do Estado nos processo de desenvolvimento endógeno? Vázquez Barquero responde a esta questão afirmando que nos processos de globalização, houve a redução da presença do Estado na atividade produtiva, a privatização das atividades produtivas de caráter público e uma diminuição do papel das políticas redistributivas, industriais e regionais. A atuação do Estado, nestas condições, estaria restrita à manutenção estável do marco macro-econômico, favorecendo a acumulação de capital.

Porém, desde o início dos anos 80, atores locais e regionais passaram a empreender ações objetivando influenciar os processos de crescimento das economias locais. Surgiu, desta forma, como apontado pelo autor, a política de desenvolvimento local, "como resposta das comunidades aos desafios colocados pelo fechamento das empresas, pela desindustrialização e pelo aumento do emprego". Esta nova atuação deveu-se, também, pela passividade das administrações locais.

Uma profusão de experiências de desenvolvimento local ocorreu desde então, em cidades e regiões da Europa e da América Latina. Estudos realizados sobre a política de desenvolvimento local demonstram que esta "resposta local" passa, como apontado por Vázquez Barquero (2001:26), necessariamente pela "formulação e aplicação de uma estratégia de desenvolvimento". Estratégia esta instrumentada através de ações que visam "o aumento da produtividade e competitividade do sistema produtivo, da melhoria da distribuição da renda e da conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural".

A política econômica local está, portanto, associada a uma abordagem de "baixo para cima" da política de desenvolvimento, reforçando o processo endógeno, na qual "são os atores locais que desempenham o papel central em sua definição, execução e controle".

### II.2.3. O EFEITO H DO DESENVOLVIMENTO ENDOGENO

A teoria do desenvolvimento endógeno sustenta que cada fator e o conjunto de fatores determinantes da acumulação de capital criam um entorno no qual tomam forma os processos de transformação e de desenvolvimento das economias. Além disso, afirma Vázquez Barquero (2001:29), confirma-se a idéia de que "a política de desenvolvimento local é capaz de viabilizar, de forma eficiente, uma resposta local aos desafios da globalização, o que converte a teoria do desenvolvimento endógeno em um instrumento para a ação".

Assim colocado, é a ação política do conjunto de atores locais, formulando, priorizando e articulando políticas de interesses locais, que pode se traduzir em "uma ação combinada de todos os fatores que configuram o fator de eficiência H", chamado por Vázquez Barquero (2001:31). As cidades e regiões seriam mais bem sucedidas em seu processo de crescimento e mudança estrutural quando todos os fatores atuarem de forma conjunta, criando sinergias mútuas e reforçando os efeitos gerados.

Segundo o autor, "o desenvolvimento endógeno é em resumo uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões". É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. O desenvolvimento de formas alternativas de gestão econômica, através das organizações intermediárias, e a criação de associações e de redes públicas e privadas possibilitam que as regiões otimizem suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico" (Vázquez Barquero, 2001:33).

A política de desenvolvimento local tem seu objetivo voltado para o desenvolvimento sustentável e duradouro, motivo pelo qual tratam de dar ênfase às

dimensões econômica, social e de meio ambiente envolvidas. As iniciativas locais precisam conjugar a eficiência na alocação dos recursos públicos e privados, a equidade na distribuição de riqueza e do emprego e o equilíbrio em termos de meio ambiente.

O desenvolvimento endógeno é, assim, uma teoria caracterizada por um mecanismo específico de acumulação de capital. Este está baseado em "uma lógica de organização, em um sistema de aprendizagem e em uma forte integração territorial, que lhe permite manter a própria dinâmica e colocar à disposição das comunidades locais um instrumento para ação" como aponta Vázquez Barquero (1992).

Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno.

### II.2.4. MECANISMOS DO DESENVOLVIMENTO ENDOGENO E A DINAMICA TERRITORIAL

Na ótica do desenvolvimento endógeno, o importante seria analisar as diferentes trajetórias dos sistemas produtivos locais e assinalar a tendência ao fortalecimento dos mecanismos que permitem às comunidades locais participarem dos processos de desenvolvimento.

Como um dos mecanismos presentes está o incentivo à estruturação e consolidação de redes sociais, articuladas em uma ação voltada para o desenvolvimento, envolvendo empresas, distritos industriais, a grande empresa, atuando através de alianças estratégicas e da construção articulada de políticas de desenvolvimento. A inovação é outro mecanismo importante, em especial com o surgimento dos novos paradigmas da mudança tecnológica, privilegiando-se a difusão de inovações e tecnologia e a procura por processos mais limpos. A inovação é também base significativa da rede de relações e entornos. As cidades são o espaço do desenvolvimento endógeno, com a articulação de todos os atores, sejam eles agentes públicos, privados e a sociedade civil. Atores que atuam de forma sinérgica, tornando-se capazes de decidir e eleger prioridades e formulando a base para a ação política, o planejamento estratégico do desenvolvimento local.

Faz-se, também, necessário reconhecer e atuar na dinâmica dos sistemas produtivos locais, caracterizando-os através da organização da produção e da integração em cadeias. Vázquez Barquero (2001:224) afirma que "quando os sistemas produtivos locais se ajustam ao modelo de organização da produção formado em decorrência do aproveitamento do potencial de desenvolvimento próprio, que se articula através de redes de empresas estimuladoras das relações horizontais e de cooperação e que, adicionalmente, estão firmemente enraizadas no território, podem ser identificados dois modelos de desenvolvimento local: aquele no qual as atividades produtivas estão integradas na cadeia de valor do território; e, aquele no qual as atividades produtivas se encontram integradas em cadeias de produção de outras regiões". E continua o autor, "quando os sistemas produtivos locais seguem um modelo de organização da produção em que predominam relações hierárquicas entre as empresas de fora da área e as locais, podem ser identificados dois outros modelos: sistemas produtivos constituídos em torno de grandes empresas, que realizam todas as funções (ou as mais importantes) no território e cujas atividades estão integradas na cadeia de produção local; ou, ainda, empresas que fazem parte de cadeias de produção externas e que carecem de vínculos locais.

# **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A análise da globalização como perversidade e como possibilidade nos permite enxergar, no período atual, que para além dos riscos e ameaças que os países menos desenvolvimento enfrentam, há um conjunto de oportunidades e forças que precisam ser aproveitadas e potencializadas. Parece que há uma "construção interrompida", assim chamada por Furtado, que precisamos retomar, reconhecendo neste processo o seu potencial emancipatório. Precisamos nos reconhecer e reconhecer o nosso território para sermos capazes de promover mudanças. Para se retomar um processo de construção, agir em prol de mudanças, com ações de influência e controle sobre o território, é necessário responder algumas perguntas ainda iniciais. Quem somos? Aonde vivemos? O que queremos? E do que precisamos?

A globalização perversa nos impõe alcançar a chamada competitividade regional; enquanto a busca "por uma outra globalização", a globalização humana defendida por Santos, supõe a busca pela participação, através da ação política, no seu sentido mais amplo. Na primeira, é a ação do mercado que comanda ou quer comandar. Nesta última, o que está em jogo é o "empoderamento" de agentes locais, promotores da articulação, da busca do consenso, do diálogo, da construção de pactos e da coesão territorial, tornando-os competentes e responsáveis para a ação de planejar (executar e controlar), a longo prazo e de forma continuada, o desenvolvimento.

Pertencentes ao grupo dos chamados "países menos desenvolvimento", contamos com um processo de industrialização tardio e, na seqüência, deixamos de compreender a necessária realização de investimentos que nos capacitem a avançar no mundo da geração do conhecimento e da tecnologia. No processo de globalização da economia, coube ao território nacional o papel de fornecedor de commodities, impondo cada vez mais o avanço da produção sobre regiões de fronteira, com a implantação de sistemas agroindustriais que modernizaram o campo brasileiro, tornando-o bastante vulnerável. Muitos são os impactos daí decorrentes, de ordem não apenas social e econômica, mas também ambiental face o uso intensivo de recursos naturais. Os investimentos em infra-estrutura econômica (energia, transportes, recursos hídricos e telecomunicações) foram realizados no

sentido de garantir maior fluidez e porosidade territorial, permitindo a criação de novos e mais intensos fluxos de circulação de bens e mercadorias, privilegiando-se algumas regiões em detrimento de outras. As cidades foram ganhando novas funções e novas feições, recebem fluxos de migrantes campo-cidade, intra-regionais e até entre países, e hoje sofrem com a forte pressão pelo aumento da demanda por serviços públicos, em especial, nas áreas de saúde, educação e saneamento ambiental. Concentrando uma população basicamente formada por pobres, que disponibilizam a sua força de trabalho por baixos salários e sem qualificação, muitas cidades ou centros urbanos em áreas de fronteira enfrentam situações de risco. As regiões produtivas convivem com o aumento do crescimento econômico e não recebem os dividendos da riqueza gerada pela produção, respondem por uma parcela cada vez mais significativa da riqueza nacional e não há eqüidade na sua distribuição, ao contrário, aumentam-se as distâncias entre ricos e pobres.

Este foi o papel assumido pelo território, enquanto comandado pela ação do mercado. Este contexto atual se traduz na ação do lugar enquanto receptáculo das ações exógenas. Mas, onde estão as pessoas, os sujeitos, os agentes públicos e privados e a sociedade civil? Será que estes se reconhecem e sabem-se cientes de sua condição e ciosos de seu papel? Este é o mundo tal como é, o mundo da perversidade, onde os caminhos percorridos parecem ter respondido apenas aos apelos da ação do mercado, da força econômica. Mas, como enxergar aí algum potencial emancipatório? Há escolhas, ou caminhos alternativos, a serem feitos que nos apontem oportunidades para a promoção do desenvolvimento? Ou falamos apenas de utopia? Como agir rumo a esta outra globalização? Nos tornamos vulneráveis; assim, parece que talvez a primeira atitude seja a busca da consciência, cientes dos mais variados conflitos e interesses presentes no território. Mas, o objetivo de se obter maior consciência não é fazer com que nossa população sofra os tormentos de se perceber limitada, mas de tornar-se motivo de maior impulso para que essas limitações sejam definitivamente superadas.

Há, portanto, uma necessária busca por ações de influência e controle do "nosso mundo em descontrole", fazendo possível a escolha por caminhos alternativos, visando "uma outra globalização", guiada pela ação conjunta da técnica e da ação política, onde a variável ascendente, deste promissor e ainda incógnito Período Popular da História, é a variável "gente". Agentes e instituições locais que

atuam "de baixo para cima", em busca dos fatores determinantes de mudanças, anteriormente identificados através das leituras de Vázquez Barquero e Boisier, tendo por base as teorias de desenvolvimento endógeno e territorial.

Os recentes movimentos de descentralização e territorialização de políticas de desenvolvimento nos apontam novos conceitos a serem assumidos frente às questões de desenvolvimento regional e local. Outros teóricos selecionados, como Dicken, Gottman e Veltz, auxiliam a presente tese na tentativa de elaboração do conceito de organização do território do desenvolvimento, com análises quanto à construção de um campo comum de atuação do Estado, através de suas políticas de desenvolvimento, e de atuação do Mercado, através da ação econômica, onde se faz possível a articulação de políticas públicas e interesses privados no desenvolvimento; ou, ainda, quanto ao conceito de governança, entendido também sob a ótica da regulação, com claras demandas por articulação e capacitação. A tentativa de elaborar tais conceitos é apresentada no Capítulo VI – Contexto para a Formulação de um Plano de Ação.

Verticalidades e horizontalidades, ação de homens lentos munidos da vontade e da ação política contrapondo-se à fluidez; articulação, informação, aprendizado, atores e instituições locais, solidariedade e mudanças são alguns dos conceitos da Geografia Humana, definidos por Santos (2000), que servirão à esta tarefa. O lugar determina aonde a tal "flecha do tempo", descrita por Santos (2000c), vai se instalar. O evento é específico, tem lugar, não é indiferente ao lugar aonde ele vai se instalar, é por certo comandado por ele. O evento é a flecha do tempo, conduz uma história por se fazer, vem de um tempo possível para um tempo real. A flecha funcionaliza a estrutura de um dado momento — conjunto de proporções e relações. O evento é um veículo. Esta flecha é torta, porque quando ela chega no lugar onde ela pousa, ela ganha as características do lugar, de sua implantação, do seu enraizamento. A flecha do tempo é torta, entortada pelo encontro com o território, o território usado.

Este território usado é então entendido como pleno de "rugosidades", de especificidades, de particularidades e características que garantem a sua forma e podem lhe dar um sentido. Santos (1996:113) chama "rugosidade ao que fica do passado como forma, como espaço construído, paisagem, o que resta do processo

de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares".

As teorias de desenvolvimento territorial e endógeno, defendidas por Boisier e Vázquez Barquero, foram análises indispensáveis. Auxiliam a presente tese na tentativa de se reconhecer, no território do desenvolvimento, quais as suas feições, características ou as tais "rugosidades" presentes no lugar que poderão ser determinantes de mudanças, evidenciando-se o jogo do crescimento econômico e do desenvolvimento, da eficiência econômica e da equidade na distribuição de riqueza, da acumulação e da sustentabilidade, da competitividade e da participação.

A leitura de Vázquez Barquero suscita a formulação de algumas questões, que deverão ser respondidas na Parte B desta tese, quando se avaliam as transformações em curso no centro urbano de Barreiras e região do Oeste Baiano, descritas nos Capítulos IV e V apresentados. Quais dos "determinantes do desenvolvimento endógeno", definidos por Vázquez Barquero, estão presentes na cidade de Barreiras? Este centro urbano, sede de um sistema agroindustrial baseado na soja, viveu um processo recente de dinamização da economia, com acumulação de riquezas e crescimento econômico, o que implicou em um conjunto de transformações urbanas, induzindo mudanças no perfil produtivo da cidade e da região. Este território permitiu a criação e o desenvolvimento de novos espaços agroindustriais e de serviços, devido às suas potencialidades. A região tornou-se competitiva, como demonstrado pela tese de Giordano (1999), registrada no Capítulo III. Pela lógica de Vázquez Barquero (2001:24), no contexto das teorias de globalização e de desenvolvimento endógeno, este "espaço competitivo induz as cidades a responderem estrategicamente através de iniciativas locais, capazes de estimular os processos de desenvolvimento endógeno". Será que Barreiras foi capaz de criar respostas estratégicas ao processo de globalização? Quais são estas iniciativas locais, quem são os atores desta sociedade e quais são os mecanismos próprios desta organização? Qual é o modelo de sistema produtivo local presente em Barreiras? Será aquele que se aproveita do potencial de desenvolvimento e se articula através de redes estimuladoras de relações horizontais e de cooperação? Ou no sistema produtivo local predominam relações hierárquicas entre as empresas de fora da área e as locais? Neste caso, é necessário compreender se há convergência entre as estratégias territoriais dos grupos empresarias e as

estratégias econômicas das cidades e das regiões. E, ao mesmo tempo, questionar se a resultante dessas estratégias é favorável ao desenvolvimento endógeno.

A leitura de Boisier suscita a formulação de um outro leque de questões, que precisam ser respondidas. Quais as formas de capitais intangíveis determinantes do desenvolvimento territorial, que se fazem sentir presentes na cidade de Barreiras e seu entorno? Com freqüência, durante a realização de entrevistas com agentes e instituições locais, sejam líderes comunitários locais ou regionais, não é difícil perceber o tal "inconformismo" apontado por Boisier (1996) ou até mesmo a tal "rebeldia" citada em Santos (2000). Porém, para que possa haver um processo de mobilização social e política para o desenvolvimento, a primeira ação é de sensibilização e mobilização de lideranças locais, explicitando e estruturando as características deste "inconformismo, por vezes latente e difuso", nos dizeres de Haddad (2004). Como se caracteriza a organização social em Barreiras e na região? Esta malha complexa de instituições e agentes atua de modo articulado e sinérgico? Quem são estes atores locais e quais são as suas políticas em prol do desenvolvimento local? Buscam a construção de um projeto político regional? A chave-mestra na condução do processo parece ser a organização social, entendida como fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento.

#### Parte B

#### O Estudo Regional – Barreiras e a Região do Oeste Baiano

Por que a Bahia ou a região do oeste baiano? Vários foram os fatores que contribuíram para a seleção deste território, muitos deles de grande relevância; mas, merece destaque a realidade pujante da região de Barreiras, tendo sofrido profundas transformações no passado recente, vivendo antagonismos e desafios tão próprios da realidade brasileira, subsídios elementares para a elaboração da presente tese.

A questão do desenvolvimento e do planejamento regional constitui-se em um dos assuntos mais importantes no início deste terceiro milênio, marcado pelo processo de globalização/fragmentação. Arroyo (2003) aponta que a lógica criada pela "batalha da competitividade, de natureza fortemente excludente, aprofunda a fragmentação dos territórios", fazendo-se necessário repensar os valores perdidos. A construção de um futuro diferente emerge de novos conteúdos, que tem por base a participação, adotada como princípio e como prática.

Nesta ótica, o estudo regional a ser apresentado nesta Parte B, procura compreender dois fatores determinantes de mudanças no processo de globalização, a competitividade regional e a estrutura da organização social, base do processo participativo local, presentes (ou não) na região de Barreiras, situada no oeste da Bahia.

Inicialmente, registra-se uma análise dos estudos de Giordano (1999), que aponta que a formação territorial dessa fronteira agrícola teve, como motor, a tecnologia informacional e o vetor da cultura da soja, aliada às migrações internas apoiadas por políticas públicas de incentivo aos investimentos para ocupação territorial, caracterizando-se como uma região inserida no processo de globalização de forma competitiva.

Pretende-se, na seqüência, avaliar as conseqüências e os principais impactos daí decorrentes, com a realização de estudos que permitam caracterizar o processo de especialização produtiva vivido na região do Oeste Baiano, evidenciando-se as

mudanças na ocupação espacial e os efeitos sentidos na recente dinâmica social e econômica deste território.

Por fim, deseja-se reconhecer o grau da organização social presente no centro urbano de Barreiras, na tentativa de evidenciá-lo como o fator endógeno capaz de transformar o crescimento econômico verificado em desenvolvimento territorial, local e sustentável, um cenário desejável para a região do Oeste Baiano.

# III. A COMPETITIVIDADE REGIONAL NA REGIÃO DE BARREIRAS

A ocupação de fronteiras agrícolas e a promoção de territórios produtivos tem sido foco de análise de diversas pesquisas acadêmicas, avaliando-se em muitos casos a mobilidade social, as disparidades na distribuição de renda, a competitividade regional e o papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. O presente capítulo tem como objetivo a análise da competitividade na região de Barreiras.

Desta forma, o estudo realizado por Giordano (1999), em sua pesquisa de doutorado, traz muitas contribuições e é focado na área de influência dos municípios de Barreiras, situado no Oeste Baiano, mesmo território empírico da presente tese, e de Balsas, no Maranhão. Caracterizadas como uma região de colonização recente, realizada por pioneiros vindos principalmente do sul do país, Giordano aponta que "o vetor do grande e profundo processo de mudança" vivido por esta região, a partir dos anos 80, "foi sem dúvida alguma a soja". E, continua, "este vetor e as mudanças por ele provocadas inseriu essa longínqua e despovoada região no processo de globalização". A produção de soja nos cerrados nordestinos tornou-se bastante viável técnica e economicamente e causou uma verdadeira "diáspora" de produtores gaúchos em direção aos cerrados (Costa, 1996). Precursores da agricultura produtivista, os migrantes sulistas impulsionaram o espaço agrícola da região, "atribuindo a ele uma outra dimensão de uso e contribuindo para uma nova dinâmica urbana", como aponta Alves (2005).

A hipótese, comprovada por Giordano, é de que as regiões de Barreiras/BA e Balsas/MA, caracterizadas como novas regiões de fronteira agrícola no Brasil, "tem na soja o seu vetor de formação sócio-espacial no período técnico-científico e informacional, inserindo-se no processo de globalização de forma competitiva". Portanto, para o autor, "as duas regiões são competitivas, do ponto de vista agrícola, pois tem tido a possibilidade de manter e aumentar sua produção de soja, tanto domesticamente quanto internacionalmente, melhorando cada vez mais a sua performance técnica e econômica".

Sua tese inicia-se pela conceituação e análise de Sistemas Agroindustriais, utilizado como melhor tradução possível para o vocábulo inglês agribusiness, pois abrange a descrição da organização da produção desde o campo até o consumidor final; e, prossegue com a definição do conceito de globalização e o reconhecimento de diferentes teorias sobre a competitividade, evidenciando-se o conceito de competitividade aplicada ao agronegócio. Desta forma, são avaliadas: a competitividade de Ricardo, das vantagens comparativas, que defende que o comércio internacional beneficia mutuamente os envolvidos nas transações; a competitividade de Porter (1993), que ousou ao incluir um conjunto maior de variáveis ao fator da competitividade, indo além dos baixos custos da produção; a competitividade de Jank (1996), que dividiu a competitividade em conceitos mais amplos, entendido tanto como aumento da produtividade como também enquanto bem-estar dos cidadãos; a competitividade em Best (1990), que demonstra como a alta concentração de tecnologia e densidade técnica, em uma determinada região, pode causar profundas transformações, tornando-as espaços de globalização, competitivos e acumuladores de capital; a competitividade em Farina e Zylbersztajn (1998), que afirmam que "competitividade não tem uma definição precisa, pois compreende tantas facetas de um mesmo problema, sendo difícil uma definição abrangente e útil", como citado em Giordano (1999:93); e, por fim, a competitividade em Muller (1995), que define uma inter-relação bastante grande entre a competitividade e a questão do poder, incluindo-se o conceito de negociação.

Tendo por base a avaliação sobre estes conceitos de competitividade aplicada ao agronegócio, Giordano elabora uma análise sobre a competitividade regional da região de Barreiras, no Oeste Baiano, através da proposição de uma metodologia de análise de espaços das fronteiras agrícolas produtoras de soja, que participam de um mercado globalizado. Para o autor, da mesma forma em que se permitiu falar em cidades mundiais, é possível, no período atual, submetido a um processo maciço de globalização/fragmentação, falar em "regiões produtoras como globalizadas, transnacionalizadas por conta das firmas internacionais e multinacionais que lá operam e reterritorializam seus espaços mundiais de negociações e trocas, também chamados de mercados" Giordano (1999:98).

Santos (1996:51) define o conceito de espaço como "um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de

artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes". Um espaço onde se estabelecem novas dinâmicas regionais, "criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer sem o reger", como apontado por Santos.

Para Giordano (1999:109), "Balsas e Barreiras são exemplos perfeitos de sub-espaços, nos quais suas região não regem, onde os fatores agregadores são as solidariedades organizacionais, repletos de sistemas de objetos e sistemas de ações artificiais".

# III.1. FATORES COMPETITIVOS PRESENTES NA REGIÃO DE BARREIRAS

O ineditismo da pesquisa realizada por Giordano (1999:173) foi propor um sistema de comparação de competitividade inter-regional, baseado em critérios definidos, que possibilitou graduar qual região de fronteiras agrícolas, avaliando-se Barreiras/BA e Balsas/MA, é mais competitiva que a outra, no atual processo de globalização. Para a análise de competitividade das regiões, o autor optou por escolher uma série de critérios demonstrativos.

O primeiro deles são os fatores de competitividade presentes no país, sejam: localização geográfica, estoque de terras, preços da terra, disponibilidade e custo da força de trabalho, capital, crédito, conhecimento, compradores, industrializadores, infra-estrutura, saúde pública e educação. Outros fatores de competitividade regional selecionados para a análise são: as políticas públicas – verificando se existem, se são compatíveis com os programas e temas existentes e se estão em andamento ou paralisados; a demanda doméstica pelos produtos do complexo – verificando-se a existência de mercado interno para os produtos ofertados; a demanda internacional pelos produtos do complexo agroindustrial trabalhado; o *standard* internacional de qualidade com habilidade para exportar dentro do tempo, local e forma desejado pelos consumidores; a capacidade de sobreviver e crescer em mercados concorrentes ou novos; e, por fim, a evolução da participação no mercado, com custos de produção compatíveis.

Os estudos elaborados por Giordano (1999) concluem que a região de Barreiras, no Oeste Baiano, leva uma vantagem competitiva regional em relação à Balsas/MA, de acordo com o método proposto na tese por ele apresentada.

Os resultados da pesquisa de campo elaborada por GIORDANO (1999:187-190) apontam que a região de Barreiras tem boas vantagens relativas à sua localização, situada na formação geográfica denominada Serra Geral; além de possuir amplas áreas desocupadas e, portanto, contando com disponibilidade de terras, cujos preços ainda são baratos, em grande parte por conta da sua acessibilidade e quantidade de estradas e rodovias asfaltadas, comparando-se com a região de Balsas/MA.

A força de trabalho presente em Barreiras é mais qualificada e abundante e a preços mais razoáveis, devido em grande parte à maior oferta de trabalhadores especializados e disponíveis para trabalhar assalariadamente nas fazendas. Segundo a pesquisa realizada, a concorrência e oferta deste tipo de trabalhadores em Barreiras são maiores do que em Balsas, no Maranhão; devido, essencialmente, à estrutura agrária de cada estado. Para Giordano (1999:167), "o Maranhão tem uma estrutura menos concentrada que a Bahia, com um grande número de pequenos produtores que ainda estão ligados e trabalhando em suas propriedades, enquanto que na Bahia, com módulos maiores e estrutura mais concentrada, favoreceu o aparecimento de um número maior de trabalhadores especializados e disponíveis para trabalhar assalariadamente nas fazendas".

Avaliando-se os escritórios de assistência técnica, responsáveis pelos projetos técnicos que dão suporte aos financiamentos e pelos técnicos e funcionários das agências locais do Banco do Nordeste, verifica-se que o capital disponível para investimentos e o crédito destinado às atividades agropecuárias estão presentes em Barreiras e em bom nível. O item conhecimento técnico apresentou um padrão melhor em Barreiras quando comparado a Balsas. Há a presença de compradores, multinacionais e *traders* em ambas as regiões, sendo que os industrializadores estão presentes apenas em Barreiras, conferindo a esta região uma vantagem muito expressiva. A saúde pública e educação também registraram melhores níveis do que aqueles encontrados em Balsas, e são considerados fatores fundamentais para a atratividade de pioneiros para esta região.

O autor avalia, ainda, outros fatores, para o conjunto das duas regiões. As políticas públicas, praticamente as mesmas para as duas regiões, foram melhor orientadas em Balsas, tanto no volume quanto na atração de agricultores através de

projetos específicos. Com relação às demandas domésticas e internacionais, verificou-se que Barreiras atende principalmente o mercado doméstico do Nordeste com óleo e farelo lá processados, enquanto Balsas atende principalmente o mercado internacional, fornecendo soja grão para a exportação.

Face o desempenho recente na atividade sojícola, tanto Barreiras como Balsas apresentam *standard* internacional de qualidade, com muito boa capacidade de sobrevivência e crescimento em mercados concorrentes ou novos. Quanto à evolução da participação no mercado, com custos de produção compatíveis, Barreiras registra melhor desempenho.

O estudo elaborado por Giordano aborda a produção de soja, no mercado globalizado, como uma atividade acumuladora de riquezas e formadora de regiões no Brasil. Descreve o agronegócio da soja, avaliando as condições e fatores da ciência, técnica e informação envolvidos; e, por fim, prova em sua tese que o mercado sojícola brasileiro é globalizado. E, ao propor um método comparativo analisando-se fatores que exprimam a competitividade regional, conclui que a região de fronteira agrícola presente em Barreiras/BA insere-se no processo de globalização de forma competitiva.

A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, como afirma Giordano (1999:191), contando com "a qualificação dos entrevistados, escolhidos em função de suas atividades e do grau de interferência nos negócios da região, ao invés de realizar uma amostragem estatística".

Na análise empírica aqui pretendida, toma-se como ponto de partida a tese comprovada por Giordano, de que a região de Barreiras é competitiva, inserindo-se no processo de globalização, a partir da sua especialização produtiva no sistema agroindustrial. A tentativa agora é por reconhecer os efeitos gerados por tais processos, avaliando-se as mudanças na ocupação espacial e na dinâmica urbana, devidas pela intensificação da produção agrícola, maior ocupação por unidades de armazenamento e de processamento dos produtos, bem como pelo espaço que deverá ser ocupado pelos terminais multimodais de transporte. A análise dos impactos sentidos pelo meio sócio-econômico é realizada no Capítulo IV, mensurando-se alguns indicadores quanto à disparidade de renda, à mobilidade da

população, à dinâmica econômica e a análise de alguns aspectos ambientais relevantes.

# IV. A REGIÃO DE BARREIRAS NO OESTE BAIANO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados dos estudos elaborados para a região de Barreiras, no Oeste Baiano, que contou com a realização de visitas ao centro urbano de Barreiras e aos municípios do entorno ao longo do 2º semestre de 2005 e 1º semestre de 2007. Para esta pesquisa foram realizados coleta e tratamento de dados secundários e a busca de informações, através de entrevistas, tanto com agentes do governo estadual e governos locais, assim como visitas a alguns dos principais agentes econômicos locais e associações representativas dos produtores e das comunidades.

Os dados secundários foram obtidos, em grande parte, através de consulta ao Censo Demográfico 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outras fontes de informações, como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Banco do Nordeste (BNB). Contou também com dados e informações de outros estudos realizados na região, pelos governos estadual e federal, todos referenciados.

# IV.1.A SOJA, OS CERRADOS NORDESTINOS E A REGIÃO DE BARREIRAS

A importância da cultura da soja na formação da fronteira agrícola nos cerrados brasileiros é bastante relevante, tendo configurado este espaço como uma região do agronegócio. Giordano (1999) nos fala da inegável importância da soja para o país, sendo a principal matéria prima para a fabricação de óleo comestível, produzindo, além disso, um complexo do qual se extraem matérias primas diversas para o consumo humano, animal e insumos industriais. A soja, considerada o principal produto agroindustrial brasileiro, é consumida internamente e também exportada.

No passado a pecuária bovina extensiva ocupou territórios de fronteira e serviu de ponta de lança para a agricultura. Para Giordano (1999), nos últimos é a soja que avança à frente de outras atividades, tornando-se por excelência a atividade de fronteira. Outros estudiosos afirmam, no entanto, que há evidências de que a soja esteja ocupando áreas já degradadas, porém com fortes indícios de que

a pecuária extensiva esteja sendo empurrada para um raio mais largo pela produção agrícola em larga escala, especialmente a cultura da soja, potencializando dessa forma a conversão de cerrados e florestas em pastagens. Em áreas de fronteira, grande parte dos plantadores de soja, impulsionados pelas forças do mercado global, estão convertendo as terras dos pequenos proprietários, que acabam expulsos do campo, em áreas de cultivo mecanizado. Assim, o avanço das produções em larga escala tem inviabilizado as economias de subsistência e contribuindo para a reconcentração fundiária.

Inicialmente produzida apenas no Estado do Paraná, a cultura da soja ganhou maior impulso na década de 1970, expandindo-se em direção a região Centro-Oeste, com o cultivo nas áreas de cerrado. A partir dos anos 80, observa-se uma ocupação mais efetiva de novas regiões, com destaque para o sudoeste de Goiás e a região da Chapada dos Parecis (norte do Mato Grosso), além dos cerrados nordestinos, concentrada nos municípios de Barreiras (oeste da Bahia), Balsas (sul do Maranhão) e Uruçuí (sul do Piauí). Atualmente, a área cultivada com soja no País totaliza 20,5 milhões de hectares, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) para o ano de 2005, realizada pelo IBGE. Segundo estimativas realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a safra estimada para 2007 é de 55,238 milhões de toneladas, colocando o Brasil na liderança do mercado mundial de soja, tornando-se, até 2017, o país responsável por 34% da produção e praticamente metade das exportações mundiais (46,5%).

Giordano (1999) afirma, ainda, que a soja não é meramente mais uma atividade agrícola, pois esta "cultura traz consigo alta tecnologia agrícola, além de estar integrada a indústrias e mercados nacionais e internacionais". E, continua, "é uma atividade altamente competitiva internacionalmente, estando os níveis de produtividade brasileira, entre os maiores do mundo".

A safra brasileira é escoada, de forma geral, com custos de frete muito elevados, devido à ineficiência do transporte da produção, com o modal rodoviário concentrando 60% da carga transportada e as ferrovias respondendo por 33%. Hoje, o principal modal é o rodoviário, atendido pelas BR-242 (Barreiras-Salvador), BR-020 (Barreiras-Brasília) e BR-135 (Barreiras-Teresina), contando ainda com o chamado Anel da Soja, formado pelas rodovias estaduais que cortam as principais

regiões produtoras (BA-459, BA-460, BA-461 e BA-462). Nesse sentido, o Oeste Baiano e o sul do Maranhão e do Piauí têm se consolidado como a nova frente de expansão da soja; devido, especialmente, em função de novas condições de logística que privilegiam o modal ferroviário. Investimentos estão sendo realizados pelo Governo do Estado da Bahia, com a implantação da Ferrovia Leste-Oeste, que ligará Luis Eduardo Magalhães a Brumado e Salvador, permitindo a exportação através dos portos de Salvador, Ilhéus, Aratu e, mais recentemente, para o embarque da soja em grão e em farelo através do Terminal Privativo Cotegipe, situado na capital baiana. Vale lembrar que os investimentos estaduais realizados na construção desta ferrovia são também justificados pela possibilidade de escoamento do minério de Caetité, na região sudoeste da Bahia, com uma das principais reservas de ferro do país. Há, ainda, outras canais de distribuição da produção de grãos, com a ampliação do Porto do Itaqui, em São Luís, e com a melhoria da malha logística que leva os grãos até o porto, utilizando-se da Ferrovia Carajás, resultando num dos menores custos de frete em comparação com as principais áreas de produção de soja existentes no país. Além disso, essa região conta com extensa área de cerrado, própria para o cultivo da soja.

Os cerrados brasileiros ocupam cerca de 24% do território nacional, com aproximadamente 204 milhões de hectares, onde situam-se grande quantidade de sistemas ecológicos estáveis e resistentes, mas que, sensíveis à ação antrópica, vem sendo ameaçados pela exploração agrícola. Com sua ocupação iniciada nas regiões do Triângulo Mineiro e Sul de Goiás, expandiu-se posteriormente até a zona de pecuária extensiva no estado de Mato Grosso do Sul. A ocupação da sua parte setentrional, sul do Maranhão, sudoeste do Piauí, oeste da Bahia e o Tocantins, deu-se, sobretudo, a partir da construção de Brasília e da abertura dos corredores BR-153 (Belém-Brasília), BR-020/BR-242 (Brasília-Salvador) e BR-020/BR-135 (Brasília-Barreiras-Picos).

Vários programas governamentais contribuíram para a ocupação das áreas de cerrados, com destaque para o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972; o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), iniciado em 1975, que beneficiou áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais; e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

(PRODECER), cuja implantação deu-se em diferentes etapas. A primeira iniciada em 1980 beneficiou o Noroeste de Minas Gerais; a segunda etapa foi iniciada em 1987 e beneficiou regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia, com a realização de dois projetos na região de Barreiras; a terceira etapa, por sua vez, foi uma implantada para beneficiar os estados do Maranhão, particularmente a região de Balsas, e do Tocantins, a região de Pedro Afonso. Nos últimos anos, sua expansão incluiu áreas do Piauí, Tocantins e Rondônia.Contou com recursos oriundos dos governos brasileiro, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste (BNB) e japonês, através da *Japan International Corporation Agency* (JICA).

Com uma superfície de 265 mil km², 17% do Nordeste, o Cerrado Nordestino estende-se pelo oeste do Maranhão, Piauí e Bahia, constituindo-se espaço de transição, além de tensão ecológica, entre o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste. Confronta-se ademais a três grandes bacias hidrográficas: as do Tocantins, do Parnaíba e do São Francisco. Com baixas densidades demográficas e a presença de áreas próprias a cultivo de soja, em função das características de micro-clima, umidade relativa e temperatura, somados aos investimentos realizados pelos programas governamentais, favoreceram a formação de regiões produtoras nos cerrados nordestinos.

O Cerrado ainda é área a ocupar, demográfica e economicamente. Segundo estudos elaborados pelo Banco do Nordeste (BNB), sua população total, de 976 mil, gera apenas quatro habitantes por km², tendo crescido, entre 1970 e 2000, a quase 2% anuais, expansão apenas 10% acima da média nordestina. Seu PIB, pouco mais de US\$ 1,6 bilhão (o menor dentre as áreas estratégicas nordestinas), evoluiu a 7,5% anuais entre 1970 e 1998 (o mais alto crescimento dentre as áreas). O PIB *per capita*, US\$ 1.761, é o segundo maior dentre as áreas estratégicas definidas pelo Banco do Nordeste (BNB) e se expandiu aceleradamente a uma média anual de 5,4% (1970-1998). O IDH, 0,445 cresceu 59% em 1970-1991, desempenho um pouco abaixo do regional. Desta forma, o Cerrado revelou elevado dinamismo produtivo nos últimos anos, embora sua economia tenha partido de base muito pequena. Esse crescimento, impulsionado pela agricultura de grão (soja e milho, principalmente) e seu beneficiamento parcial, tem condições de manter-se por longo tempo, dada a disponibilidade de terras propícias a seu cultivo.

A região de Barreiras, nos Cerrados Nordestinos, tem apresentado um grande crescimento na produção de soja nos últimos 20 anos, o que tem demonstrado uma vocação para a produção de grãos e proteínas. Com a presença de empresas nacionais e transnacionais, atuando na compra e venda, transporte, armazenamento e comercialização da soja, Barreiras tornou-se um espaço nacional de economia internacional, vivendo um intenso processo de especialização produtiva, com a atração de migrantes, transferindo um grande número de agricultores especializados no cultivo da soja, vindos especialmente do Rio Grande do Sul e do Paraná. E a chamada "mobilidade sulista para as áreas de expansão de fronteiras agrícolas", apontada por Alves (2005), quando migrantes sulistas passam a desenvolver a agricultura modernizada, impondo novas dinâmicas econômicas e espaciais, com recentes transformações produzidas tanto no espaço agrícola quanto no urbano. Há, ainda, outros autores que avaliam a migração sulista para a região do oeste baiano, como o estudo realizado por Haesbaert (2002), ao apontar a existência de "confrontos entre os migrantes sulistas, conhecidos genericamente como gaúchos e os nativos nordestinos".

No final da década de 70, houve ações estatais e privadas que induziram o crescimento da região, como destaca Alves (2005:56): a "implantação de programas de desenvolvimento agropecuário, administrados pelo PRODECER e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); apoio à pesquisa de melhoramento agrícola, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); créditos financeiros facilitados, sobretudo em bancos públicos; etc." Desta forma, houve um forte direcionamento do fluxo migratório para o município de Barreiras e região, liderado pelos sulistas, que se aproveitaram dessas iniciativas políticas e do baixo preço das terras.

Atualmente, Barreiras, no Oeste Baiano, é um centro urbano regional, que abriga pouco mais de 130 mil habitantes no total municipal. A cidade é conhecida como a capital da soja dos anos 80 e principal centro urbano dos cerrados baianos. Barreiras é o principal produtor de soja da região Nordeste e já se destaca em outros cultivos, como algodão, café, milho e frutas. Lá surgiu uma nova rede urbana, superposta à antiga, e capitaneada pela cidade de Barreiras, cujo raio de influência se estende sobre as cidades de Angical, Baianópolis, Cotegipe, Formosa do Rio Preto (próxima à divisa com o Piauí), Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e

São Desidério. Ao final dos anos 80, agroindústria passou a diversificar a sua produção, com a introdução de frutas e hortaliças, e uso da irrigação, revigorando a economia local. Os projetos industriais instalados, assim como as intenções de investimentos dos últimos anos, têm apontado para uma provável intensificação do movimento de verticalização do complexo da soja na mesorregião, com a instalação de plantas ligadas à suinocultura e à avicultura. Tem crescido também o número de projetos de hortifruticultura.

Responsável pela geração de quase 2% da renda estadual, Barreiras ampliou suas relações comerciais com as demais cidades da mesorregião, expandindo sua influência para além da Bahia, até Goiás e Tocantins. Tende a ampliar mais ainda as suas relações com o seu entorno, substituindo o tradicional domínio que Barras mantinha na mesorregião. Os núcleos urbanos, nos cerrados baianos, ainda estão fragilmente conectados. A baixa densidade populacional deve-se a uma base fundiária com extensas propriedades, ocupadas gradativamente não só com a soja, mas também com frutas e hortaliças.

Os fluxos de investimentos, tanto no surto inicial do *boom* da produção de grãos quanto agora, no momento de diversificação da base agroindustrial, têm implicado vigorosos movimentos populacionais. A população urbana cresceu 6,32% a.a. no período 1970-2000. Todavia, a concentração de atividades de capital intensivo, poupadoras de mão-de-obra, sinaliza que haverá relativa pressão populacional sobre Barreiras. Paralelamente, tal fenômeno tende a estimular a manutenção de uma rede de cidades menores próximas às áreas de produção agropecuária.

No período atual, amplia-se a descentralização produtiva e os territórios mais ativos são aqueles mais aptos aos produtos exigidos pelo chamado mercado mundial. Há uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas, e onde cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. Neste contexto, as regiões podem perder o comando sobre o que nelas acontece, pela pressão global sobre as populações locais. E o principal desafio é garantir a introdução de conceitos de sustentabilidade ambiental, eqüidade social e endogenia na concepção e na implantação de programas de desenvolvimento econômico local, buscando potencializar os efeitos

positivos e mitigar ou compensar impactos negativos sentidos ao longo deste processo.

## IV.2. DIAGNOSTICO SOCIO-ECONOMICO

A base territorial selecionada para a pesquisa envolveu os municípios associados à União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB), criada em 2005, reunindo 20 municípios do entorno de Barreiras. Estes municípios pertencem, na sua maioria, à mesorregião do Extremo Oeste Baiano ou, ainda, à mesorregião do Médio São Francisco. São eles: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Muquém do São Francisco, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley. A região em estudo limita-se a oeste com os Estados do Tocantins e Goiás, ao norte com o Estado do Piauí e a leste com o Rio São Francisco.

# IV.2.1. REDE URBANA HIERARQUIZADA DO OESTE BAIANO

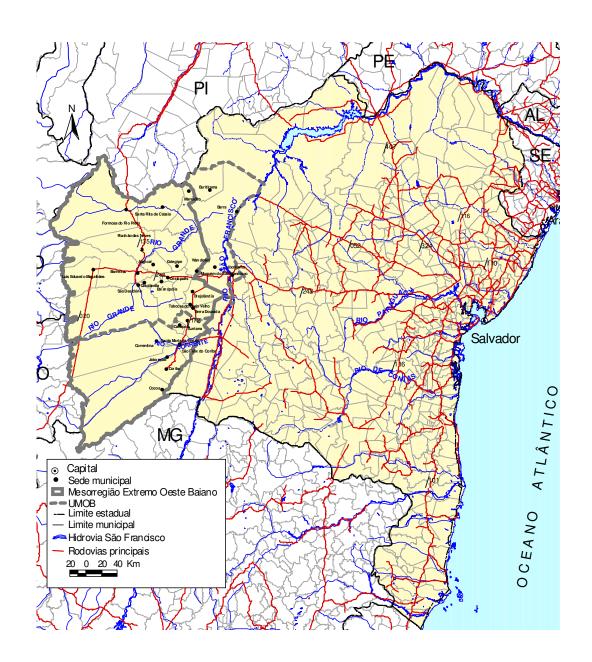
A região em estudo é constituída pelos municípios associados à UMOB, municípios estes na sua maioria polarizados pelo centro urbano de Barreiras. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2002), Barreiras é classificada como uma cidade com função de Centro Regional de primeira ordem. Conhecida como a capital da soja dos anos 80, Barreiras é o principal centro urbano dos cerrados baianos. Lá surgiu uma nova rede urbana, superposta à antiga, e em via de consolidação, reflexo e reforço das necessidades colocadas pela geração de riquezas na região.

Merece destaque a recente criação do município de Luis Eduardo Magalhães, a partir do desmembramento do município de Barreiras. Enquanto boa parte dos migrantes sulistas instalava-se na cidade de Barreiras, com maior infra-estrutura urbana, ou ainda em outros municípios da região, como São Desidério e Correntina, outros tantos foram residir junto às suas novas propriedades, "frequentemente sob o comando de uma cooperativa", como afirma Alves (2005), "surgindo daí alguns novos povoados". Entre eles, o povoado que mais cresceu foi Mimoso do Oeste, distante cerca de 100 km de Barreiras e nascido a partir da instalação de um posto de combustível, em 1982, no entroncamento rodoviário para as cidades de Salvador

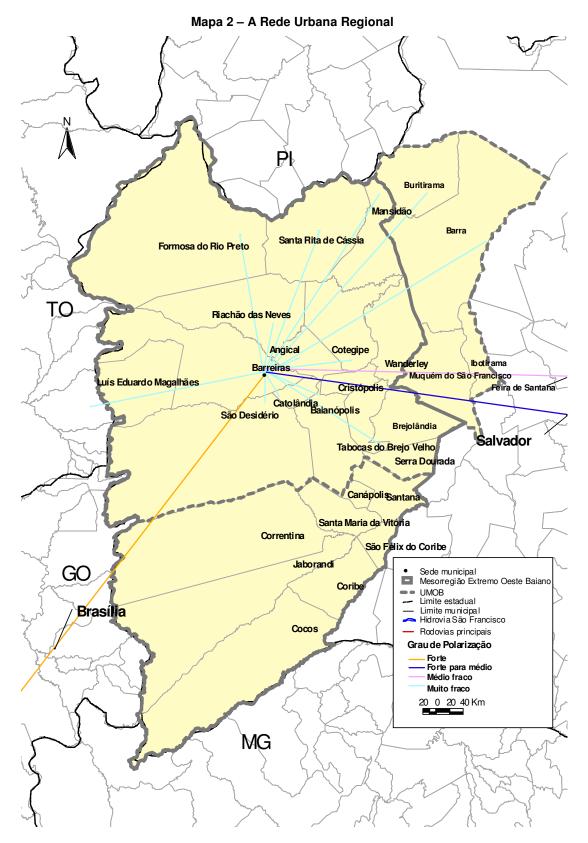
(BR-242) e Brasília (BR-020). A criação do novo município, com população na sua maioria formada por sulistas, deu-se no ano de 2000, e a escolha de seu nome foi uma homenagem ao deputado federal morto em 1998, filho do mais influente político da Bahia, o senador Antônio Carlos Magalhães.

Nos Mapas 1 e 2, a seguir apresentados, verifica-se que a ligação do Centro Urbano de Barreiras com a capital federal Brasília é classificada como de nível hierárquico mais forte que a ligação estabelecida com a capital baiana Salvador. Barreiras polariza praticamente todos os municípios associados à União dos Municípios do Oeste (UMOB); e, ainda, outros situados à leste, como Barra e Buritirama.

Mapa 1 – O Estado da Bahia e a Região Oeste



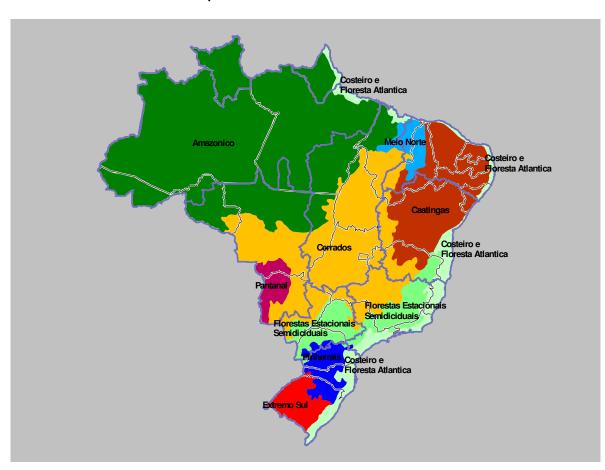
Fonte: IBGE - Mesorregião do Extremo Oeste Baiano e Bahia, elaboração Geógrafa Mônica Bárbara



Fonte: IPEA, Redes Urbanas Regionais, 2002, elaboração Geógrafa Mônica Bárbara

Há ainda dois outros centros urbanos de menor importância, sejam: Santa Maria da Vitória, que polariza sete outros municípios de seu entorno; e, Ibotirama, polarizando cinco municípios, todos situados na Mesorregião do Médio São Francisco. Ambos os centros são polarizados pelo município de Bom Jesus da Lapa.

Barreiras é um centro urbano moderno que polariza boa parte dos municípios do Oeste. Porém, verifica-se que a sua identidade regional se dá para além dos municípios da Bahia. Parece que a ligação e identidade do território do Oeste Baiano com outras regiões do Centro-Oeste são devidas, acima de tudo, pela presença do cerrado, um mesmo ecossistema, com mesmo clima e áreas de chapadas, como mostra o Mapa 3. Ou, ainda, pela identidade produtiva, assemelhando-se às regiões produtoras de grãos dos estados centrais do país.



Mapa 3 - Ecossistemas Brasileiros

Fonte: Estudo dos Eixos – BNDES/MPOG, 1999.

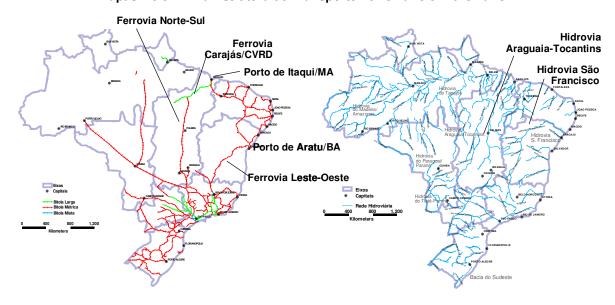
As terras do Oeste Baiano, pejorativamente chamadas no passado do "além São Francisco", articulam-se com o Centro-Oeste, estados de Tocantins e Goiás, ou ainda com as terras do Médio São Francisco. Este território é um dos extremos territoriais do estado da Bahia, e é considerado uma das áreas de grande dinamismo econômico. Caracteriza-se pela presença de moderna produção agrícola, de setores agroindustriais em expansão e de centros urbanos de tamanho médio bem estruturados.

Os vínculos com Salvador devem-se especialmente à função político-administrativo ou, ainda, quando da necessidade de escoamento da produção, sendo esta uma das alternativas possíveis. O Oeste Baiano pode se articular com outras regiões do País através dos principais corredores de transportes nos sentidos norte-sul, sejam: a hidrovia do São Francisco e a Ferrovia Leste-Oeste, a leste da área de estudo, ou a Ferrovia Norte-Sul e Hidrovia Araguaia-Tocantins, corredores projetados a oeste.

Há, portanto, uma centralidade geográfica e uma posição estratégica na questão da integração nacional, em especial quando se avaliam o potencial de integração intermodal de transportes. A seguir, será dada ênfase na análise da infraestrutura de transportes existente hoje na região do Oeste Baiano.

## IV.2.2. INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES NO OESTE BAIANO

A região em estudo delimita-se a oeste com uma infra-estrutura de transportes que envolve as instalações do complexo portuário de São Luís, as ferrovias Carajás e Norte-Sul e as Hidrovias do Araguaia e Tocantins. A leste situa-se a Hidrovia do São Francisco, ligando Barreiras a Juazeiro e este ao Porto de Suape, em Pernambuco, ou, ainda, com novos investimentos previstos pelo Governo do Estado da Bahia, com a complementação da rede ferroviária, ligando o Oeste da Bahia à ferrovia Leste-Oeste.



Mapas 4 e 5 – Infra-Estrutura de Transporte Ferroviário e Hidroviário

Fonte: Estudo dos Eixos - BNDES/MPOG, 1999.

Esta configuração faz do Oeste Baiano um fator essencial na integração intermodal entre o sistema hidroviário da região central e ferroviário, permitindo o escoamento da produção agropecuária e agro-industrial dos cerrados.

A Hidrovia do São Francisco apresenta extensão total de cerca de 4100 km, incluindo os trechos navegáveis de seus principais afluentes: Grande (366 km), Corrente (108 km), Preto e das Velhas. Porém, a navegação comercial somente é realizada no chamado Médio São Francisco, no trecho Pirapora (MG) - Juazeiro (BA) /Petrolina (PE), com extensão de 1271 km, por permitir o tráfego durante todo o ano de embarcações com até 1,20 m de calado. Com baixo índice de aproveitamento, esta hidrovia pode se transformar em um dos mais importantes mecanismos para aumentar a integração econômica norte-sul. Seus principais portos situados ao longo da hidrovia são: Petrolina, Pirapora, Ibotirama, Juazeiro, Itacarambi e Januária.

Estão sendo implementados projetos visando o aumento da capacidade de produção da hidrovia, principalmente nos estados da Bahia, relativos à melhoria das condições de navegação e facilidades portuárias, e de Pernambuco, com as obras do porto de Petrolina. O projeto de construção do trecho ferroviário ligando Petrolina a Salgueiro, uma das etapas da Ferrovia Transnordestina, gera uma grande expectativa quanto a uma verdadeira integração multimodal para a transferência de

carga geral, antes atendida exclusivamente pelo modo rodoviário, para a hidrovia e ferrovia, operando a custos mais convenientes. As duas eclusas em operação no Rio São Francisco (Sobradinho e Juazeiro-Petrolina) permitem a navegação ininterrupta. A ampliação do Porto de Suape, nas proximidades de Recife (PE), através de dragagem, construção de berços de cais, urbanização, etc., permitirá sua transformação no principal porto concentrador de cargas da Região Nordeste, atendendo inclusive o escoamento dos produtos da Hidrovia do São Francisco, através da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) e da Ferrovia Transnordestina.

A Hidrovia Araguaia-Tocantins, Ferrovia Norte-Sul, Ferrovia Carajás e o Porto do Itaqui configuram a vertebração principal do eixo Araguaia-Tocantins, caracterizado como um escoadouro privilegiado de exportações de granéis, notadamente minérios e grãos, originários ou não de seu território. A Hidrovia Tocantins-Araguaia tem uma área de influência estimada em 850.000 km² e atinge sete estados brasileiros. A navegação na Hidrovia Tocantins-Araguaia restringe-se no momento ao transporte micro-regional, utilizando embarcações de pequeno porte, que percorrem distâncias médias reduzidas em relação às suas disponibilidades, devido à falta de infra-estrutura adequada. A hidrovia está integrada ao subsistema rodoviário em Xambioá (TO) e Estreito (MA). Integrar-se-á ao subsistema ferroviário com a chegada das linhas da Ferrovia Norte-Sul a Estreito. A partir daí, poderão ser atingidos os portos de Itaqui e Ponta da Madeira, no Maranhão, bem como a linha da Estrada de Ferro Carajás, explorada pela Companhia Vale do Rio Doce, com extensão total de 2.746 km.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) é formada pela linha que faz a ligação entre as minas de minério localizadas na Serra dos Carajás e o terminal portuário de Ponta da Madeira, em uma distância de 890 km. Além dessa linha tronco, a Malha Carajás conta também com um trecho da Ferrovia Norte-Sul, que se inicia em Açailândia, em entroncamento com a linha tronco da Malha Carajás e estende-se até Imperatriz (MA) com uma extensão total de 93 km. Suas linhas, em bitola larga e linha singela, são operadas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e integram o sistema mina-ferrovia-porto da CVRD no norte do País. A Malha Carajás é a mais moderna ferrovia do País e suas linhas encontram-se em perfeito estado. Os principais fluxos de transporte da Malha Carajás e que justificaram sua construção, são o minério de ferro e o de manganês. Os demais principais produtos são: ferro

gusa, soja, fertilizantes, madeira, combustível, veículos e carga geral; além do transporte de passageiros.

A infra-estrutura rodoviária, embora aparentemente com boa cobertura, apresenta enormes deficiências, tendo sido alvo de recentes investimentos em obras de pavimentação, que melhoraram significativamente as condições de tráfego. Algumas rodovias federais cortam a região, são elas: a BR-242 que liga a região do oeste à capital Salvador, no sentido leste-oeste; a BR-020 que liga Brasília à cidade de Luis Eduardo Magalhães; e, a BR-135 que liga Barreiras à Teresina, no Piauí. Dentre as estradas estaduais, destacam-se as quatro rodovias que conformam o chamado Anel da Soja, sejam: BA-459 (BR-242 a BA-460-Placas), BA-460 (BR-242 à divisa BA/TO), BA-461 (BA-460, Bela Vista e Alto da Serra) e BA-462 (Novo Paraná, Alto Horizonte a Alto da Serra), situadas nas proximidades do município de Luis Eduardo Magalhães.

A grande demanda por transportes na região é gerada por produtores agropecuários e agroindustriais e são muitos os gargalos existentes. E, ao mesmo tempo, é sabido o potencial econômico do transporte ferroviário ou hidroviário, comparando-se com o modal rodoviário. São muitos os problemas a enfrentar, na adequação da oferta de transportes para a região do Oeste Baiano. A malha rodoviária é inadequada às necessidades de escoamento das safras da nova fronteira agrícola; o sistema ferroviário tem extensão insuficiente para o escoamento do potencial de cargas a granel; e, o uso do transporte hidroviário é limitado atualmente em função das restrições de calado e terminais de transbordo. Há também problemas a enfrentar com o uso de sistema intermodal, pois há possibilidade de perdas de cargas; por ocasião da realização dos transbordos. Esta, por sua vez, deve ser analisada contrapondo-se às perdas atuais, de elevado volume, devidas à precariedade das estradas de rodagem, que unem a região do oeste à capital ou, ainda, a outras regiões do país.

As possibilidades de escoamento são múltiplas e estão presentes na região interesses de grandes grupos econômicos de atuação em âmbito nacional. Dentre os projetos em andamento, merecem destaque a Ferrovia Leste-Oeste, já citada como uma proposta do governo estadual, e o Terminal de Grãos do Maranhão, junto ao Porto do Itaqui.

No âmbito estadual, prioriza-se a realização de obras para a implantação da Ferrovia Leste-Oeste, com obras de recuperação da ferrovia existente, no trecho de Salvador a Brumado (previstas para 2008), e obras de construção de novos trechos ferroviários entre Brumado e Ibotirama (previstas para 2011) e Ibotirama até Barreiras e Luis Eduardo Magalhães (previstas para 2015). Estas intervenções, definidas pelo Programa Estadual de Logística de Transportes (PELT) da Bahia, estarão em fase operacional no ano de 2020, contando também com a instalação de um Centro de Logística na cidade de São Desidério.

No âmbito federal, muitas são as ações e obras propostas e incidentes sobre a região de Barreiras, com destaque para algumas que foram recentemente priorizadas quando do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a seguir identificadas.

No transporte rodoviário, o PAC priorizou a construção dos seguintes trechos rodoviários na BR-135: na divisa dos estados da Bahia e Piauí (em Formosa do Rio Preto), São Desidério-Correntina e Correntina-divisa Bahia e Minas Gerais. Parte deles está inserida no Corredor de Biodiversidade do Jalapão e outra parte está no Corredor do Paraná. Comercialmente, as obras facilitarão o escoamento da produção agrícola do oeste da Bahia e do sul do Piauí para os portos na região Sudeste. Com recursos já gastos ao longo dos anos de 2004 e 2005, não foi concluída a pavimentação de nenhum quilômetro de rodovia nos dois anos.

No transporte ferroviário, uma obra prioritária é a construção da Ferrovia Norte-Sul, ação do PPA do Governo Federal. Este projeto, que atravessa o Cerrado brasileiro interligando as regiões Norte e Nordeste a Sul e Sudeste, consiste, inicialmente, na construção de 1.352 km de ferrovia entre Estreito (MA) e Anápolis (GO), com extensão total de 1.572 km (VALEC, 2006). A meta imediata do governo federal é terminar as obras até Palmas (TO). Inicialmente previsto como uma Parceria Público-Privada (PPP), por meio de concessão comum e sem necessidade de contrapartida do governo, hoje conta com recursos remanejados e destinados para a construção da Ferrovia Norte-Sul por meio de crédito extraordinário. As empresas Bunge, Cargill e Multigran investiram em instalações para as operações de carga, transbordo e armazenagem de grão, atraídas pelas vantagens econômicas do transporte ferroviário.

A implantação e operação da Ferrovia Norte-Sul implicará na redução de custos logísticos da produção agrícola, favorecendo o crescimento da área plantada em importantes regiões do Cerrado e das áreas de transição deste com a Amazônia. A Hidrovia do Tocantins, por sua vez, pode ser tornar importante para o escoamento da produção do Cerrado e induzir o aumento desta antes mesmo da conclusão das Eclusas de Tucuruí, ao se conectar com a Ferrovia Norte-Sul e a Estrada de Ferro Carajás, para alcançar o Porto do Itaqui, no Maranhão. Com a realização das obras de ampliação do Porto do Itaqui (EMAP, 2006) tem-se mais um fator que induz o aumento da produção no sul do Piauí, área hoje sob forte pressão ambiental, bem como em toda a região dos cerrados.

O Terminal de Grãos do Maranhão, junto ao Porto do Itaqui permitirá escoar a produção de soja do Centro-Oeste e do sul-maranhense, e está envolvendo ações dos grupos Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Bunge, Cargill, Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Wilson Sons, além da Caramuru Alimentos, maior esmagadora de soja no Brasil de capital nacional.

#### IV.2.3. DINAMICA SOCIAL DO OESTE BAIANO

Os municípios da região Oeste da Bahia caracterizam-se pela baixa densidade habitacional e baixas taxas de crescimento anual na década de 1991/2000, apresentando, ainda, perdas de população nos municípios de Angical, Baianópolis e Brejolândia. Apenas os municípios de Barreiras e Buritirama apresentam valores significativos de crescimento no período. Do total de 20 municípios associados à UMOB, 14 municípios contam com menos de 20 mil habitantes, conforme registra a Tabela 1, a seguir apresentada.

Tabela 1 – População no Oeste Baiano, período 1991-2000

Municípios do Oeste Baiano	Área	Densidade	Populaç	ção Total	Taxa
Municipios do Oeste Balano	em km2	Hab/Km <sup>2</sup> <sub>(2000)</sub>	1991	2000	91-00 (%)
Angical	1.497,5	9,8	16.052	14.701	-0,97%
Baianopolis	3.428,7	3,6	13.823	12.179	-1,40%
Barra	12.348,4	3,6	39.806	44.203	1,17%
Barreiras	7.895,2	16,7	92.640	131.849	4,00%
Brejolandia	2.629,0	3,3	11.268	8.762	-2,76%
Buritirama	3.813,5	4,7	12.539	17.797	3,97%
Catolandia	623,1	5,0	3.274	3.092	-0,63%
Cotegipe	4.162,0	3,2	12.480	13.374	0,77%
Cristopolis	884,2	14,3	12.651	12.662	0,01%
Formosa do Rio Preto	16.514,3	1,1	15.418	18.288	1,91%
Ibotirama	1.396,6	17,3	23.270	24.149	0,41%
Luis Eduardo Magalhães*	4.014,5	5,0	-	20.169	-
Mansidao	3.155,5	3,5	10.290	11.046	0,79%
Muquém do São Francisco	2.878,7	3,1	8.257	9.052	1,03%
Riachao das Neves	5.865,2	3,7	20.282	21.917	0,87%
Santa Rita de Cassia	6.094,6	3,9	23.240	24.026	0,37%
Sao Desiderio	14.876,1	1,3	18.977	19.006	0,02%
Serra Dourada	1.447,4	12,4	17.473	18.015	0,34%
Tabocas do Brejo Velho	1.556,5	8,1	11.281	12.619	1,25%
Wanderley	3.055,3	4,5	13.637	13.649	0,01%
Total Municípios da UMOB	98.136,3	4,6	376.658	450.555	1,49%

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.

Mesmo sendo uma região geradora de riquezas, o Oeste Baiano conta com baixos indicadores de renda. No ano 2000, os dados da região apontam que o percentual de renda apropriada pelos mais pelos 20% mais pobres era de 0,88%, contra 3,84% verificado para o ano de 1999. Para o último ano, o município com o melhor valor era Cotegipe (2,98%), sendo que 6 municípios estavam empatados com o pior valor (zero).

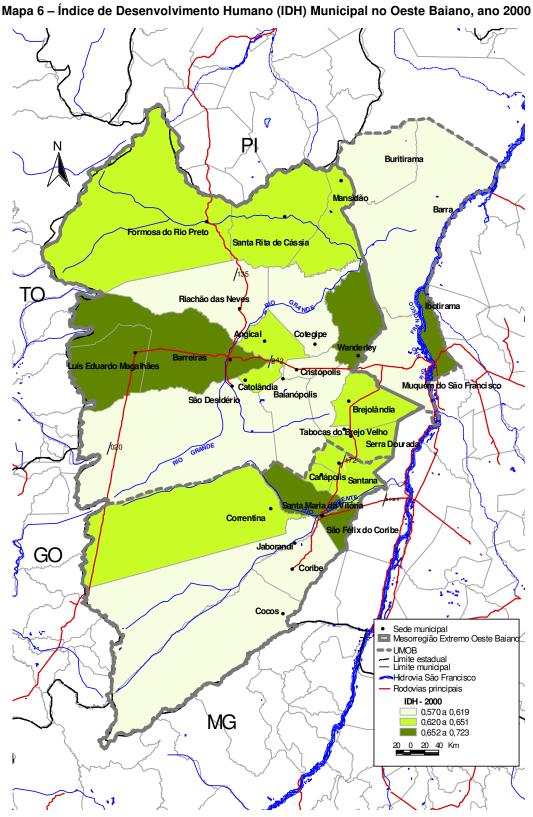
Esta ainda maior concentração de renda em 2000 aponta que o município com maior percentual de renda apropriada pelos 20% mais ricos da população era Formosa do Rio Preto (79,87%), e o pior valor era o de Catolândia (51,95%), conforme registra a Tabela 2.

Tabela 2 – Renda no Oeste Baiano, período 1991-2000

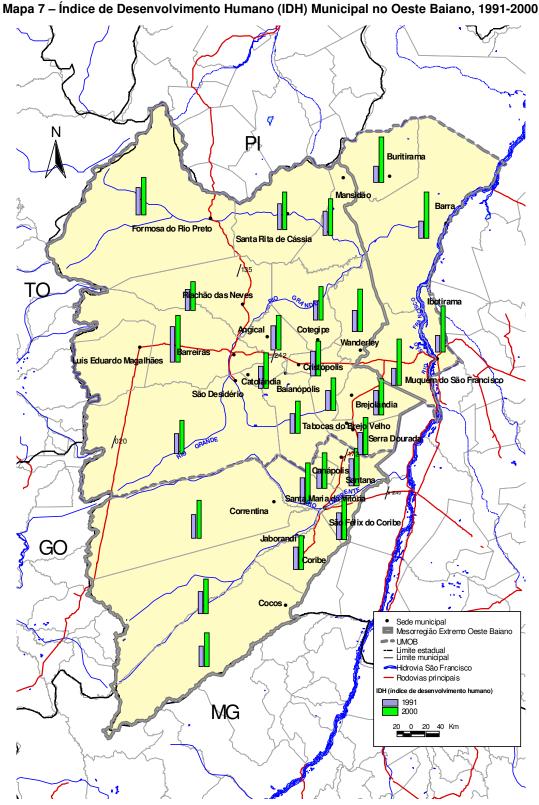
	% da renda a	propriada	% da renda apropriada			
Municípios do Oeste Baiano	pelos 20% m	ais ricos	pelos 20% mais pobres			
	1991	2000	1991	2000		
Angical	54,86%	54,31%	4,17%	2,71%		
Baianopolis	58,43%	78,41%	2,83%	0%		
Barra	62,73%	68,33%	2,14%	0%		
Barreiras	66,26%	67,11%	2,65%	2,01%		
Brejolandia	48,59%	56,51%	5,34%	0,21%		
Buritirama	51,82%	76,43%	5,12%	0%		
Catolandia	55,35%	51,95%	2,96%	0,99%		
Cotegipe	60,30%	57,46%	3,10%	2,98%		
Cristopolis	58,26%	58,76%	4,19%	2,27%		
Formosa do Rio Preto	78,18%	79,87%	1,17%	0%		
Ibotirama	65,82%	72,35%	3,37%	0,43%		
Mansidao	50,02%	69,64%	5,42%	0%		
Muquém do São Francisco	50,46%	63,10%	5,09%	1,10%		
Riachao das Neves	54,87%	61,39%	4,10%	0%		
Santa Rita de Cassia	55,97%	71,49%	4,38%	0,01%		
Sao Desidério	62,03%	56,52%	2,89%	0,73%		
Serra Dourada	54,74%	63,60%	5,23%	1,45%		
Tabocas do Brejo Velho	50,91%	63,56%	5,77%	0,11%		
Wanderley	62,05%	65,72%	3,06%	1,80%		
				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
Média dos Municípios da UMOB	57,98%	65,08%	3,84%	0,88%		

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), é um indicador síntese que reúne três indicadores, sejam: longevidade, expresso pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, captado pela taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior; e, renda per capita. Os Mapas 6 e 7, apresentados a seguir, registram os valores do IDH Municipal na região do Oeste Baiano, nos anos de 1991 e 2000.



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, elaboração Geógrafa Mônica Bárbara



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, elaboração Geógrafa Mônica Bárbara

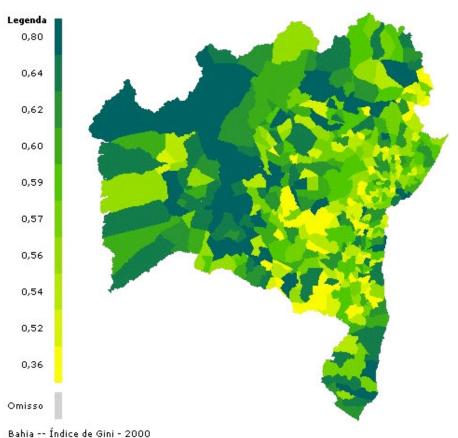
O IDH do Brasil, no ano de 2000, atingiu o valor de 0,757 em 2000. O Brasil se situa entre os países de médio desenvolvimento humano, e ocupa no ranking dos 173 países presentes no relatório do PNUD, é a 73ª posição. O IDH da Bahia, no ano de 2000, atingiu o valor de 0,693 e ocupa no ranking dos estados brasileiros a 20ª posição. A média do IDH para os municípios da UMOB, no mesmo ano, é de 0,630, abaixo portanto da média estadual. O município com menor IDH é Riachão das Neves (0,570), enquanto Barreiras detém o melhor resultado para o ano 2000 (0,723).

Avaliando-se a evolução relativa nos índices municipais, verifica-se que esta é reflexo da melhoria na educação, mas sem avanços na distribuição de renda. Entre os anos de 1991 e 2000, o IDH municipal teve um incremento entre 14,03%, no município de Riachão das Neves, e 26,20%, no município de Cotegipe, respectivamente menor e maior valores encontrados.

Segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), os mesmos foram influenciados por um significativa melhora na dimensão Educação (até 85,4% em Riachão das Neves), seguida pela dimensão Longevidade e por última pela dimensão Renda. Constata-se que apesar da melhoria observada na última década, a maioria destes municípios levaria entre 14 e 31 anos para atingir o índice verificado no município de São Caetano do Sul/SP, que é de 0,919. Também é possível inferir que, apesar da melhora nos níveis educacionais, sendo responsável pela melhora do IDH em praticamente todos os municípios, a mesma ainda está longe do modelo desejado pela maioria dos estudantes das escolas públicas. Ressalta-se, ainda, que a dimensão Renda, contrapondo-se ao expressivo volume de recursos aplicados no território, foi a que menos contribuiu para este salto.

O Índice de Gini é um indicador desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) que, com periodicidade decenal, mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor; a 1 (um), quando a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula.

Em 2000, o Índice de Gini do Brasil era 0,65. Dentre os municípios da Bacia do Rio Grande e Entorno, 2 municípios estavam empatados com o melhor valor (0,52) e o município com o pior valor era Formosa do Rio Preto, com um valor de 0,80. No conjunto dos municípios associados à UMOB, nenhum deles apresentou, para o ano 2000, índice de Gini inferior a 0,5, sendo que: 2 tinham um valor entre 0,50 e 0,55 (Angical e Catolândia); 4 tinham um valor entre 0,55 e 0,60 (Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis e São Desidério); 6 tinham um valor entre 0,60 e 0,65 (Barreiras, Muquém do São Francisco, Riachão das Neves, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley); e 7 tinham um valor igual ou maior que 0,65 (Baianópolis, Barra, Buritirama, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Mansidão e Santa Rita de Cássia), conforme registra o Mapa 8, apresentado a seguir.



Mapa 8 - Índice de Gini no Oeste Baiano, ano 2000

a -- Illaice de Oilli - 2000

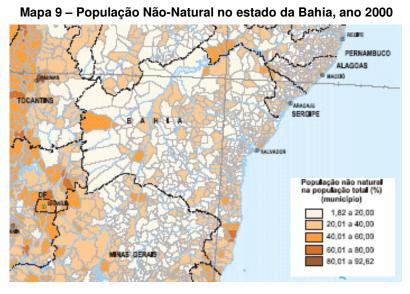
Fonte: IPEA, 2000, segundo metodologia PNUD, ver http://www.undp.org.br

Os municípios do Oeste apresentam altos índices de desigualdade, quando comparados com outras regiões do estado da Bahia.

Para uma breve análise dos movimentos migratórios, em nível de município, optou-se por trabalhar com a informação da residência atual e lugar de nascimento do indivíduo. Obteve-se, assim, a proporção da população não-natural do município em relação à população total.

Avaliando-se o conjunto dos estados brasileiros, como seria esperado, os menores percentuais de população não-natural se apresentam na maioria das vezes nos estados caracterizados como "expulsores" de população, estados das Regiões Norte e Nordeste. A Bahia, avaliada no total dos estados nordestinos, é o 2º estado exportador, tendo perdido pouco mais de 790 mil habitantes no período de 1991 a 2000. Desde pelo menos os anos 1930, a Bahia vem se caracterizando como emissora de população, sobretudo para os estados do Sudeste, apresentando significativos volumes de emigrantes e um considerável saldo migratório negativo e crescente. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, há uma relativa mudança na tendência de diminuição do saldo migratório interestadual, resultado, de um lado, da desaceleração dos processos de emigração e, de outro, na intensificação da imigração para o estado.

No Estado da Bahia, verifica-se que Barreiras é um dos poucos municípios com índices de população não-natural superior a 40%. A população não-natural do município de Barreiras está entre 40 e 60% da população total municipal, um dos mais altos percentuais verificados, como mostra o Mapa 9, abaixo apresentado.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Migração e Deslocamento, Resultados da Amostra, 2000

O município de Barreiras foge à regra estadual, assemelhando-se aos valores encontrados para os estados do Centro-Norte do País. Esses valores são indicativos da forte atração provocada pelas áreas urbanas brasileiras, sobretudo em áreas de expansão recente. O ingresso de imigrantes interestaduais em Barreiras decorre tanto da crescente incidência do fenômeno chamado de migração de retorno (regresso de baianos saídos do estado em épocas anteriores) como do aumento da ocorrência de ingresso de não-baianos no estado, em especial de migrantes sulistas. Segundo dados do censo demográfico de 2000, o número de imigrantes intraestaduais em Barreiras é bastante expressivo, com a chegada ainda de imigrantes estrangeiros, conforme registra a Tabela 3, apresentada a seguir.

Tabela 3 – Número de Imigrantes e Emigrantes, com 5 anos e mais de residência em 2000, no município de Barreiras, período 1995-2000

Im	חו	ra	nt	es
	ч			CJ

iiiiigi aiiles					
I	nter-Estaduais	r-Estaduais Intra-Estaduais Interna		Internacionais	Total
de Retorno 1.592	etorno Não-Naturais Sub-Total 592 6.656 8.248 16.286		60	24.594	
Emigrantes	\$				
Inter-Es	staduais		Intra-Estaduais		Total
7.9	903		4.568		12.471

Fonte: IBGE, Microdados da Amostra do Censo Demográfico, 2000

Ao observar a imigração interestadual baiana a partir dos seus municípios, verificou-se, para o período 1995-2000, que Salvador (36.714 pessoas), Juazeiro (10.861 pessoas) e Barreiras (8.248 pessoas) apresentaram-se como os três municípios mais significativos na atração de imigrantes no estado, representando cerca de 22,0% do total. Salvador constitui-se num pólo atrativo pela sua infraestrutura em comércio e serviços (lazer, educação, etc.), servindo como local de moradia para pessoas que vêm de outros estados. Juazeiro tem na agroindústria inserida no mercado internacional, provavelmente um dos principais motivos para atrair pessoas para o seu território; e, a vinda de migrantes para Barreiras, por sua vez, está associada à emergente produção de grãos nesse município, sobretudo a cultura da soja, também importante no comércio internacional.

## IV.2.4. DINAMICA ECONOMICA RECENTE NO OESTE BAIANO

#### Crescimento Econômico

Segundo dados do ano de 2002, os municípios associados da UMOB são responsáveis pela geração de quase 4% (3,82%) do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com destaque para os municípios de Barreiras (1,09%) e Luis Eduardo Magalhães (1,03%). Estes vêm ampliando suas relações comerciais com as demais cidades da mesorregião, expandindo sua influência para além da Bahia, até Goiás e Tocantins. Tendem a ampliar ainda mais as suas relações com seu entorno, substituindo o tradicional domínio que Barra mantinha na mesorregião, na década de 70. Avaliando-se os dados relativos à evolução do PIB para este conjunto de municípios e a participação destes no total do Estado da Bahia, verifica-se que, na década de 70, o município de Barra possuía o maior valor de PIB da região Oeste.

Porém, em especial na década de 90, o eixo de desenvolvimento regional consolida-se no município de Barreiras e, posteriormente, também em Luis Eduardo Magalhães, ambos com valores de PIB para o ano 2002 próximos a R\$ 650 milhões. O município de São Desidério, com o 3º maior valor de PIB, alcançou para este mesmo ano o valor de R\$ 380 milhões. Os demais municípios com valores expressivos na produção da riqueza regional são: Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, ambos com valores de PIB em torno de R\$ 100 milhões, em 2002. Estes 5 municípios selecionados, dentre aqueles associados à UMOB, respondem por 3,17% da riqueza gerada no Estado da Bahia. Os demais municípios têm um valor médio de PIB em torno de R\$ 30 milhões. Barra respondeu, em 2002, pelo maior valor dentre os demais (R\$ 61,4 milhões) e Catolândia apresentou o menor valor (R\$ 7,7 milhões).

Valores PIR Municinal 1970 2000 2001 2002 23.898.07 48 395 0 61.387.00 sa do Rio Preto Luis Eduardo Magalhães 400 000 O 57.675.33 1.405.064.00 .971.032.00 Riachão das Neves 2.375.094,00 101 938 85 1 711 577 00 1 894 670 00 3,63% 62.102.753,00 TOTAL PIB Estadual da BAHIA 10.831.013,76 48.197.174,00 52.249.320,00

Gráfico 1 e Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, anos 1970 a 2002

Fonte: IPEA, dados do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, 2002

Uma análise dos valores de PIB municipal para os últimos anos, avaliando-se o período 2000-2004, verifica-se que o município de Luis Eduardo Magalhães superou, nos últimos dois anos, o valor registrado para Barreiras, conforme apresentado no Gráfico 2. Para o ano 2000, não há valor de PIB para Luis Eduardo Magalhães, pois este foi o ano da criação do município, que uma vez desmembrado de Barreiras, toma para si a liderança na geração de riquezas impondo uma forte e crescente dinâmica ao sistema agroindustrial. Para o ano de 2004, o PIB do município de Luis Eduardo Magalhães é da ordem R\$ 750 milhões, enquanto Barreiras registra um valor inferior a R\$ 630 milhões e São Desidério, por sua vez, tem um valor equivalente próximo a R\$ 390 milhões, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

1.200.000,00
1.000.000,00
800.000,00
400.000,00
200.000,00
2000
2001
2002
2003
2004

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto (PIB) Municipal nos municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério, período 2000-2004

Fonte: IPEA, Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, em R\$ de 2000 (mil), para os anos de 2000 a 2004 — elaboração IBGE; estão incluídos no PIB, a custos de fatores, os setores agropecuário, industrial e de serviços.

Análises relativas ao número de empregos formais por setor de atividade demonstram ainda um elevado dinamismo econômico vivido pelo município de Barreiras, nos últimos 20 anos, com forte crescimento do comércio varejista, sendo este o maior empregador da cidade (4.696 empregos), seguido do setor agropecuário (3.009 empregos) e da administração pública direta e autarquias (2.377), esta última com maior crescimento relativo nos últimos cinco anos. Deve-se ainda destacar que dentre os dez maiores setores de geração de empregos formais, na cidade de Barreiras, está a atividade de ensino, que responde por 494 empregos formais no ano de 2005, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE/RAIS), conforme registram o Gráfico 3 e a Tabela 5, apresentados na seqüência.

5.000 4.500 Comércio varejista 4 000 Agricultura, silvicultura, criaçao de animais, extrativismo vegetal... Administraçao pública direta e autárquica 3 500 3.000 Serv. de alojamento, alimentaçao, reparaçao 2.500 Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico... 2.000 Comércio atacadista 1.500 Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico 1.000 Ensino 500 Construção civil 1985 1990 1995 2000 2005

Gráfico 3 – Empregos por Setor no município de Barreiras, no período 1985-2005

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

Tabela 5 – Empregos por Setor no município de Barreiras, período 1985-2005

Empregos por Setor em Barreiras	1985	1990	1995	2000	2005
Comércio varejista	771	1.503	2.126	3.852	4.696
Agricultura, silvicultura, criaçao de animais, extrativismo vegetal	54	246	832	1.511	3.009
Administraçao pública direta e autárquica	553	442	231	1.003	2.377
Transportes e comunicações	68	154	592	791	911
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r.	109	279	470	689	897
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	77	146	220	772	781
Comércio atacadista	147	272	434	567	765
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	30	450	554	557	760
Ensino	26	68	274	321	494
Construção civil	16	196	252	462	467

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

Uma análise restrita aos seis anos do último período (2000-2005) do número de empregos formais em Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, permite visualizar as recentes tendências na região. Barreiras manteve ritmos mais uniformes de crescimento tanto nos setores do comércio e serviços como na agropecuária, com maior crescimento relativo; enquanto a administração pública e autárquica oscilou bastante, com a demissão de mais de 3.000 pessoas em 2004 e admissão em níveis médios no ano de 2005.

O município de Luis Eduardo Magalhães, por sua vez, apresentou ritmos mais agressivos de geração de empregos, com duas principais atividades: comércio varejista e agropecuária; seguidas de outras duas: administração pública e comércio e administração de imóveis. O crescimento deste último setor revela o perfil da cidade apontado por Alves (2005b:4), que "sofre grandes e rápidas transformações com a proliferação de vários loteamentos residenciais urbanos, passando a impressão para quem desembarca na cidade, de um espaço em recente construção". As Tabelas 6 e 7 registram os números absolutos de empregos por setor, no período 2000-2005, para os municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, respectivamente; seus dados estão também representados pelos Gráficos 4 e 5, a seguir apresentados.

Tabela 6 – Empregos por Setor no município de Barreiras, período 2000-2005

Empregos por Setor em Barreiras	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Comércio varejista	3.852	3.615	3.755	4.001	4.434	4.696
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	1.511	1.447	1.852	2.179	2.245	3.009
Administração pública direta e autárquica	1.003	1.517	2.435	3.753	712	2.377
Transportes e comunicações	791	775	742	819	861	911
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	689	685	615	750	767	897
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	772	458	650	635	928	781
Comércio atacadista	567	558	559	659	555	765
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	557	399	639	658	779	760
Ensino	321	369	435	491	469	494
Construção civil	462	474	341	303	573	467

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

Tabela 7 – Empregos por Setor no município de Luis Eduardo, período 2000-2005

Empregos por Setor em Luis Eduardo Magalhães	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Comércio varejista	5	473	709	887	1.500	1.969
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	1	276	473	909	1.408	1.421
Administração pública direta e autárquica	96	568	524	509	365	536
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	0	242	278	360	500	415
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	1	93	206	164	248	324
Transportes e comunicações	1	12	84	108	166	265
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	0	0	152	0	289	228
Comércio atacadista	0	21	116	148	206	195
Construção civil	17	13	63	71	119	180
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	0	20	18	31	57	144

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

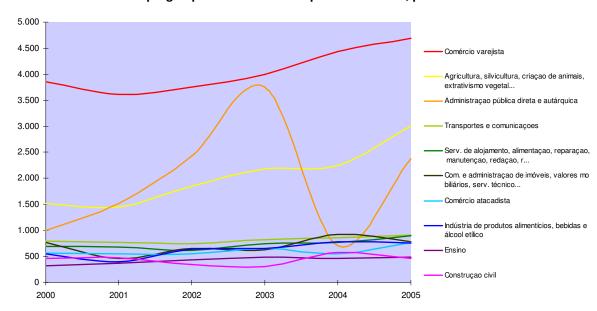


Gráfico 4 – Empregos por Setor no município de Barreiras, período 2000-2005

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

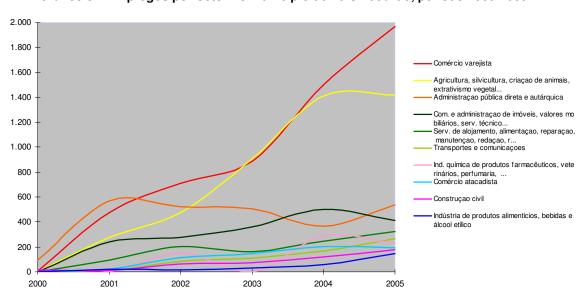


Gráfico 5 – Empregos por Setor no município de Luis Eduardo, período 2000-2005

Fonte: MTE/RAIS 2005, Empregos por Setor (empregos em 31/12), Grupo IBGE

# Matriz Produtiva

A grande produção econômica do Oeste está concentrada em Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, seguidas por São Desidério. Barreiras é a chamada capital do Oeste, caracterizada como uma região de fronteira agrícola que produz toneladas de grãos, café, algodão e frutas, além da pecuária, que juntos movimentam mais de R\$ 1 bilhão, segundo dados do Banco do Nordeste.

A ocupação do Oeste Baiano iniciou-se no final da década de 70, pela ação conjunta de vários fatores, como a localização geográfica e disponibilidade de terra com topografia favorável à agricultura mecanizada, associado à capacidade empreendedora e profissional dos empresários rurais, conforme aponta o Banco do Nordeste (BNB).

Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, este último emancipado em março de 2000, são os municípios com maior destaque no crescimento econômico. Além destes, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Baianópolis são expoentes na agricultura regional. Com destaque para o primeiro, todos têm contribuído com o crescimento do setor. Diversas indústrias são atuantes, incluindose desde as de insumo à agricultura (Galvani e Bunge Fertilizantes), até as de transformação (Bunge, Cargill, Mauricéia e outras de pequeno porte). Representantes da maioria das marcas de destaque no agronegócio nacional estão presentes na região. A área de cultivo no Oeste da Bahia já alcança cerca de 1,5 milhão de hectares, segundo dados do Banco do Nordeste (BNB). E conta ainda com um potencial de expansão das áreas agricultáveis que supera 3 milhões de hectares.

A diversificada da matriz produtiva ainda é uma meta a ser alcançada. Há a predominância da soja, que já ocupou quase 60% da área e hoje ocupa pouco mais de 50%, porém acompanhada por um processo crescente de implantação de novas alternativas na região. A agroindústria passou a diversificar sua produção, com a introdução de frutas e café, com o uso de irrigação, além do crescimento do cultivo do algodão, revigorando a economia local. Os projetos industriais instalados, assim como as intenções de investimentos dos últimos anos, têm apontado para uma provável intensificação do movimento de verticalização do complexo da soja, com a instalação de plantas ligadas à suinocultura e à avicultura. O Oeste Baiano é a

região mais atrativa a investimentos na suinocultura do estado, pois além de ser grande consumidor, é um dos maiores centros nacionais de produção de grãos. Além disso, destaca-se na região a implantação de unidades agroindustriais destinadas ao abate de suínos e à distribuição dos produtos industrializados, atendendo a crescente demanda do mercado regional.

A soja ocupou o primeiro lugar na produção de grãos da Bahia, em 2000, alcançando 1,5 milhão de toneladas em uma área plantada de 628.358 hectares, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e Secretaria do Planejamento do Governo Estadual (SEI e SEPLAN/BA). A área plantada vem crescendo a uma taxa de 8,3% ao ano, a produção a 31,1% e o rendimento a 21%. Na safra, seu rendimento chegou a 2.400 kg/ha, igualando ao obtido pela Argentina e chegando próximo da média americana, que é de 2.600 kg/há. A Bahia, o Mato Grosso e Maranhão apresentam as maiores taxas de crescimento da produção e da área colhida da soja. Hoje já alcançam uma produtividade média de 2.880 quilos por hectare.

A matriz produtiva do Oeste Baiano é ímpar no país, com culturas diversificadas, qua alcançam mais de R\$ 3 bilhões para a safra 2004/05. Avaliandose os dados da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), para este período, verifica-se que a soja ocupa 58% da área cultivada, não considerando a pecuária, e responde por 37% do valor bruto da produção. Enquanto a cultura do algodão, ocupando uma área de 14% da matriz produtiva do Oeste, respondeu por 27% do valor bruto da produção.

A soja foi o principal cultivo até o ano 2005, marcado pela alta tecnologia produtiva. Prova disto é que as grandes marcas mundiais em máquinas e insumos estão presentes na região, além das indústrias de beneficiamento. A cultura avançou na década de 90 e mantém sua posição de carro chefe da atividade agrícola da região até hoje. A comercialização acontece em grande escala com as indústrias locais, que absorvem cerca de 70% da produção regional, para atender ao mercado nordestino e a exportação. Os produtores registraram resultado recorde da última safra. Numa área de 2,5 milhões de toneladas de grãos de soja, o que representa uma produtividade média de 2.880 kg/ha.

O algodão já superou a soja, nas duas últimas safras, quando se avalia o valor bruto da produção; deixou, portanto, de ser a segunda cultura mais importante da região, apresentando crescimento significativo nos últimos anos. Este se deve à engenhosa estruturação da cotonicultura, que possui alta tecnologia tanto no cultivo como em beneficiamento. Considerado o "ouro branco do cerrado", o algodão tem tido destaque no mercado nacional e internacional.

A safra 2005-2006 foi, segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), uma das mais conturbadas dos últimos anos, com problemas gerados pelo excesso de chuvas e pela ocorrência de pragas e doenças, que provocaram significativas baixas na produtividade das principais culturas da região. Neste cenário, todas as culturas apresentaram resultados inferiores em relação à safra anterior, com exceção do feijão irrigado. Quanto à área plantada, não houve grandes modificações na matriz produtiva, havendo redução de área em algumas culturas tradicionais, como o milho e o arroz. A soja ainda responde pela ocupação de 57% da área plantada, deixando a região mais suscetível às ameaças de crise. Assim, algumas alternativas surgem com força em razão das perspectivas de mercado, com destaque para a cana-de-açúcar e a pecuária de corte, além de culturas para produção de biodiesel. Avaliando-se o Valor Bruto da Produção (VBP), que compreende o montante da produção obtida multiplicado pelo valor de mercado de cada produto, o destaque é a cotonicultura, respondendo por 35% do VBP, não incluindo a pecuária. O algodão supera, portanto, em valor da produção a cultura da soja, que corresponde a 30% do total da safra 2005-2006.

A safra 2006/2007, por sua vez, foi de recuperação, considerando o cenário da safra anterior. A área plantada de soja foi reduzida em 2,3%, dando lugar ao algodão, que por sua vez, teve um aumento de área de 28,9%, e ao milho, cuja área plantada cresceu 31,7%. Atualmente, a soja ocupa pouco mais da metade da área, com 52%, tendo aumentado a participação do milho e do algodão na matriz produtiva, ficando em 10% e 17% respectivamente. Quanto ao Valor Bruto da Produção (VBP), a atual matriz produtiva da região oeste da Bahia indica a dominância do algodão (51%), devido ao alto valor agregado da pluma. A cultura da soja continua estável, com VBP que corresponde a 32% de toda a matriz do Oeste.

O atual símbolo do desenvolvimento e da força da região nos últimos anos é o algodão do Oeste Baiano, considerado o primeiro em qualidade do país e sendo a região a segunda maior produtora nacional, segundo informa a AIBA (2007). Dados do IBGE para o ano de 2004, apontam que o município de São Desidério, responsável por cerca de 45% da produção baiana e 8% da produção brasileira, liderou o *ranking* na cultura de algodão, seguido por Campo Verde (MT), Sapezal (MT), Diamantino (MT), Pedra Petra (MT), Barreiras (BA), Campo Novo do Parecis (MT), Itiquira (MT) e Chapadão do Céu (BA), conforme apontam os dados da Produção Agrícola Municipal. O chamado "ouro branco" vem ganhando cada vez mais espaço na matriz produtiva do oeste e respondendo por um aumento na oferta de empregos (AIBA, 2007). Hoje encontram-se instaladas na região 47 unidades de beneficiamento e 6 das maiores *tradings* do mundo.

Hoje, há grande expectativa no cultivo da cana-de-açúcar na região do oeste, voltado para a produção de álcool e etanol, cuja viabilidade já foi atestada em pesquisas lideradas por instituições locais e nacionais, entre elas a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e o Instituto Agronômico de Campinas (IAC). O cultivo da cana-de-açúcar no cerrado possibilitará a auto-suficiência na produção de açúcar e álcool da Bahia, estado que atualmente importa 85% do que consome destes produtos. As primeiras usinas a serem instaladas na região deverão vender a produção de álcool combustível para as distribuidoras locais, atendendo assim ao consumo regional; e, superando as necessidades locais, o excedente poderá suprir outros municípios e estados. O atual déficit de álcool e açúcar dos estados nordestinos é suprido por Goiás e São Paulo.

Segundo informou a associação dos agricultores, o cultivo da cana-de-açúcar na região é ainda em escala experimental. Hoje não há usinas instaladas, estando apenas uma delas em fase de implantação. Trata-se de um investimento feito por um dos produtores locais, que somente conseguirá instalar a usina ainda neste ano porque adquiriu uma usina já montada e utilizada em outra região. Atualmente, a espera para a compra de equipamentos para instalação de uma usina nova de álcool é de dois anos. A expectativa na região é que há áreas disponíveis para o cultivo da cana, um potencial de cerca de 300 mil ha, compatível para a instalação e operação de 30 usinas.

# Finanças Municipais

No seu conjunto, as administrações municipais associadas à União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB) movimentam recursos orçamentários da ordem de R\$ 225 milhões ao ano, segundo os dados coletados junto ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) para os anos 2001 a 2003.

Barreiras é o município com maior valor de receitas, da ordem de R\$ 67 milhões, seguido pelo município de São Desidério, com pouco mais de R\$ 20 milhões em receitas municipais. Barra, Formosa da Rio Preto, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia são municípios cujas receitas alcançam valores entre R\$ 15 e 10 milhões anuais. Todos os demais municípios registram um valor de receita abaixo de deste valor, sendo o menor valor encontrado no município de Catolândia, com cerca de R\$ 2,5 milhões, conforme registra a Tabela 8, a seguir apresentada.

Tabela 8 – Receitas Orçamentárias Municipais no Oeste Baiano, período 2001-2003

em R\$ 1,00 Receita Tributária Transferências\* Deduções Ano Municípios do Oeste Baiano Receita Total R\$ R\$ 2001 5.665.220 132.787 2,34% 5.463.585 96,44% Angical 2003 Baianopolis 7.095.763 284.499 4,01% 7.459.811 105,13% 680.931 9,60% 2001 14.325.356 422.265 2.95% 13.593.502 94.89% 0.00% Barra 5.219.047 7,84% 2003 Barreiras 66.568.039 5.793.513 8.70% 60.756.785 91.27% 2002 Breiolandia 3.634.403 33.402 0.92% 2.919.174 80.32% 8.306.332 220.846 103,33% 772.706 9,30% 2002 Buritirama 2,66% 8.583.173 34.101 2.390.825 2001 Catolandia 2.448.053 1.39% 97.66% 508.258 640.667 2003 9.088.220 6.754.677 74.32% 7.05% Cotegipe 5.59% 2003 Cristopolis 181.504 2.75% 6.308.472 8.48% 6.603.565 95.53% 559.823 11,26% 2003 Formosa do Rio Preto 14.542.184 981.807 6.75% 14.335.510 98.58% 1.638.043 2003 9.553.223 243.423 2.55% 9.887.459 103,50% 980.500 10.26% Ibotirama Luis Eduardo Magalhães 2003 5.994.265 78.357 1.31% 6.342.668 105 81% 590.552 9.85% Mansidao Muguém do São Francisco 4.374.726 85.762 2001 1.96% 4.288.484 98.03% 1.065.544 9,64% 2002 Riachao das Neves 11.056.942 269.790 2.44% 11.113.647 100.51% 2,37% Santa Rita de Cassia 251 891 957 668 9.03% 2002 10 610 059 9 004 147 84 86% 2003 Sao Desidério 21.320.653 872.941 4,09% 22.348.041 104,82% 2.729.709 12,80% 2002 Serra Dourada 8 283 816 68 815 0.83% 8 081 539 97 56% 709 868 8 57% 2002 Tabocas do Brejo Velho 5.693.499 206.412 3.63% 5.693.304 100.00% 553.413 9.72% 2002 Wanderley 7.456.958 303.952 4,08% 6.612.463 88,68% 663.980 8,90% Total Municípios da UMOB 222.621.276 10.974.325 4.93% 211.937.266 95,20% 17.762.451 7.98%

Fonte: IPEA, para os anos de 2001 a 2003

Para o ano de 2007, segundo dados apresentados no Diário Oficial do Município de Barreiras (Projeto de Lei nº 019/2007, de 28 de Junho de 2007), a receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social está fixada em R\$ 108,8 milhões, com receita tributária de R\$ 10,2 milhões; o que representa um acréscimo, em relação ao ano de 2003, superior a 60% no total do orçamento municipal.

<sup>\*</sup> Soma das Transferências da União, dos Estados e Multigovernamentais (FUNDEF)

Porém, o maior problema está na total dependência das transferências de recursos federais e estaduais, situação esta encontrada em todos os municípios do Oeste Baiano. O volume de receitas próprias, oriundas da arrecadação municipal, através de tributos e taxas, é insignificante para toda a região. Em média, menos de 5% dos recursos orçamentários são gerados pelos próprios municípios, sendo 95,20% de recursos oriundos de transferências.

No Estado da Bahia, a região oeste tem baixa densidade relativa quanto aos volumes de receitas municipais; exceção feita à Barreiras, que gera receitas tributárias em um patamar próximo a outros centros regionais do estado, conforme demonstrado nos Mapas 10, 11 e 12 apresentados.

Mapas 10, 11 e 12 - Densidade Geográfica de Receitas Municipais na Bahia, no ano de 2001

Fonte: IPEA, 2001

A Receita Orçamentária Municipal engloba as receitas correntes e de capital. Dentre as receitas correntes, estão aquelas oriundas da tributação municipal, das receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços. As receitas de capital são aquelas relativas às operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e outras.

A Receita Tributária Municipal engloba os tributos de competência do município, são eles: impostos, taxas e contribuições de melhoria. A Receita oriunda de Transferências Intergovernamentais engloba os quantitativos transferidos pela União e pelos Estados; e, ainda, as receitas denominadas Multigovernamentais, ou seja, relativas às transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), realizadas pelos Estados e onde houver com a complementação do FUNDEF da União; e, mais

recentemente, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. (FUNDB) O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com objetivos redistributivos, é composto por 22,5% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e Imposto Sobre Produto Industrializado, cobrado pelo Ministério da Fazenda.

#### IV.3. ASPECTOS AMBIENTAIS DO OESTE BAIANO

Estudos recentes sobre a dinâmica ambiental do Oeste Baiano foram realizados pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA), resultando em uma proposta de macrozoneamento agroecológico. O objetivo dos estudos realizados foi obter a análise integrada dos temas avaliados em diagnóstico, para definir cenários futuros para a região, especulando sobre seus processos agroecológicos dominantes, de maneira quali-quantitativa, tendo em vista subsidiar a delimitação de zonas agroecológicas.

A paisagem do Oeste Baiano corresponde, em grande parte, a setores transicionais entre os biomas do Cerrado e da Caatinga. Foram identificadas na região, 20 Unidades de Conservação (UC) e 2 Corredores Ecológicos: Corredor Ecológico Jalapão – Chapada das Mangabeiras: envolve os Estados do Tocantins, Piauí, Maranhão e Bahia (Formosa do Rio Preto); com implementação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Conservation International do Brasil (CI) e governos estaduais e municípios envolvidos; e, abrange as nascentes dos Rios Parnaíba e Tocantins; e, Corredor Ecológico Paraná-Perineus: envolve os Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA/SBF), por sua vez, identificou 12 Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, sendo 5 delas no cerrado, 4 na caatinga e 3 na mata atlântica, dada a presença de florestas estacionais.

Os efeitos adversos da supressão da vegetação nativa, do crescente uso das águas e da intensificação de insumos agrícolas devem ser considerados não apenas dentro dos limites do Oeste Baiano, mas também nos limites da Serra grande com os Estados do Tocantins e Goiás. Todas estas áreas encontram-se distribuídas na

"periferia" do Oeste Baiano, concentradas: na divisa do extremo oeste com os Estados do Tocantins, Goiás e Minas Gerais; na região nordeste, com grande parte do território de Barra fazendo parte das Áreas de Proteção Ambiental (APA) Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco; e, na região sudeste, onde estão concentradas nove das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) existentes no Oeste Baiano.

As porções leste e central do Oeste Baiano encontram-se desprovidas de áreas legalmente instituídas, que possibilitem a conservação de extensas áreas de cobertura vegetal. O mesmo pode-se dizer do extremo oeste, visto as vastas extensões de culturas temporárias, que ao longo das duas últimas décadas vêm substituindo os cerrados dos "gerais". A grande maioria das unidades de conservação não apresentam situação fundiária regularizada e tão pouco plano de manejo

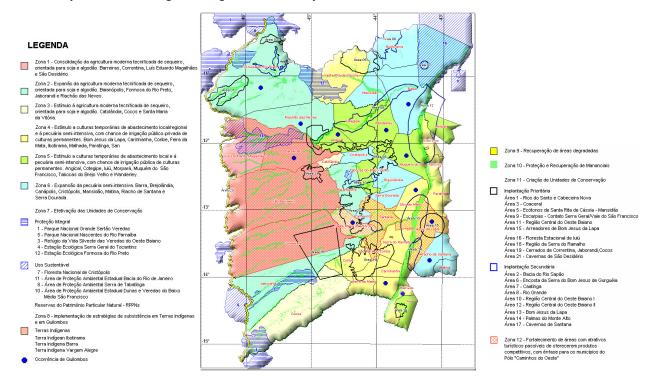
O Patrimônio Paisagístico do Oeste é constituído de cavernas, cachoeiras, ilhas fluviais, dunas, unidades de conservação, trilhas e paisagens de grande beleza cênica, conforme apontam os estudos do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA). Contudo, pode-se dizer que nem todos esses bens constituem de fato atrativos turísticos. Em sua maioria, são utilizados pela população local e encontram-se desprovidos de infra-estrutura de apoio, além de serem pouco divulgados pelas municipalidades. É significativo o número de cavernas na região, demandando ações de proteção e controle. O Patrimônio Espeleológico regional conta com 203 cavidades naturais (bens da União) identificadas. A Serra do Ramalho é a região mais conhecida. É grande a necessidade de proteger esses bens devido às suas funções relevantes, de: recarga do aqüífero; uso turístico; abrigo de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção; abrigo de importantes informações acerca dos sítios arqueológicos; abrigo de minerais raros e formações geológicas importantes; e, por fim, conservação de informações de vida pretérita, por meio de sítios paleontológicos e arqueológicos.

Relativamente ao Patrimônio Histórico-Cultural, foram identificados 153 bens de interesse histórico cultural, sendo dois já tombados, nas cidades de Baianópolis e Riachão das Neves, e outros três em Barreiras, em processo de tombamento pelo Estado. Este patrimônio é pouco divulgado, e localiza-se, na sua maioria, nas sedes

municipais. Quanto ao Patrimônio Arqueológico, existem 63 sítios registrados no Cadastro do IPHAN: em Angical, Barreiras, Coribe, Correntina (38 deles), São Desidério, Catolândia e Muquém do São Francisco.

Os municípios de Ibotirama e Muquém do São Francisco contam com áreas indígenas: o grupo indígena Tuxá, com 550 habitantes (Terra Indígena Ibotirama); e, Atikum e Kiriri, com 32 habitantes (Terra Indígena Barra), em Muquém do São Francisco. Segundo dados apresentados pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA), existem 50 comunidades negras rurais, denominadas Comunidades Quilombolas. A demarcação e titulação destas terras, realizadas pelo INCRA, vem beneficiando muitas famílias de antigos quilombos da região: dez comunidades já obtiveram titulação de suas terras e cinco encontram-se em processo de demarcação e titulação.

Como resultado dos estudos elaborados pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia (DERBA), foram delimitadas doze zonas agroecológicas, três delas na região dos Cerrados e as demais no Vale do São Francisco.



Mapa 13 – Zonas Agroecológicas definidas pelo Macrozoneamento do Oeste Baiano

Fonte: Departamento de Infra-Estrutura de Transportes na Bahia (DERBA), Macrozoneamento Agroecológico do Oeste Baiano, 2005

O Oeste da Bahia é, ainda, um território que sofre com a exploração do trabalho escravo, em especial, em áreas de carvoarias. É também uma região onde a água é uma das maiores riquezas naturais.

Ações recentes de fiscalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificaram que sete assentamentos no Oeste Baiano estavam praticando o carvoejamento de forma irregular. Embora a produção do carvão vegetal seja uma prática legal, o que se encontrou nas áreas de reforma agrária foi fruto de um licenciamento doloso. Trabalhadores estavam sendo explorados e, a longo prazo, o assentamento sofreria sérios prejuízos com a destruição da mata. Há informações de que as carvoarias estariam produzindo insumos para as indústrias guseiras de Minas Gerais.

A porção norte da região do Oeste Baiano é privilegiada quanto à oferta de água, possuindo as nascentes da rede que abastece o Rio Grande, Rio Corrente e Rio Carinhanha. Todos contribuem com o Rio São Francisco, o mais importante da região Nordeste do Brasil. Somente na bacia do Rio Grande, a principal da região, são 32 rios perenes.

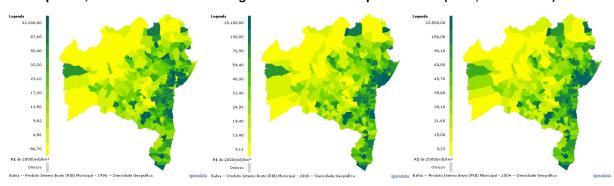
Embora com boa oferta de recursos hídricos, a região Oeste da Bahia poderá vir a sofrer com eventuais conflitos de uso da água, abrindo portas para um processo de degradação ambiental. Estudos relativos à outorga de uso da água apontam que 35 dos 39 municípios do Oeste possuem outorga, num total de 799 projetos. Mais de 80% deles (647 no total) são destinados à irrigação, apenas 9% ao abastecimento humano e o restante a outras atividades, tais como, abastecimento animal, industrial e psicultura/aqüicultura. As captações superficiais respondem por 65% do total, sendo 35% subterrâneas. O uso e aproveitamento da água neste território é uma das principais estratégias da modernização agrícola.

### IV.4. CARENCIAS, DEMANDAS E OPORTUNIDADES

O Oeste Baiano viveu um processo de especialização produtiva orientado para o agronegócio e, como demonstrado, com resultados efetivos no campo do crescimento econômico e da geração e acumulação de riqueza em amplas bases. Porém, os reflexos deste crescimento não são sentidos pela efetiva melhora das condições de vida da população local. Os impactos diretos deste crescimento são

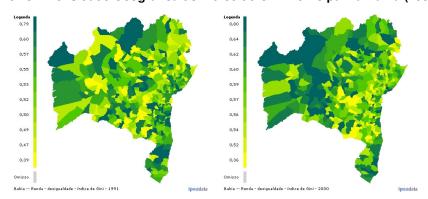
rebatidos na disparidade de renda, na mobilidade da população e na formação de novas dinâmicas urbanas e criação de precárias áreas urbanas, em um evidente processo de exclusão social. A idéia de exclusão social aqui abordada não se restringe à falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. Ou seja, relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais, étnicas, entre outras. Fala-se da exclusão do mercado de trabalho, exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários, exclusão do acesso a bens e serviços, inclusive públicos, exclusão do acesso a terra, exclusão em relação à segurança e, por fim, exclusão dos direitos humanos. E, até mesmo, a exclusão de oportunidades, pois como é possível falar em igualdades de oportunidades, se não há igualdade de capacidades, "sendo a pobreza a carência de realização mínima de algumas capacidades elementares", como afirma Dupas (2000:29).

Ao se avaliar, em paralelo, indicadores de acumulação de riqueza (através da evolução do Produto Interno Bruto, PIB Municipal) e distribuição de renda (através do Índice de Gini), o que se verifica é a precarização das condições e maior desigualdade social. Ao longo do tempo, a região de Barreiras e o oeste baiano ganharam maior importância relativa na produção de riqueza para o conjunto do estado, enquanto na mesma década elevaram-se os índices de desigualdade social na região, como mostram os Mapas 14 a 18, a seguir apresentados.



Mapas 14, 15 e 16 - Densidade Geográfica do PIB Municipal na Bahia (1996, 2000 e 2004)

Fonte: Para os anos de 1999 a 2003 - elaboração IBGE, e para os anos 1970 a 1996 - elaboração IPEA



Mapas 17 e 18 – Densidade Geográfica do Índice de Gini Municipal na Bahia (1991 e 2000)

Fonte: IPEA, 2001, segundo metodologia PNUD, ver http://www.undp.org.br

Na análise da dinâmica social e econômica presentes nos municípios do Oeste da Bahia verificam-se ausências, carências, que se traduzem em fortes demandas sociais.

Falta articulação entre a grande e pequena empresa, o grande e pequeno produtor; não há porque privilegiar um em detrimento do outro, a presença e atuação produtiva de ambos é importante, para o próprio desenvolvimento dos negócios. Falta diversificação da economia local, o agronegócio é um propulsor do crescimento econômico, mas não deve estar concentrado em culturas temporárias da soja e do algodão (somente a primeira absorve pouco mais de 50% da área plantada).

O Oeste da Bahia tem um forte papel a desempenhar na prestação de serviços, com oferta qualificada e diferenciada. Vivendo um forte processo de expansão da urbanização, o centro urbano de Barreiras e a região do Oeste gera novas demandas para o mercado local e regional, que devem ser supridas localmente.

A ocupação da mão-de-obra no campo é tipicamente sazonal e em função da concentração fundiária, dá-se menor importância aos pequenos proprietários, posseiros de áreas rurais e/ou à agricultura familiar. E, ao mesmo tempo, faltam âncoras para garantir a atração e permanência de empreendimentos pela oferta do saber local (atributos do território competitivo: qualificação da mão-de-obra; conhecimento e inovação – universidades, ensino profissionalizante, cursos de pósgraduação conceituados e grupos de pesquisa e tecnologia; além da necessária oferta de infra-estrutura). E este crescimento econômico em amplas bases, deve ser

acompanhado por ações planejadas que visam dar sustentabilidade ambiental e social à região do Oeste.

A infra-estrutura rodoviária apresenta grandes deficiências e o modal hidroviário tem baixo índice de aproveitamento. As rodovias, embora com relativa cobertura, apresentam-se de forma precária; o potencial hídrico tem baixo aproveitamento, mas tem potencial para aumentar a integração econômica norte-sul; e, os aeroportos vem perdendo posição, com o encerramento das atividades de companhias regionais

A centralidade geográfica da região em relação às grandes áreas produtivas do país, confere a este território um forte papel de integração regional, cabendo desenvolver atributos dirigidos na área de logística e da intermodalidade de transportes para o escoamento de grandes áreas produtivas do Centro-Oeste.

Não se pode esquecer que a polarização do Oeste, tendo como centro a cidade de Barreiras, se dá para além dos limites do Estado, avançando sobre áreas do Sudeste de Tocantins e Goiás, além do sul do Piauí. O Oeste Baiano pode se articular com outras regiões do País através dos principais corredores de transportes no sentido norte-sul, sejam: a Hidrovia do São Francisco, a leste da área de estudo, com escoamento pelo Porto de SUAPE/PE, ou, ainda, com novos investimentos na complementação da rede ferroviária, ligando o Oeste à Ferrovia Leste-Oeste, proposta pelo Governo do Estado; ou, ainda, com a Hidrovia Araguaia-Tocantins, Ferrovias Norte-Sul e Carajás, corredores situados a oeste, com saída possível pelo Porto do Itaqui/MA.

Na área social, o Oeste Baiano conta com baixos indicadores de renda, mesmo sendo uma região geradora de riquezas. Os 20 municípios selecionados do Oeste contavam com cerca de 450 mil habitantes, no ano 2000; sendo que 14 deles contavam com menos de 20 mil habitantes. Na análise do IDH, houve melhoria relativa nos índices municipais, reflexo da melhoria na educação, mas sem avanços na distribuição de renda. Barreiras, ao contrário de outros municípios da Bahia, exerce forte atração de população migrante, com uma população não-natural na faixa de 40% a 60 %.

Avaliando-se os aspectos ambientais, o Oeste Baiano conta com valiosos recursos, que permitem a exploração do turismo ecológico e de aventura. O

patrimônio paisagístico do Oeste é constituído por cavernas, cachoeiras, ilhas fluviais, dunas, unidades de conservação, trilhas e paisagens de grande beleza cênica. É significativo o número de cavernas na região, que necessitam de proteção. Há áreas utilizadas pela população local, mas que se encontram desprovidas de infra-estrutura adequada para apoio ao turismo ecológico. A porção norte da região do Oeste Baiano é privilegiada quanto à oferta de água, possuindo as nascentes da rede que abastece o Rio Grande, Rio Corrente e Rio Carinhanha; todos contribuintes do Rio São Francisco. Os estudos relativos à outorga do uso da água apontam que mais de 80% dos projetos são destinados à irrigação — o uso e aproveitamento da água é uma das principais estratégias da modernização agrícola, vivida na sua maioria pelos grandes proprietários.

Os vinte municípios da UMOB movimentam recursos da ordem de R\$ 225 milhões, porém menos de 5% são gerados pelos próprios municípios. Há total dependência das transferências de recursos federais e estaduais.

Governos locais atuam ainda sob a forte presença do assistencialismo, onde a postura é aguardar por verbas e mais verbas, recursos federais e/ou outros, que na sua maioria não alcança o seu público-alvo. Ainda são poucos os municípios que promovem a realização de planos e projetos, na busca por atrair novos investimentos; porém, nem sempre privilegiam investimentos produtivos que sejam sustentáveis, perenes no tempo e exitosos, geradores de efetivos benefícios à população local.

Estes municípios não geram receitas próprias, optam por vezes pela maneira mais fácil e menos eficiente de atrair investimentos – a isenção de tributos municipais, sejam de receitas patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços. Buscam investir, com o maior alcance de recursos ofertados por programas federais ou mesmo privados, mais talvez ainda sem a visão do fortalecimento dos atributos locais, que permitem a instalação e permanência de grandes ou pequenas empresas, geradoras de emprego e renda.

Parece que há um círculo vicioso: restringir-se ao alcance dos recursos advindos das transferências governamentais, que variam de acordo com o número de habitantes. Maior população, maior receita. Porém, se o município não gera novas oportunidades de emprego e renda, o município não consegue manter nas

suas cidades os jovens, que partem em busca de oportunidade de emprego. Assim, perdem população ou no máximo mantêm a mesma população de sempre (há municípios aqui no Oeste que há 20 anos têm praticamente a mesma população). E assim não conseguem aumento de arrecadação e não avançam. Além do mais, estes recursos como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e outros têm destino certo; e, portanto, não permite a realização de novos e necessários investimentos. Limitados, permanecem limitados.

# IV.5. MUDANÇAS NA OCUPAÇÃO ESPACIAL E NA DINAMICA URBANA

O Oeste Baiano é ainda uma área a ocupar, demográfica e economicamente; e há um potencial papel na lógica da integração nacional, que vai além dos limites do Estado.

O território dos municípios associados à UMOB tem uma população de pouco mais de 450 mil habitantes, gerando apenas 4,6 habitantes por km². Avaliando-se a extensão territorial desses municípios em relação ao Estado, verifica-se que este representa mais de 17% da área total, com uma população que não alcança 3,4% do total estadual. Seu PIB, com valor de R\$ 2,37 bilhões em 2002, evoluiu no período 2000-2002 a quase 4% anuais. A previsão para o ano de 2005 é de R\$ 3,5 bilhões em todo o Oeste Baiano.

A região do cerrado baiano revelou elevado dinamismo produtivo nos últimos anos, embora sua economia tenha partido de uma base muito pequena. Esse crescimento, impulsionado pela agricultura de grãos e seu beneficiamento parcial, tem condições de manter-se por longo tempo, dada a disponibilidade de terras propícias a seu cultivo. E poderá deflagrar processo mais ampliado de diversificação da base econômica, hoje concentrado nos municípios de Barreiras, Luis Eduardo e São Desidério.

Os estudos relativos ao Macrozoneamento da região concluíram que o Oeste Baiano tem condições de suprir as demandas de área para o cenário projetado para o 2020, tanto para o cultivo do algodão quanto para a soja, com até 3,9 milhões de hectares. Estas poderão absorver também o crescimento de outras culturas

(inclusive as de presença importante na região, como o milho e a fruticultura, e as tidas como de grande potencial, como o café e a mamona). Parte desse total já se encontra explorado pela agricultura de sequeiro e irrigada.

E mesmo com este cenário, de manutenção do ritmo de produção, é possível a criação de novas áreas protegidas na região, como os estudos sugerem. O Oeste Baiano tem condições de abrigar a inserção de novas áreas protegidas, sem que isto provoque impactos significativos sobre as áreas produtivas, a menos de eventuais deslocamentos de atividades que estejam dentro dos limites de Unidades de Conservação de proteção integral e em áreas de proteção de mananciais. A principal conclusão dos estudos é que o potencial de terras aptas remanescentes permite "acomodar" a expansão de áreas de produção agrícola. Portanto, há potencial para um crescimento econômico em amplas bases, a ser acompanhado por ações planejadas que visam dar sustentabilidade ambiental e social à região do Oeste da Bahia.

Os núcleos urbanos, nos cerrados baianos, ainda estão fragilmente conectados; e, a baixa densidade populacional deve-se a uma base fundiária com extensas propriedades. Segundo dados do INCRA, a área média das propriedades rurais no Oeste Baiano é de cerca de 300 ha. Barreiras é um dos municípios com maior concentração fundiária do estado.

Os fluxos de investimentos, tanto no surto inicial do *boom* da produção quanto agora, no momento de diversificação da base agroindustrial, têm implicado vigorosos movimentos populacionais. A população urbana cresceu de forma significativa nas duas últimas décadas. Todavia, a concentração de atividades de capital intensivo, poupadores de mão-de-obra, sinaliza que haverá relativa pressão populacional sobre Barreiras. Paralelamente, tal fenômeno tende a estimular a manutenção de uma rede de cidades menores próximas às áreas de produção agropecuária.

O processo de especialização produtiva na cadeia de grãos, vivido pela região, promoveu um ciclo de crescimento econômico orientado para o agronegócio. Houve uma concentração em culturas temporárias da soja e do algodão, sendo que a primeira absorveu cerca de 50% da área plantada. Nas culturas permanentes, a lavoura cafeeira é relevante, acompanhada por uma lenta e recente diversificação na produção, incluindo a fruticultura. Na pecuária, as condições climáticas, solo,

relevo e sanidade dos animais antecipam uma atividade bastante promissora, podendo atingir o mercado externo. Além do rebanho bovino, a avicultura é estimulada pela oferta crescente de grãos e o abate de suínos merece destaque, com crescente demanda no mercado regional.

A industrialização passa por dois padrões nítidos, vinculados à cadeia da soja e do algodão, com crescente especialização frente ao mercado nacional, e à expansão da urbanização, com perfil diversificado para o mercado local e regional. O comércio regional vem sofrendo expansão com a revenda da produção agropecuária regional.

É grande a concentração dos meios de produção, em que a terra e capital estão sob o controle de três grupos sociais: grandes proprietários fundiários, com extensas propriedades; cooperativas, reunindo empresários de diferentes domínios de capital; empresas agroindustriais; e, pequenos produtores rurais proprietários de terra, que não possuem capital e com exploração baseada em recursos naturais e no trabalho familiar. Ao mesmo tempo, há conflitos sociais gerados em função da concentração fundiária: menor importância relativa de pequenos proprietários e posseiros das áreas rurais; inchaço dos centros urbanos; e, trabalho tipicamente sazonal.

O Oeste Baiano é uma região onde os antagonismos se mostram de forma muito clara. Algumas das administrações municipais contam com lideranças públicas fortes, com vontade de realizar. Neste grupo, os gestores públicos municipais mostram uma atitude até mesmo agressiva, que busca avançar rumo a uma pujança econômica vigorosa, unindo poder político e econômico; mas, por vezes, sem prioridade no avanço social e com conseqüente geração de acentuadas disparidades sociais. Outras formas de gestão se apóiam na força da iniciativa empreendedora para caminhar, e seguem promovendo mudanças, baseados numa administração também técnica, visando novas oportunidades. Mas, boa parte das administrações públicas municipais mostra sinais de absoluta dependência de recursos vindos da União ou do Estado, conforme já demonstrado nas análises das receitas orçamentárias municipais.

As duas cidades com maior peso na geração da riqueza regional, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, devem evitar conflitos e rivalidades e assumir funções complementares, em decorrência da concentração econômica e de mudanças na ocupação espacial. Um olhar estratégico parece apontar para a uma diferenciação funcional entre as cidades de Barreiras e Luis Eduardo, assim como São Desidério. Estas últimas vêm avançando em um processo de consolidação de centros agrícolas e agroindustriais bastante relevantes para a região.

Barreiras, no entanto, tem um potencial de crescimento que tem como centro a oferta de comércio e a prestação de serviços e de suporte tecnológico. Hoje é significativa a oferta de unidades de ensino, em especial, de nível superior. As associações comerciais e de produtores agrícolas instalaram-se na cidade e tem uma atuação regional forte. Os principais meios de comunicação, os serviços comerciais e bancários, as unidades regionais de órgão públicos estaduais e federais concentram-se em Barreiras. Luis Eduardo tem tido uma atuação mais agressiva na busca por investimentos agroindustriais e, talvez, seja este o mote principal da nova cidade. Mas, caberá à Barreiras, pela sua trajetória histórica e potencial produtivo, a centralidade do setor terciário da economia, através da prestação de serviços. Há boas oportunidades para exploração do seu território como centro logístico regional e nacional, face à integração econômica das regiões norte e sul do país.

As atividades de turismo regional, que englobam os municípios de Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Luis Eduardo, Riachão das Neves, São Desidério e Santa Rita de Cássia já é uma possibilidade avaliada e em implantação, através da criação do Pólo Turístico Caminhos do Oeste, uma das zonas turísticas divulgados pelo portal oficial de turismo do Governo do Estado.

Há ainda outros motes que devem ser consolidados neste pólo regional do Oeste, em especial, aqueles relacionados à prestação de serviços na área da educação – educação para o empreendedorismo, educação para a política e educação ambiental, visando formar jovens capazes do "fazer acontecer" e a construção de novas lideranças.

# V. A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES E INSTITUIÇÕES LOCAIS

De forma complementar ao diagnóstico sócio-econômico realizado para a região de Barreiras, pretende-se reconhecer o conjunto de políticas e ações incidentes sobre este território, com uma breve caracterização dos principais agentes e instituições locais. O resultado pretendido é o reconhecimento da presença (ou não) dos fatores determinantes do desenvolvimento, conceituados pelas teorias de Boisier e Vázquez Barquero.

Dois foram os momentos da pesquisa em que uma série de entrevistas foi realizada: o 2º semestre de 2005 e o 1º semestre de 2007; a lista dos entrevistados encontra-se em anexo. Foram promovidos encontros com alguns dos principais agentes e instituições locais, entre eles: representantes dos governos estadual e locais, agentes econômicos locais, associações comunitárias e outras associações representativas dos produtores locais, além de instituições de ensino.

O atual processo de territorialização das políticas de desenvolvimento pode ser entendido de diferentes formas, conforme já apontado anteriormente. Ora entendido como um projeto de eqüidade territorial no conjunto das políticas públicas, conferindo-lhe uma lógica transversal, que dê sentido à ação pública e onde o espaço é passivo, mera base geográfica de projeção da ação; ora entendido como a territorialização do desenvolvimento econômico, ao falar de atividades produtivas territorializadas e de outras que não estão (Storper, 1997); ou, por vezes, entendido como conceituado por De Roo (2003), onde "o território, longe de ser passivo, é o lugar de definição das políticas". É sob a ótica deste último que se pretende avançar, no intuito não apenas de se promover o crescimento econômico, mas sim de transformá-lo em desenvolvimento. Este entendido como fruto da ação de governança, enquanto prática de coordenação, concertação de interesses e de politização, com vistas à ação coletiva pelo bem comum, capacitando agentes locais para a construção de um plano de ação regional ou local.

### V.1. POLITICAS PUBLICAS INCIDENTES SOBRE A REGIÃO DE BARREIRAS

### V.1.1. O SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO

Na esfera federal, a retomada do processo de planejamento deu-se com a elaboração dos Planos Plurianuais de Investimento, quando da realização do denominado "Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento" ou, simplesmente, "Estudo dos Eixos", desenvolvido ao longo dos anos de 1998 e 1999, para a formulação do PPA 2000-2003, vinculado ao Ministério do Planejamento. Foi uma atuação inovadora, ao buscar alterar o paradigma do planejamento nacional, passando de objetivos geo-políticos (de ocupação do território) para uma perspectiva geo-econômica. A ênfase central dos estudos foi a infra-estrutura econômica, com a proposição de investimentos em transportes, energia e telecomunicação, entendida enquanto instrumento de integração espacial. Grande parte dos projetos foi dirigida à infra-estrutura de transportes, que materializa o fluxo de produtos e pessoas, definidora de eixos e de sua área de influência. No entanto, o "Estudo dos Eixos" acabou por reforçar uma atuação preponderante nas áreas de maior dinamismo econômico, ao privilegiar o espaço dos fluxos. Desta forma, como registram Galvão e Brandão (2003), "a proposta sanciona e potencializa os fluxos econômicos imediatos, não propondo ações de fomento à constituição de novas estruturas produtivas".

No mesmo período, outras iniciativas relevantes de formulação de políticas públicas de desenvolvimento tiveram espaço, em especial com as ações desencadeadas pela Secretaria Executiva do Conselho da Comunidade Solidária, vinculado à Casa Civil, que resultaram na estratégia de indução ao chamado "Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável" (DLIS – Programa Comunidade Ativa), coordenado por Franco (1995 a 2002). Dentre outros resultados destacam-se: a chamada Nova Lei do Terceiro Setor (Lei 9.790/99, que criou as Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs) e o início do processo de regulamentação atividade microfinanceira no Brasil. Outros programas regionais também foram propostos, entendidos como instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), desenvolvida pelo Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais Integrados (SPRI/MI), tal como o programa originalmente denominado "Programa de Mesorregiões Diferenciadas" (PROMESO).

O programa DLIS contou ainda com a colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) na implantação de ações em todo o território nacional, inclusive no Oeste da Bahia, através de escritórios estaduais e regionais. Trata-se, como apontado por Franco (2000:54), de "uma metodologia que visa promover o desenvolvimento por meio de práticas de diagnóstico e planejamento participativos". E continua o autor ao afirmar que, "longe de ser uma estratégia somente econômica, o DLIS é um campo de experimentação para novas práticas políticas, novas práticas sociais e novas práticas de desenvolvimento".

O programa PROMESO, por sua vez, embora com ações previstas na mesorregião denominada "Chapada das Mangabeiras" que inclui o território do oeste baiano, não teve atuação efetiva na região de Barreiras. Elaborado com vistas a promover a implantação de um novo modelo de gestão para o desenvolvimento, através do estímulo à participação e à capacidade de organização social como fator endógeno do desenvolvimento regional e pela mobilização e articulação de instituições e atores da sociedade civil, esse programa privilegiou o atendimento às áreas economicamente deprimidas; quais sejam aquelas de baixo nível de desenvolvimento e baixo ritmo de crescimento. Dentre as estratégias para o alcance desses objetivos estão: a articulação institucional entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil, através da criação de um fórum mesorregional; o apoio à realização de planejamento estratégico participativo; a implementação de ações de ocupação ordenada do território e de proteção ao meio ambiente; a promoção de ações de complementação da infra-estrutura básica, como suporte às atividades produtivas; e, por fim, o apoio a projetos de estudo e diagnóstico da mesorregião, de ações de apoio às cadeias produtivas relevantes, existentes e potenciais ali existentes, e de capacitação e de apoio às políticas sociais compensatórias.

Nos anos de 2002 e 2003, o estudo de "Atualização do Portfólio dos Eixos" (base para o PPA 2004-2007) incorporou uma nova abordagem, introduzindo o conceito de *clusters*, mostrando que a atividade econômica compõe-se de vários atores interconectados. Elaborou-se uma revisão dos determinantes de competitividade, com base nos estudos de Porter (1999) sobre competitividade regional, com o mapeamento dos principais sistemas produtivos existentes e potenciais, a identificação de seus *stakeholders* e uma estratégia de mobilização das partes interessadas em torno das discussões dos problemas identificados. Nessa

perspectiva da competitividade, Arroyo (2003) alerta que "corre-se o risco de assimilar região à empresa, de identificar território como mercado, como se fossem a mesma coisa".

O denominado "Projeto Brasil 3 Tempos (2007, 2015 e 2022)" define objetivos estratégicos nacionais de longo prazo, tendo como função institucionalizar um processo permanente de planejamento e gestão, a partir de instrumentos interativos entre o governo e a sociedade. Com metas estabelecidas para os três marcos temporais, busca servir como referência de longo prazo aos futuros Planos Plurianuais (PPAs), traduzindo-se em melhoria da gestão administrativa governamental, ao promover uma política anti-cíclica.

O recente "Estudo da Dimensão Territorial do PPA" (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006), proposto inicialmente para servir de base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, procurou se diferenciar dos estudos anteriores ao adotar: uma visão integral do território e de longo prazo, sem ênfase na inserção competitiva do país, com o reconhecimento do potencial endógeno do desenvolvimento e reconhecendo oportunidades de investimento que emergem das realidades regionais e locais do país. Adotou, de forma ousada, uma regionalização em duas escalas: macrorregional e sub-regional; esta última alcançou um número inicial para análise próximo de 100 sub-regiões (o ideal seria um número entre 70 ou 80), procurando adequá-las às necessidades do planejamento territorial e da articulação das ações entre as esferas de governo federal, estaduais e, eventualmente, municipais, e os entes da sociedade civil.

Este último estudo, no entanto, embora não interrompido, foi, segundo alguns setores do governo federal, em especial, do planejamento, atropelado pelas recentes proposições que configuram o chamado "Plano de Aceleração do Crescimento" (PAC), com a definição de prioridades de investimentos para o período 2007-2011, muitas delas não alinhadas com as políticas ministeriais do governo federal.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) pretende promover a aceleração do crescimento econômico, com o aumento da oferta de emprego e melhoria das condições de vida da população. O conjunto de medidas planejadas destina-se a aumentar o investimento público em infra-estrutura, incentivar o

investimento privado e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. As medidas propostas estão organizadas em cinco blocos: investimento em infra-estrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento: melhora do ambiente de investimento: desoneração aperfeiçoamento do sistema tributário; e, medidas fiscais do longo prazo. Os investimentos previstos estão divididos em investimentos na infra-estrutura energética, na infra-estrutura urbana e social e na infra-estrutura logística. Projetos e obras priorizados pelo "Plano de Aceleração do Crescimento" (PAC) incidentes sobre a região de Barreiras foram descritos no Capítulo IV, nas análises relativas à infra-estrutura econômica; são projetos especialmente voltados para o transporte de grãos, através da realização de investimentos em rodovias e ferrovias. Há, ainda, um conjunto de projetos priorizados na área de recursos hídricos, dotando a região do Oeste da Bahia de novas obras de infra-estrutura hídrica.

Os investimentos propostos priorizam a realização de obras de infra-estrutura de transportes e energia, para apoiar e promover a competitividade regional especialmente em áreas de expansão do setor agropecuário. A dinâmica recente do crescimento econômico do país está baseada nos setores da produção de grãos, da pecuária e da mineração, com evidências de um processo de inserção competitiva de algumas regiões de fronteiras; mas, com elevados custos ambientais, com a conversão de áreas ambientalmente frágeis em terras produtivas.

A participação de agentes e instituições locais na formulação e na operacionalização de planos e programas de desenvolvimento aparece como uma alternativa capaz de oferecer melhores resultados. Muitas das críticas aos planos e programas propostos residem na falta de abertura para participação de outros atores interessadas, que não os governos, os agentes financiadores e as grandes empresas. Para promover maior eficácia, são fundamentais os debates sobre os resultados alcançados, debates que devem envolver agentes de desenvolvimento e gestores de programas federais e estaduais, de modo a contribuir para a elaboração de um pacto federativo em torno dos investimentos estratégicos para o país.

A ênfase na realização de investimentos em projetos estruturantes justifica-se pela sua capacidade de impulsionar o aproveitamento máximo de potencialidades regionais ou locais. Mas, por vezes, grandes projetos têm características de

enclaves isolados, com baixos benefícios econômicos para a população local e com profundas modificações nos sistemas ecológicos. Poucos são os projetos que contam com análises ambientais prévias, com adequação de processos que visam garantir a sua implantação e operacionalização sobre bases sustentáveis, minimizando os impactos sócio-ambientais. Porém, a instalação de novos empreendimentos pode criar valores mais altos para as comunidades nas quais se inserem, e podem ser vistos como oportunidade de transformação social, desde que ações de políticas de desenvolvimento regional estejam articuladas com os interesses locais e abrigadas por uma política nacional.

É preciso reconhecer, para além do rol de políticas e planos de desenvolvimento, o grau de efetividade dos programas implantados no período recente. As dificuldades encontradas na fase de operacionalização das ações residem, muitas vezes, na falta de articulação com todos os agentes de desenvolvimento envolvidos. Esta falta de articulação de políticas é obstáculo ao desenvolvimento; as estratégias não são explícitas e nem sempre constituem um exercício de integração nos três níveis de governo.

No conjunto dos chamados programas urbanos, há ações que visam fortalecer institucionalmente os municípios brasileiros para o planejamento urbano e regional. Porém, muitos destes programas não alcançaram, em grande escala, o seu público-alvo. Recursos incluídos no orçamento da União não foram empenhados e retornaram aos cofres públicos sem gerar benefícios. Isto se deve tanto pela falta de conhecimento e ampla divulgação dos programas, como pela falta de capacidade técnica de grande número de municípios que não contam com suporte adequado para captação destes recursos. É fala corrente, no ambiente da administração pública, que os problemas residem mais na falta de adequação dos tomadores nos processos de captação de recursos, em especial pequenos e médios municípios, do que na oferta de recursos; sem esquecer que não há facilidades nos processos burocráticos a enfrentar.

Há, ainda, dificuldades recorrentes na avaliação de políticas de desenvolvimento. As avaliações dos programas, quando elaboradas, nem sempre são divulgadas e disponibilizadas para todos os agentes interessados. Desta forma,

é preciso reconhecer a necessidade de se implantar um processo de avaliação da efetividade e eficácia das políticas públicas de desenvolvimento.

Os recentes movimentos do planejamento federal foram acompanhados por um movimento de descentralização e territorialização das políticas de desenvolvimento. O atual contexto de territorialização das políticas incorpora, ao menos, duas dimensões: a espacialidade da produção econômica e sua articulação em rede com os agentes político-institucionais do desenvolvimento. Parece existir um conjunto de características que potencializam os benefícios gerados, são eles: dimensão territorial delimitada; diversidade de atores econômicos, políticos e sociais; e ações de governança e coordenação. A base para a construção articulada de políticas de desenvolvimento é o fortalecimento institucional de governos locais, para planejar a longo prazo a continuação do desenvolvimento.

Há uma forte tendência de descentralização das políticas, aliado a um claro interesse em encontrar uma maneira nova de atuar. Agir de forma estratégica e integrativa, através de uma ação que prima pela busca de alianças, de pactuação entre agentes e do aproveitamento ótimo na sinergia entre programas e ações. Uma atuação parceira que todos pretendem construir, mas onde, ao mesmo tempo, não se reconhece o caminho a trilhar. O nó da articulação de políticas só se resolve com alianças, mas como esse é um fato inédito, não se sabe por onde começar.

#### V.1.2. Uma Tentativa de Descentralização do Planejamento na Bahia

Como desdobramento das diretrizes do "Plano Estratégico Bahia 2020" (Governo do Estado da Bahia, 2003), a Secretaria de Planejamento e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (SEPLAN/CAR) implantaram em 2005 o Projeto "Nossa Região — Planejar para Desenvolver", que visa criar instrumentos para que as regiões efetivamente desenhem seu futuro, baseado na organização dos agentes regionais, envolvendo os cidadãos no processo de formulação de suas políticas.

A idéia central foi a de descentralizar o planejamento do Estado, mobilizando a sociedade civil em torno de um Conselho Regional de Desenvolvimento (CRD) implantado no âmbito de cada região, visando a execução do seu planejamento, a construção do desenvolvimento regional sustentável e o fortalecimento da cooperação entre os municípios. Desta forma, a organização regional através do

Conselho tem a função de representar a instância de articulação permanente da região com o Governo do Estado, contribuindo diretamente para a definição de seus planos, projetos de desenvolvimento e instrumentos legais como o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esta iniciativa contribui, assim, para a integração efetiva da contribuição da sociedade civil à formulação das políticas, o atendimento da demanda por maior transparência e melhor articulação entre poder público, sociedade civil, empresariado e terceiro setor.

O projeto tem fundamento na Lei 8.538/2002, que em seu artigo 5º cria os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, através do Decreto 8.461/2003, e que define a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) como Secretaria Executiva. Esta lei tem a "finalidade de articular e fomentar programas e ações de interesse regional, em consonância com a política de desenvolvimento do Estado". Várias foram as regiões de atuação, com ações promovidas prioritariamente nas regiões Norte, Baixo Sul, Extremo Sul, Oeste, Sudoeste e Litoral Norte do estado da Bahia.

As ações de mobilização no Oeste Baiano contaram com a presença da equipe técnica da SEPLAN/CAR na cidade de Barreiras e em outros municípios da região, ao longo do 2° semestre de 2005. As visitas realizadas às municipalidades ocorreram simultaneamente a uma das pesquisas de campo feita com vistas à elaboração da presente tese. O principal evento convocatório para a formação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste deu-se um dia após a realização do "I Seminário PONTE para o Desenvolvimento do Oeste Baiano" (PONTE, 2005), promovido em Dezembro de 2005 com o intuito de apresentar à comunidade de Barreiras e região os primeiros resultados alcançados com a elaboração do Diagnóstico Sócio-Econômico da região oeste. Diagnóstico este anteriormente apresentado, no Capítulo IV da presente tese.

Atualmente, há pouco mais de um ano da formação dos conselhos regionais, apenas os conselhos criados nas regiões do Baixo Sul e Oeste permanecem ativos. O primeiro deve-se essencialmente à forte atuação da Fundação Odebrecht na região desde o ano de 2003, com a promoção de estudos, planos e ações voltadas para o desenvolvimento local, através do chamado Programa de Desenvolvimento

Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia (Programa DIS Baixo Sul). Realizado por meio de um convênio entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (IDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa conta com recursos do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e da Fundação Odebrecht. O Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste, por sua vez, também permanece ativo, devido em grande parte à ação voluntária dos agentes locais mobilizados. A atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste (CRD Oeste) serão descritas no item V.2, quando da identificação e breve caracterização dos principais agentes e instituições locais presentes em Barreiras.

#### V.1.3. Os Governos Locais – Municipios Associados a UMOB

Dentre as inúmeras atividades da pesquisa de campo, foram realizadas, conforme exposto, visitas aos governos municipais da região do oeste baiano, em especial aqueles associados à União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB). Algumas das principais preocupações dos líderes públicos locais estão sumarizadas a seguir.

O município de Angical, com menos de 15 mil habitantes em 2000, é desde 2002 sede do maior assentamento de reforma agrária realizado pelo INCRA. Este assentamento possui cerca de 3,4 mil habitantes (1.038 famílias assentadas) em 54 mil hectares de terra, vivendo da agricultura de subsistência, com o cultivo de arroz, feijão e milho, e pecuária. Isto significa que o município teve que abrigar, do dia para a noite, um número de pessoas que equivale a 25% da sua população total. De um montante aproximado de 6 mil alunos nas escolas, cerca de 1 mil são filhos de assentados.

As principais metas da Prefeitura Municipal de Angical são investir na produção de aglomerações produtivas do bio-diesel e da cadeia do leite, mediante a obtenção de crédito e financiamento junto ao Banco do Nordeste. A proposta de investimento na área do bio-diesel é em parceria com o município de Luis Eduardo Magalhães e uma empresa multinacional francesa DAGRIS, com a instalação de duas a três usinas para refinar oleaginosas, em especial o girassol. A meta é atuar na área da reforma agrária, garantindo a produção para abastecer usinas a serem instaladas em Luis Eduardo Magalhães, com a exportação dos produtos para a França. Pretende atuar em parceria com a NATURABASE do Paraná, para produção

da mamona, tendo como meta a promoção da agricultura familiar. Na cadeia do leite e derivados, a intenção da municipalidade é a implantação de um laticínio na área da reforma agrária e investimentos em fábricas domésticas de queijo.

Estavam em elaboração os seguintes planos e projetos pela Municipalidade de Angical: o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) municipal e o Plano Diretor, para a definição de uso do solo e zoneamento, incluindo áreas para instalação de indústrias. Há também a intenção de priorização de ações na área ambiental, com a revitalização de nascentes e despoluição de mananciais, e na área da cultura, turismo e lazer, com a realização de festas tradicionais, a exemplo das Congadas. A elaboração destes planos não é feita com a participação de técnicos capacitados para o planejamento e gestão municipal; o PPA municipal, por exemplo, estava sendo elaborado à época da visita pelo contador da municipalidade.

Barreiras é o centro regional da região do Oeste Baiano e concentra cerca de 30% de toda a população dos municípios associados à UMOB. Sendo o maior centro urbano, reúne os maiores problemas relativos às questões de crescimento e expansão da cidade. Destaca-se: a falta de saneamento ambiental nas áreas urbanas, com insuficiente oferta de serviços de coleta e tratamento de esgotos e problemas com os serviços de coleta de resíduos domiciliares e destinação final dos mesmos.

As principais metas da administração municipal de Barreiras são investir na produção das aglomerações produtivas da cadeia do leite, da mandioca, da banana, da psicultura e da bovinocultura de corte, contando com o aporte de recursos do Banco do Nordeste. O município elaborou estudos relativos ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) municipal e Plano Diretor, ambos aprovados pela Câmara Municipal.

Catolândia é o menor município baiano e o mais pobre da região. De um total de 3.092 habitantes, 367 famílias encontram-se abaixo da linha da pobreza, segundo dados do IBGE para o ano 2000. A realização de projetos de ação social é um dos principais focos da administração municipal. Alguns projetos já estão em andamento e outros ainda estão sendo desenvolvidos. As ações da municipalidade têm como princípio básico resgatar a cidadania da população local, apoiar e destacar os projetos de cunho sócio cultural, com o resgate da cultura, do folclore

local e das festas tradicionais que há muito foram esquecidas, serão fortalecidas em todas as ocasiões festivas do municípios. Catolândia é uma cidade com vocação para o turismo, dada a presença de atrativos naturais. E a sua economia baseia-se na agricultura com a plantação de milho e cana-de-açúcar, seguida da pecuária de corte, além da presença de pequenas agroindústrias de cachaça e rapadura, que são comercializados nos municípios vizinhos e em outros estados.

Cotegipe, como a maioria dos municípios do Oeste, tem a administração pública como o maior empregador da cidade. As principais metas da Prefeitura são investir na capacitação de professores e no fomento das aglomerações produtivas com o apoio do Banco do Nordeste. A ação de capacitação do corpo docente municipal é proposta com apoio do Governo Federal e Banco Mundial, através do chamado Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), privilegiando a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais — projeto de inclusão de educação especial.

Cristópolis é chamada de capital do alho do Oeste da Bahia, e face à produção local de cana-de-açúcar é também reconhecida produtora de cachaça artesanal; porém, com produtores na informalidade, o que implica na ausência de arrecadação de taxas e tributos municipais. As principais metas da Prefeitura são investir na saúde, através da adequação do serviço de abastecimento de água e controle da leschmaniose, com altos índices na zona rural do município. Porém, não há recursos no orçamento para investimento. Os recursos são, como nos demais municípios, oriundos do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, com recursos dirigidos para a educação e saúde.

Luis Eduardo Magalhães, o mais novo município da região Oeste, nasceu da "disputa pelo poder político e a (re)construção de identidades, envolvendo sulistas e nordestinos", como afirmou Haesbaert (2002:395). A administração municipal priorizou ações na linha do *marketing* territorial, buscando atrair novos e maiores investimentos para o município. Esta atuação agressiva da municipalidade privilegiou ações em busca de parcerias, alianças e pactos com grandes empresas, inclusive multinacionais e marcas mundiais, e voltados para a produção em larga escala. Nesta linha, foi feita uma parceria com a Bayer para solucionar os problemas de praga na lavoura. Tais parcerias envolveram inclusive os demais municípios da

região Oeste. Já existem multinacionais envolvidas na implementação de projetos em parcerias, entre elas a BUNGE, e todo o dinamismo econômico local está centrado na agricultura moderna.

A administração do município de Luis Eduardo Magalhães busca atuar tal qual uma empresa privada, que precisa gerar resultados. A atuação visa privilegiar uma gestão pública empreendedora, geradora de benefícios e melhorias para os munícipes e para a região produtora. Um olhar buscando identificar novas e boas oportunidades de crescimento e geração de riquezas. Três são os principais focos da atuação municipal: priorizar ações de educação, saúde e infra-estrutura, com uma liderança pública empreendedora e utilizando recursos dentro do orçamento. Há um Comitê Municipal formado com autonomia, para atuar junto a fóruns permanentes, como a Rede de Gestão Compartilhada e a União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB).

O perfil da população que veio se instalar no novo município é, basicamente, formado por imigrantes sulistas, na sua maioria gaúchos e paranaenses, além de alguns estrangeiros, de origem americana, japonesa, portuguesa e chinesa, além de neo-zolandeses, alemães e holandeses. Estes imigrantes vieram para o Oeste em busca de novas terras para plantar e o desejo por novas e mais terras permanece aceso. São, por vezes, produtores do oeste do Paraná, que deixaram as suas terras em busca de novas áreas para desbravar, comprando terras a preços mais atrativos e revendendo-as, mais tarde, com altos valores. Depois de empreenderem essas áreas, alguns destes partem mais uma vez para a busca de novas terras, mais baratas e assim adquirindo novas e maiores propriedades e em relativa mobilidade.

A administração municipal de Muquém do São Francisco está atuando, de forma pró-ativa, em ações de planejamento do desenvolvimento local, segundo a metodologia DLIS, implantada pelo SEBRAE. O município tem participado de programas de incentivo à qualidade na gestão pública municipal, entre eles: o Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, edição 2005; o Selo UNICEF – Programa Meu Município Me Faz Crescer e o Prêmio da Fundação Abrinq – Programa Município Amigo da Criança.

Muquém contou com o apoio do SEBRAE na formulação de um projeto de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), denominado "Projeto

Muquém – Semeando o Futuro". É um projeto em parceria com os governos federal e estadual, SEBRAE e agentes financeiros, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, conta também com o apoio de instituições locais e associações de produtores. Seu foco é a atuação em comunidades selecionados do município, com a promoção e fomento de atividades produtivas e no tratamento de questões sociais.

O projeto Muquém está estruturado em três linhas básicas de ação, sejam: a) apoio à organização social: gerenciamento da organização, relações sociais e apoio na execução de atividades coletivas; será feito através do conhecimento da realidade das comunidades, com a construção de um Plano Participativo de Desenvolvimento da comunidade e formação de grupos de trabalho, definindo tarefas para a execução de propostas; b) implantação de uma rede de fazendas de referências: identificar os problemas e soluções de acordo com as realidades, trabalhar na solução dos problema identificados e servir como referência para discussão na comunidade e implantação em outras; será feito através da seleção de fazendas representativas da realidade local, acompanhadas no tempo para elaborar material técnico para apoiar os grupos de trabalho e divulgar este material junto à comunidade; e, por fim, c) apoio à comercialização: através de pesquisas de mercado, para apoiar o desenvolvimento das comunidades, e identificar formas simples de inserção no mercado, apoiando a organização dos produtores na agregação de valor aos seus produtos, tornando-os mais competitivos. Será feito através da definição dos principais produtos, dos estudos de mercado (atual e futuro), tentando implementar soluções para melhorar a comercialização dos produtos e conquistar novos mercados, divulgando os resultados para apoio aos grupos de trabalho em outras comunidades. O resultado esperado pelo projeto promovido pela administração municipal é o desenvolvimento sustentável das comunidades, promovendo a consciência coletiva sobre a necessidade de organização das comunidades na busca de soluções para os seus problemas.

O município de Riachão das Neves é um dos maiores produtores de grãos do Oeste, possuindo o maior rebanho de bovinos. Uma das principais preocupações da administração municipal é buscar uma melhor ligação rodoviária da região produtora de soja com o distrito de Cariparé, distante 37 km da sede municipal de Riachão das Neves. Esta localidade conta com um dos maiores silos de grãos da América Latina (com a presença de instalações das empresas Bunge e Cargill). Há mais de 35

associações de produtores rurais já cadastradas para o fornecimento de grãos. Vale registrar que, segundo a municipalidade, estão sendo feitos contatos com a empresa BUNGE, instalada no município, para corrigir eventuais problemas de evasão de divisas; e, assim, promover ações em parceria da municipalidade com a empresa. E, ainda, quanto às questões relativas à logística de transportes para o escoamento de grãos produzidos no Oeste da Bahia, a Administração Municipal de Riachão das Neves informou que há áreas cedidas para a CVRD Logística — Companhia Vale do Rio Doce, nos municípios de São Desidério e Riachão das Neves. Há parcerias firmadas com o Banco do Nordeste e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), junto a uma comunidade rural produtora de cachaça, melaço e rapadura; esta é uma das aglomerações produtivas priorizadas pelo Banco do Nordeste.

A administração municipal de Santa Rita de Cássia tem como foco de atuação a realização de parcerias e ações cooperadas entre os municípios vizinhos, para promover ações de recuperação das principais estradas que cortam o município. Os municípios de Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Mansidão estão propostos a firmar uma parceria, tendo por base um consórcio intermunicipal, para estabelecer trocas de serviços, que atendam aos interesses comuns e com ações dirigidas ao território local. Desejam priorizar ações em projetos de revitalização da BR-020 (Brasília-Fortaleza) e BR-135 (saída para Piauí).

O município de São Desíderio é o segundo maior em extensão territorial e está entre os três maiores em receita orçamentária, abrigando uma população de cerca de 20 mil habitantes. São Desidério se destaca do cenário estadual pela grandiosidade de sua produção agrícola e pelo turismo ecológico e de aventura. Possui uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas do nordeste brasileiro, com 24 rios perenes, evidenciando a sua vocação para o turismo ecológico e de aventura, com lagoas, grutas, paredões, entre outros atrativos. É o maior produtor de grãos do Nordeste, com destaque para a soja irrigada e produção do algodão (é o maior produtor de algodão da região, o chamado "ouro branco" da Bahia), além de milho, café, arroz, feijão, mamão e limão. O Plano Diretor do Município estava, por ocasião da visita, em fase de aprovação pela Câmara e o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) Municipal já havia sido elaborado.

Tabocas do Brejo Velho é um dos municípios contemplados com obras priorizadas pela primeira fase do projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. A administração municipal está voltada para a participação em eventos, como o Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, Selo Fundação ABRINQ para o Programa "Prefeito Amigo da Criança" e Selo UNICEF para Programa "Meu Município Me Faz Crescer". O principal intuito é dar visibilidade às ações do município, o que poderá servir como suporte para a identificação e obtenção de novas fontes de financiamento.

O município de Wanderley tem na pecuária a sua maior produção. Isto acabou por atrair o interesse de empresas de calçados do sudeste do país; e, as empresas Agropecuária Jacarezinho e Grandene visitaram, recentemente, não só município de Wanderley, como também o município de Cotegipe, demonstrando interesse na atuação em parceria com os produtores locais.

Há iniciativas de ação em parceria entre os governos locais, em especial, para a realização de investimentos em infra-estrutura. Os municípios de Angical, Cotegipe, Wanderley e Muquém do São Francisco estão pleiteando recursos para a construção e pavimentação de uma rodovia de pouco mais de 180 km. Trata-se de um importante eixo de penetração e interligação entre os 4 municípios, inserido no Vale do Rio Grande, que além de integrar uma área hoje desassistida, servirá como escoamento da produção agrícola regional, interligando-se, ainda, com os portos de Barreiras, Ibotirama e Barra. Ao longo do traçado rodoviário proposto, há predominância de agricultura familiar, constituída por pequenos produtores (com áreas inferiores a 50 ha).

# V.2. AGENTES E INSTITUIÇÕES LOCAIS

A identificação e breve caracterização de agentes e instituições locais presentes na região de Barreiras é feita no intuito de se perceber o grau da organização social, assim como de se reconhecer a sua capacidade para promover mudanças. Os capítulos anteriormente apresentados concluem pela presença de fatores competitivos na região de Barreiras, ao mesmo tempo em que apontam os impactos gerados por este processo de inserção competitiva na globalização. Pretende-se avançar na análise, na tentativa de reconhecer a presença (ou não) de

fatores determinantes do processo de desenvolvimento, segundo as teorias descritas por Boisier e Vázquez Barquero.

Desta forma, serão caracterizados, a seguir, alguns dos agentes e instituições locais atuantes na região de Barreiras.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA (AIBA)

A Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é uma organização sem fins lucrativos que tem a missão de promover o desenvolvimento do agronegócio na região do oeste. Fundada em agosto de 1990, a partir da união dos produtores da região, a AIBA representa institucionalmente o setor produtivo do agronegócio, contanto com um quadro de associados de mais 1,2 mil produtores e empresas registrados, que representam mais de 95% do total de 1,5 milhão de hectares cultivados no Oeste da Bahia, segundo informa a associação (AIBA, 2006).

Reconhecida como organização de utilidade pública municipal e estadual, a associação tem em seu Conselho Diretor os presidentes das seguintes entidades do Oeste: Fundação Bahia (Fundação BA), Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (ACRIOESTE), Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB), Cooperativa de Fruticultores do Oeste da Bahia (COFRUTOESTE), e Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia (CAPRIOESTE). Desta forma, a associação conta com a participação de importantes agentes não-governamentais locais vinculados ao agronegócio, além de institutos privados de pesquisa e associações e cooperativas locais.

#### ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

No município de Barreiras, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, existem cerca de 30 associações comunitárias ou de bairros, que são reconhecidas pela Rádio Barreiras. As Organizações Antônio Balbino, que detêm a concessão de rádios AM e FM locais, em uma ação de responsabilidade social através da ONG PONTE Portal Novo Tempo, vêm atuando na promoção destas associações, com a realização de campanhas através da rádio local.

As associações cadastradas são: Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Morada Nova; Associação dos Moradores e Agricultores de Baraúna, na zona

rural; Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Barreiras Sul; Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião; Associação de Mulheres Socialistas da Vila dos Funcionários; Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Habitacional Rio Grande I; Associação dos Moradores do Bairro São Miguel e Bela Vista; Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Bairro Vila Brasil; Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Barreiras I; Associação Comunitária de Moradores do Bairro Santa Luzia; Associação Beneficente dos Moradores da Morada da Lua; Associação Cultural de Moradores do Bairro Vila Amorim; Associação Comunitária da Vila Churupita; Associação Comunitária da Vila Dulce; Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Santo Antônio; Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Rio Branco II, na zona rural; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Flamengo; Associação dos Moradores do Bairro das Cascalheira; Associação dos Produtores e Agricultores Familiares do Barrocão de Cima, na zona rural; Associação dos Pequenos Produtores da Nanica, na zona rural; Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores de Barração de Baixo, na zona rural; Associação dos Moradores do Buritis I, na zona rural; Associação dos Produtores Rurais do Bairro Ribeirão e do Boa Sorte; Associação de Moradores da Comunidade Angélica Aires; Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Santo Antônio; Associação dos Moradores do Mucambo; Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Tatu; e, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riachinho.

Muitas dessas associações estiveram presentes ao encontro promovido pela ONG PONTE no final de 2005, denominado "I Seminário de Desenvolvimento do Oeste Baiano", com a posterior iniciativa de realização de um encontro das lideranças comunitárias locais, para promover a sua inclusão no Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste (CRD Oeste). Deste encontro nasceu a vontade de atuar de modo conjunto, com a criação de um entidade representativa das associações comunitárias, a denominada União das Associações Comunitárias Urbanas e Rurais de Barreiras (UNACOMB). Essa organização tem o objetivo de promover a unidade das associações comunitárias filiadas, fortalecendo os objetivos comuns de valorização e desenvolvimento sustentável das populações à elas agregadas, com ata de fundação e estatuto firmados em 2006.

# CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE BARREIRAS (CDL)

Fundada em 1977, a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Barreiras é uma entidade civil sem fins lucrativos, voltada para a classe lojista e empresarial, contribuindo para o bem estar da comunidade, ao desenvolver e participar de vários eventos que tenham como principal objetivo o desenvolvimento social e econômico de Barreiras e da região oeste. Atualmente, a CDL congrega 320 estabelecimentos comerciais associados, que respondem pela geração de mais de 6.000 empregos formais, segundo informou a entidade. Os dados coletados para o ano de 2005 registram um número próximo a 4.700 empregos formais oficialmente declarados.

## COMISSÃO VOLUNTÁRIA EM PROL DA SEGURANÇA E PAZ EM BARREIRAS

Formada por entidades representativas da sociedade civil organizada, a Comissão Voluntária em prol da Segurança e Paz em Barreiras realizou pelo segundo ano consecutivo mais uma caminhada pela paz; tais eventos mobilizaram cerca de 15 mil pessoas. O movimento nasceu em 2006, quando o município sofria com constantes casos de violência e criminalidade e a carência de investimentos nos órgãos de segurança da região. Muitos são os pleitos desta entidade, como melhorias na segurança pública, instalação de corpo de bombeiros na cidade e a adoção de políticas públicas que possam minimizar a frágil situação do sistema de segurança local.

A criação desta Comissão foi uma iniciativa da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que juntamente com outras entidades representativas da região, formaram a comissão voluntária, composta por representantes de várias instituições locais, sejam: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) regional, Prefeitura Municipal de Barreiras, Câmara dos Vereadores, Associação dos Pastores Evangélicos, Igreja Católica, SEBRAE, Conselho Comunitário de Segurança, União das Associações Comunitárias Urbanas e Rurais de Barreiras (UNACOMB), Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Pastoral Carcerária, Rede de Gestão Compartilhada do Oeste da Bahia, representantes da imprensa de Barreiras e sindicatos locais.

#### EMPRESAS TRANSNACIONAIS E NACIONAIS

O desenvolvimento do sistema agroindustrial da soja em Barreiras, além da implantação de diversos projetos de empresas agrícolas, tem sido complementado

com a implantação de unidades de armazenamento e indústrias esmagadoras e processadoras de farelo e óleo, ligadas a grandes grupos nacional e internacional. Outras unidades industriais de fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos agrícolas também estão presentes na região.

Dados da Federação das Indústrias do Estado da Bahia apontam que estão instaladas 52 indústrias no município de Barreiras. Essas atuam no beneficiamento da soja, do arroz, do café, na preparação e fiação de fibras de algodão, na fabricação de adubos e fertilizantes ou, ainda, no abate de animais, reses, aves e suínos ou mesmo na manutenção e reparo de máquinas e equipamentos da indústria mecânica. Uma das seis unidades processadoras de soja da Cargill do Brasil está localizada em Barreiras. A empresa atua na fabricação de óleos vegetais, tanto para consumo interno como para exportação. A cidade conta ainda com a presença da Cerealista Novoeste e do Centro Atacadista Castro.

No município de Luis Eduardo Magalhães está instalada a Bunge Alimentos, uma das mais importantes empresas do setor e a maior refinadora de óleo de soja da América Latina em atividade. A Bunge atua desde a aquisição do grão até a produção de alimentos para o consumidor final, efetuando a compra de mais de 30 mil produtores rurais um volume em torno de 10 milhões de toneladas de soja, além de trigo, milho, e caroço de algodão e se relaciona regularmente com clientes em quase 30 países. O município conta ainda com a presença de diversas indústrias do ramo têxtil, indústrias voltadas para a produção de adubos químicos, indústrias que trabalham com a extração de óleo de algodão, entre outras.

#### FÓRUNS PERMANENTES

No momento, três são os fóruns permanentes presentes em Barreiras: a Rede de Gestão Compartilhada do Oeste da Bahia, a União dos Municípios do Oeste (UMOB) e o Conselho Regional de Desenvolvimento (CRD).

Criada há três anos por um grupo de cem pessoas, representantes dos diversos municípios da Bacia do Rio Grande, a Rede de Gestão Compartilhada do Oeste da Bahia foi mantida por poucos voluntários, que somaram esforços para a concretização de alguns importantes eventos, com a promoção de inúmeras reuniões, palestras e ações de apoio regional. Seus dirigentes afirmam que só através da junção de forças entre os agentes do governo, da iniciativa privada e da

sociedade civil é possível traçar um modelo de desenvolvimento que seja includente, integrado e sustentável. Acreditam, portanto que a promoção do desenvolvimento é complexa demais para ser de responsabilidade apenas de um setor, ela requer a articulação e a cooperação das forças de todos os segmentos. Assim, o papel da Rede não é substituir as instâncias representativas (governo estadual, federal, municipal), mas, de ser um fórum de discussões, um palco para troca de idéias e propostas.

Trabalhando dentro do espírito de cooperação, co-responsabilidade e integração, alguns avanços foram sentidos, poucos e lentos, mas por vezes significativos, como a mobilização e sensibilização dos gestores públicos da região de Barreiras para a criação da União dos Municípios do Oeste da Bahia (UMOB), em meados de 2005. Além disso, a Rede de Gestão Compartilhada contribuiu para o debate dos indicadores sociais e econômicos da região, muitos dos quais foram apresentados à comunidade local através da realização do "I Seminário PONTE para o Desenvolvimento do Oeste", com a divulgação do Diagnóstico Sócio-Econômico da região. Segundo o registrado no jornal local, "quando se pensava que esta era uma região muito rica, em função dos números do agronegócio, divulgou-se o número do resultado desse crescimento: 245% de crescimento econômico, com apenas 2,6% de diminuição da pobreza"; ocasião em que "a comunidade pensante do oeste foi convocada a entender os números da realidade sócio-econômica e multiplicar a informação, alcançando o que se chamou de resultado intangível, que é a influência regional" (Jornal do São Francisco, 2007).

A Rede de Gestão compõe-se de sete Grupos de Impulsão de Projetos (educação e saúde, assistência social, meio ambiente, turismo, infra-estrutura, ciência e tecnologia e agropecuária) o que tem permitido traçar ações específicas para cada uma dessas áreas. Mas, apesar das conquistas, ainda tem-se muito a percorrer.

Criada em Julho de 2005, a União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB) é composto pelos prefeitos de 20 municípios da região do Oeste Baiano, sejam: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Brejolândia, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão,

Muquém do São Francisco, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste Baiano, por sua vez, foi criado através de uma iniciativa estadual, dentro do contexto de descentralização das ações de planejamento do Governo do Estado da Bahia, quando lançou, no ano de 2005, o Programa Nossa Região, descrito anteriormente. São membros efetivos do Conselho as lideranças públicas de dezesseis municípios da região, um representante do poder executivo local, um representante do poder legislativo local, um representante das organizações não-governamentais locais, um representante da iniciativa privada e um representante de empresa de atuação regional. Dentre as ações recentes do Conselho está a realização de estudos e propostas encaminhados para a Secretaria de Planejamento, contendo as principais ações estratégicas identificadas pelo CRD Oeste, para compor o Plano Plurianual do Estado da Bahia. Estas ações foram propostas através de consulta a seus membros e aos governos locais, envolvendo ainda representantes de agentes produtivos locais. São, na sua maioria, ações relativas aos principais setores produtivos locais, assim como a priorização de obras de transporte e telecomunicações, além de ações de fomento à programas de saúde, educação e segurança. Foram também encaminhadas propostas para a realização de ações específicas para a educação, com a formação de um grupo de inteligência através do CRD Oeste, a ser composto por membros representativos das universidades públicas e privadas instaladas em Barreiras, sejam: Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), Universidade Salvador Campus Oeste (UNIFACS) e Instituto de Educação Superior Unyahna de Barreiras (UNYAHNA).

#### ORGANIZAÇÕES ANTÔNIO BALBINO

As Organizações Antônio Balbino contam com a concessão de importantes rádios locais, a Rádio Barreiras AM e a Rádio FM Líder. Tendo iniciado suas atividades em 1983, a Rádio Barreiras tem alcance em onze municípios da região, sejam: Barreiras, São Desidério, Luis Eduardo Magalhães, Angical, Catolândia, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Cristópolis, Baianópolis, Cotegipe e Wanderley. Por ser muito vasta e pouco habitada, a região oeste tem no rádio um dos seus principais veículos de comunicação. Nos últimos anos, a emissora passou

por uma reformulação do quadro de jornalismo, retirando do ar programas produzidos por empresas independententes e passando a atuar de modo mais próximo da comunidade local, onde o compromisso com a região passou a ser prioridade.

É comum falar do poder da mídia; mas, para Raffestin (1993:220) isto "é um abuso de termo", pois as mídias propriamente ditas não são um "poder", mas "instrumentos do poder combinados em estratégias", onde a importância da informação é amplamente reconhecida. Em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, os meios de comunicação em massa, tais como rádio, televisão, imprensa, desempenham, segundo Raffestin (1993:219) "um papel que não é nada negligenciável onde elas atuam".

### ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL PONTE PORTAL NOVO TEMPO (ONG PONTE)

Criada em 2005 como o braço de responsabilidade social das Organizações Antônio Balbino, a ONG PONTE tem como missão articular e colaborar com o desenvolvimento das comunidades, focando as suas ações nos agentes promotores de mudança, através de atividades de capacitação que visam tomar maior consciência do território, reconhecendo suas oportunidades e limitações, no intuito de identificar o que pode ser aproveitado e o que precisa ser mudado. Tem, também, como meta dar suporte às associações de bairros e às comunidades que almejam maior crescimento, mas não sabem como se organizar e estruturar projetos que visem garantir sua participação.

Essa organização não-governamental promoveu, com apoio de outras instituições locais, o "I Seminário PONTE para o Desenvolvimento do Oeste", que teve como objetivo apresentar à comunidade local o diagnóstico sócio-econômico realizado na região de Barreiras. Estiveram presentes ao evento cerca de 250 pessoas, reunidas ao longo de um dia de palestras e debates e contou, ainda, com a transmissão ao vivo pela Rádio Barreiras. Os primeiros resultados alcançados com esta mobilização da sociedade civil foram rapidamente sentidos, em especial com a contribuição para a criação e constituição do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste Baiano, tema central do evento promovido no dia seguinte ao Seminário, pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia. Através da mídia eletrônica são divulgados, pelo site institucional de ONG

PONTE, os resultados apresentados pelo Diagnóstico Sócio-Econômico da região oeste da Bahia, servindo como instrumento valioso a todo aquele que deseja conhecer melhor a sua região.

Há, ainda, outras organizações não-governamentais que atuam na cidade de Barreiras e região, que não foram incluídas na presente análise; com destaque para as entidades Amigos da Natureza (AMINA) e ONG 10envolvimento, ambas com ações que priorizam as questões ambientais da região.

Muitos dos encontros promovidos com esses agentes e instituições locais, ao longo da pesquisa, foram realizados no intuito de reconhecê-los nas suas identidades, com suas características individuais e principais funções. Porém, somente os últimos encontros ocorridos em 2007, foram promovidos com a intenção de fazer com que eles se reconhecessem. O que foi percebido ao longo do tempo é que há pouco reconhecimento mútuo entre os agentes locais, em especial o reconhecimento explícito, aquele que busca uma atuação parceria; ainda são poucas as ações coletivas levadas adiante e as ações de entrosamento e articulação entre esses agentes e instituições são tímidas, com incipientes relações de confiança e cooperação estabelecidas.

Com esta percepção, os últimos encontros realizados tiveram como mote um questionário elaborado com questões relativas à organização social presente na cidade de Barreiras. Estas perguntas foram elaboradas tomando-se por base as teorias de Boisier e Vázquez Barquero sobre o desenvolvimento territorial e endógeno apresentadas. Tratou-se, na realidade, de um questionário relativamente longo que talvez requeresse certo aprofundamento na elaboração de respostas. Tal fato acabou por não encorajar seu pleno retorno, em especial, na forma escrita; teve, no entanto, o efeito de estimular e animar um debate coletivo entre os agentes locais selecionados para a pesquisa.

Esse questionário foi entregue a cerca de vinte agentes e instituições locais, entre aqueles vinculados ao poder público municipal, academia, agentes econômicos e associações de classe. As perguntas elaboradas foram as seguintes:

1) Quais são os principais atores e instituições locais presentes em Barreiras? 2) Quais são as principais lideranças locais? 3) Há atores ou instituições que

promovem relações de confiança e cooperação mútua? Quais são e como atuam? 4) Há atores ou instituições com capacidade de organização social e política? Quais são e como atuam? 5) Quais são as iniciativas locais promovidas por estes atores e instituições locais? 6) Quais os resultados alcançados por tais iniciativas? E quais as principais dificuldades encontradas? 7) Os atores e instituições locais atuam de modo articulado? Ou atuam em ações isoladas? 8) Há uma cultura regional ou identidade local que os une? 9) Em algum momento estes atores e instituições atuaram de forma a construir um projeto político local ou regional? Há intenção de agir nesta direção? Como? 10) Há grandes empresas presentes na região. Estas empresas representam um potencial de articulação com agentes e instituições locais? 11) O inconformismo está presente na cidade de Barreiras e região? Ou o que se encontra é apatia, inércia e passividade? Se há inconformismo, como ele se estrutura? 12) Se há uma rede de atores e instituições locais com interesse em uma atuação conjunta em prol do bem comum, estes estão aptos para atuar na condução de um processo de planejamento participativo? 13) Quais são os principais atributos destes atores e instituições? Possuem capacidade própria ou demandam alguma capacitação? 14) Há disposição dos agentes e instituições locais em construir um sistema de aprendizado capaz de promover mudanças? 15) O que falta para o "fazer acontecer"? 16) Quais os aspectos da realidade local que foram influenciados pela atuação piloto da "Prefeitura Inteligente" no Oeste Baiano? Houve alguma contribuição? E quais são as expectativas futuras?

O resultado dessa tarefa apontou para uma série de questões interessantes e que demandam alguma análise. O encontro realizado não pretendeu reunir todos os principais agentes locais; mas, uma parcela significativa deste universo se fez presente. E esses demonstraram interesse na discussão dos temas apresentadas e disposição para uma atuação coletiva mais ampla e efetiva.

Todos os presentes se reconhecem como agentes que possuem relativa influência sobre a comunidade local. Para alguns, as principais lideranças locais resumem-se aos gestores públicos municipais, pertencentes tanto ao poder executivo como ao legislativo, aqueles legitimados pelo voto. Para outros, no entanto, as chamadas lideranças locais estão atuando em seus segmentos produtivos, com objetivos específicos, mas com potencial para uma ação política mais ampla e até mesmo suprapartidária. Esses agentes, em função de suas

atuações particulares, como dirigentes, empresários ou cidadãos, ganharam por vezes, visibilidade junto à comunidade local; e, se viram, a partir daí, pressionados a ocupar algum cargo público, em especial junto ao poder executivo; fato que os fez, em algum momento, recuar. Segundo os dizeres de um desses agentes, "parece que se não servimos para prefeito não servimos para mais nada". Será que não é possível desempenhar um papel ainda mais efetivo na sociedade, estando fora do âmbito da atuação pública? Muitas experiências exitosas mostram que há muito a se fazer cumprindo com a função de cidadãos ativos.

A atuação em rede, com efetiva promoção de relações de confiança e cooperação, é percebida em algumas instituições locais, porém ainda de modo tímido e sem a necessária continuidade do processo, atuando através de investimentos cíclicos. É o caso da Rede de Gestão Compartilhada do Oeste da Bahia, da União dos Municípios do Oeste Baiano (UMOB), do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste (CRD Oeste) e, mais recentemente, da mobilização realizada pela Comissão Voluntária em prol da Segurança e Paz em Barreiras. Coube ao SEBRAE Regional uma ação de coordenação na promoção destas novas institucionalidades, tendo investido, por exemplo, na qualificação de agentes para a formação da Rede de Gestão, mas sem continuidade.

A capacidade de organização social e política também estão presentes, sentidas especialmente ao se avaliar a atuação de instituições representativas dos principais setores produtivos locais, sejam, a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) ou a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) que atuam há muitos anos e de forma explícita na capacitação e organização de seus associados, em defesa de interesses comuns. Porém, todos os entrevistados apontam para uma capacidade potencial, além da existente, que promova a estruturação de uma organização social e política emergente, através das organizações nãogovernamentais (ONGs) e dos fóruns permanentes recém criados; mas, cujos dirigentes são na sua maioria formados por trabalhadores voluntários, que precisam de seus empregos de origem para sobreviver, e que estão sendo forçados para além de suas capacidades. Alguns afirmam que "a profissionalização destas entidades pode ser um diferencial significativo para o sucesso deste tipo de empreendimento".

A presença de empresas transnacionais na região permitiu alcançar a competitividade regional, inserindo o sistema agroindustrial da soja, presente no oeste da Bahia, no processo de globalização. No entanto, essas empresas mantêmse alheias ao território local, isoladas em suas necessidades econômicas básicas, não atuam e nem promovem relações de cooperação ou articulação com entidades locais.

Ao se falar em identidade local, parece que o fator promotor do encontro desse grupo de pessoas é o vazio político presente na cidade e região. Parece que o que os une é o tal "inconformismo" apontado por Boisier (1996), ou talvez aquela "rebeldia", alertada por Santos (2000). Segundo um dos agentes locais, "o que nos une é a não conformidade com a situação atual e o desejo de promover mudanças".

A cultura regional, por sua vez, é representada por uma "sociodiversidade", como nos fala Santos (2000:21), podendo se traduzir em um dos "indicativos da possibilidade de mudanças". Porém, a presença de diferentes culturas na região parece ser capaz de promover tanto a integração como o conflito.

Nesse processo, vale lembrar que um dos confrontos mais importantes é o dos migrantes sulistas (genericamente chamados de "gaúchos") com os "nativos" nordestinos, tema explorado por Haesbaert (2002), promovendo o que ele chamou de "mutações geográficas". Mutações sentidas tanto pela recente criação do município de Luis Eduardo Magalhães, na sua maioria ocupado por migrantes, como também pela intenção de criação de um novo estado, o chamado Estado do São Francisco, "onde a participação dos gaúchos é ambígua e coloca em questão a reinvenção de uma identidade são-franciscana" (Haesbaert, 2002:368). Antiga idéia, devida em grande parte ao isolamento e às disputas sobre o território do oeste travadas pelos Estados da Bahia e de Pernambuco. O manifesto pela criação do Estado do São Francisco utiliza a seguinte expressão para legitimar as reivindicações do movimento: "o tempo nos separa de Pernambuco e a distância nos afasta da Bahia", como se "a grande distância temporal justificassem a não reincorporação por Pernambuco e a grande distância física da capital justificassem a separação da Bahia", como aponta Haesbaert (2002:397).

O principal atributo dos atores e instituições locais, apontado pelos entrevistados, é a vontade de articular-se, "a experiência individual de articulação

sendo levada para o coletivo", com potencial efetivo para a geração de resultados, desde que atue de modo organizado e com disposição para mudanças, o que pressupõe assumir riscos.

Ao final do encontro, outras curtas questões foram levantadas, aquelas tão inerentes à tarefa do planejar. Quem somos? Unidos pela inconformidade, esses agentes locais se enxergam como "um grupo sem identidade formada", porém identificados sim, pelo "idealismo" e pela vontade de "promover mudanças, de transformar e de servir". Aonde vivemos? Os entrevistados se dizem vivendo "no meio do caos, um caos criativo e que deve gerar ordem", percebem-se inseridos em um redemoinho, em que muitos estão no "centro da calmaria, o que os permitem enxergar". O que queremos? Desejosos por "mudanças, transformações, vêem na coletividade uma ação revolucionária, que pode possibilitar um transformar consciente". E do que precisamos? "Educar pelo exemplo, não pelo discurso", para interagir coletivamente através de uma atitude "solidária e com compaixão" e com "coragem para romper com a dependência emocional dos detentores passageiros do poder", segundo as falas dos agentes locais entrevistados.

Como afirma Vázquez Barquero (2001), os processos de desenvolvimento não se dão no vazio, e sim "promovidos por atores de uma sociedade, que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização". Assim, terão maiores condições as cidades que "contam com um sistema de instituições que lhe permitem [...] gerar as relações de cooperação entre os atores que contribuem para a aprendizagem e a inovação". E esses atores ou agentes locais ora reconhecidos talvez sejam, nos dizeres de Ribeiro (2007), aqueles "sujeitos portadores de projetos abrangentes de utopia", tão necessários na construção da participação social, entendida como instrumento de transformação.

E "romper a relação de dominação supõe, para a região, acumular poder político". Como uma região acumula poder político? Boisier (1996:124) aponta dois processos: o primeiro, pela transferência de poder político incorporada em um projeto nacional descentralizador; e, o segundo, por meio da "criação de poder político, algo que se obtém mediante o consenso político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento".

E o que falta para o "fazer acontecer"? Segundo um dos entrevistados, "falta tomar consciência e decidir se é importante investir". Parece que a ação central está na chamada "capacidade local de aprender", visando criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo. Florida (1995), citado em Diniz (2002), diz que "regiões devem adotar os princípios de criação de conhecimento e aprendizado contínuo; elas devem, com efeito, se tornar 'regiões que aprendem'". Para isto, as regiões devem se preparar para prover infra-estruturas específicas que possam facilitar o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizado e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de governança local.

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: FATORES DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO PRESENTES (OU NÃO) NA REGIÃO DE BARREIRAS

O Oeste Baiano é uma nova região de fronteira agrícola no Brasil que teve "na soja o seu vetor de formação sócio-espacial" (Giordano 1999:194). E, segundo as análises elaboradas pelo autor, comprova-se que "a região de Barreiras é uma região competitiva", pois tem a possibilidade de manter e aumentar sua produção agrícola, melhorando sua performance técnica e econômica; "insere-se, portanto, no processo de globalização de forma competitiva".

Porém, como o próprio Giordano (1999) sugere, devem ser avaliados e estudados outros importantes temas de análise, em especial, os impactos da globalização nesta região de fronteira. "É sabido que a globalização, longe de beneficiar todos aqueles que dela participam direta ou indiretamente, é excludente e, muitas vezes, perversa"; assim, sugere o autor a elaboração de um trabalho que "pudesse percorrer os diversos aspectos da inserção das regiões estudadas no processo de globalização, tentando-se mensurar o nível de renda dos trabalhadores, ao longo dos últimos anos e traduzindo-se em melhoria do seu nível de vida" (Giordano 1999:195).

Como registrado na presente pesquisa, a região de Barreiras viveu um intenso processo de crescimento econômico, não acompanhado de um processo de desenvolvimento, não havendo reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida de todos os seus habitantes. O desenvolvimento não é um resultado mais ou menos automático do crescimento econômico. Barreiras viveu de fato um elevado dinamismo econômico, onde a riqueza gerada na região, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) saltou de R\$ 1,7 bilhão em 2000, para R\$ 2,4 bilhões em 2002 e R\$ 3,5 bilhões estimados para o ano 2005. Esta pujança econômica impôs um acelerado processo de urbanização vivido pelas cidades de Barreiras, Luis Eduardo e São Desidério, com forte atração de população migrante.

Os resultados sentidos ao longo deste processo foram: graves problemas de crescimento e expansão urbana da cidade de Barreiras, com impactos diretos na oferta de infra-estrutura urbana (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos) e na oferta de infra-estrutura social (serviços de educação, saúde e outros); e, grandes disparidades intra-regionais, quando mesmo

gerando riquezas, os municípios do Oeste Baiano sofrem com baixos níveis de renda, sem equidade na distribuição das riquezas geradas.

A região de Barreiras passou por profundas transformações ao longo dos últimos vinte anos, motivadas, em grande parte, pelo processo de especialização produtiva no sistema agroindustrial. A ocupação dos cerrados, com a implantação de sistemas produtivos características da agricultura empresarial e intensiva, foi devida às vantagens locacionais, como condições de clima, relevo e solo favoráveis, atributos naturais da região que contribuíram para o sucesso do agronegócio. A produção agrícola teve na soja o seu principal vetor de ocupação e, atualmente, embora com terras ainda majoritariamente ocupadas pela soja, tem no algodão o símbolo do crescimento econômico e da força da região. O chamado "ouro branco" vem ganhando cada vez mais espaço na matriz produtiva do Oeste da Bahia e trazendo com ele um novo perfil de ocupação da mão-de-obra, com geração de empregos pela instalação de novas e maiores usinas de beneficiamento. Porém, a presença de grandes empresas na região, em especial, as empresas transnacionais, não trouxe melhores oportunidades para a comunidade local; elas atuam de modo alheio ao território, sem a criação de vínculos com os agentes e instituições locais.

Essas transformações vividas no campo tornaram-o bastante vulnerável e impuseram uma nova dinâmica ao ambiente urbano, gerando elevados índices de crescimento populacional, com a chegada de imigrantes sulistas e também estrangeiros, trazendo uma cultura empreendedora que se confronta com os modos dos "nativos". A criação de pequenas vilas e povoados junto às propriedades rurais acabou por dar vida a uma nova cidade, com a criação de novas identidades regionais. Uma sociodiversidade que também significou a geração de conflitos e o acirramento das desigualdades sociais. Elevados índices de crescimento econômico indicam acumulação de riquezas na região de Barreiras, porém não geradores de iguais oportunidades para todos, impondo um processo onde poucos são os beneficiados e muitos os excluídos. A terra de oportunidades, o eldorado, não serviu a todos.

Como registrado por Oliveira (2002:65), o campo brasileiro passou, nas últimas décadas, por um processo de concentração fundiária e trabalho no campo. Os latifúndios têm aumentado, e as terras do oeste baiano são citadas no conjunto

dos maiores latifundiários do Brasil; e "nos grandes estabelecimentos agrícolas há um predomínio quase que absoluto do trabalho assalariado, permanente ou temporário".

Giordano (1999:195) chama a atenção para um processo de reconfiguração espacial. "A região de Barreiras sofrerá, seguramente, mudanças na ocupação espacial", com ocupação territorial para a produção agrícola e para o armazenamento e o processamento de grãos, bem como "a ocupação do espaço por terminais multimodais de transporte".

De fato, Barreiras, pela sua centralidade geográfica, tem potencial para a integração nacional através de uma logística de transportes eficiente e prestação de serviços modernos; importantes corredores de transporte estão sendo implantados em seu entorno. Isto se traduz em uma oportunidade e um desafio colocado aos governos locais e agentes produtivos. Mas, é bom lembrar que enquanto fatores locacionais os benefícios fiscais e a inexistência de deseconomias externas podem perder importância ao longo do tempo. Nada impede que uma unidade produtiva, instalada em um dado local, reinicie um movimento de re-localização industrial ou agro-industrial, ao término dessas vantagens. Desta forma, é imprescindível direcionar a ação de todos os atores, no sentido de criar e recriar os fatores locacionais de caráter regionalmente competitivo, bem como de gerar novas combinações da produção que estabeleçam uma ancoragem local, intransportável localidades. Reconhece-se, assim, o caráter endógeno do para outras desenvolvimento regional, o qual deve estar bem articulado com os aspectos locais de cada território.

Os grandes produtores e as grandes empresas precisam gerar novas oportunidades para articulação com a comunidade local e os pequenos produtores. Há um alto potencial de desenvolvimento econômico regional: as potencialidades do Oeste extrapolam os limites da Bahia; há uma centralidade geográfica que deve ser explorada, com potencial para eliminar os graves problemas de escoamento da produção; é preciso eliminar os gargalos no escoamento da produção; reduzir os altos custos de transporte da produção; e, aumentar a integração econômica, com a criação de novas conexões e da intermodalidade (transporte ferroviário e hidroviário).

Com tanta geração de riquezas, o centro regional de Barreiras deve fomentar o empreendedorismo, dando espaço para as pequenas empresas e pequenos negócios interagirem com as grandes produções; em especial, nos assuntos ligados à logística, a tecnologia e a pesquisa, consolidando sua posição de referência regional na área de educação, com a implantação de novos sistemas de aprendizado, também voltadas para fluxos de conhecimento com ganhos na capacidade de governança local.

Comprovou-se que, a almejada competitividade regional presente em Barreiras não foi suficiente para que a região vivesse um processo de desenvolvimento territorial. Mas, até onde a chamada "inserção competitiva na globalização" é condição necessária para a promoção de mudanças rumo a um desenvolvimento mais humano? Arroyo (2003) questiona "sobre a necessidade de associar a idéia de competitividade à análise regional e às políticas de planejamento". Será, de fato, uma condição necessária?

É certo que a competitividade alcançada não se mostrou uma condição suficiente; mas, trouxe, por outro lado, oportunidades. O florescimento de um "movimento de inconformidade", identificado e presente na região de Barreiras, traz consigo o surgimento de novos atores locais, novas lideranças, com vontade de atuar em prol da coletividade. E este é inequivocamente um fator propulsor do desenvolvimento no Oeste da Bahia: a presença de agentes e instituições locais com interesse em atuar no desenvolvimento sócio-econômico da região.

Assim, o reconhecimento da organização social local presente na região de Barreiras é feito na tentativa de evidenciá-lo como o fator endógeno capaz de transformar o crescimento econômico verificado em desenvolvimento territorial, local e sustentável, um cenário desejável para a região do Oeste Baiano.

O diagnóstico sócio-econômico realizado apontou, de forma objetiva e quantitativa, o mau desempenho dos indicadores sociais, evidenciando-se as carências, as demandas e as necessidades locais. Ao mesmo tempo, as percepções a cerca da estrutura da organização social local deram-se de forma subjetiva e qualitativa, buscando avaliar os chamados capitais intangíveis. Enquanto o diagnóstico apresentado registra a passagem do tempo passado para o tempo presente, as análises dos agentes e instituições locais e seu potencial "acúmulo de

poder local" buscam evidenciar as possibilidades de passagem do tempo presente para um tempo futuro, identificando-se os fatores promotores desta mudança.

Viver um amplo e pleno processo de mudanças depende da presença de alguns dos fatores promotores essenciais, os tais indicativos da possibilidade de mudanças; e estes emergem das teorias de desenvolvimento endógeno, territorial e sustentável, que tem por base o planejamento participativo. Indicativos de mudanças que podem se tornar evidentes através da ação política, da ação dos homens, do lugar ativo.

Fairbanks e Lindsay (2000:307) nos apontam as pré-condições necessárias para a mudança, também entendidas como atributos presentes ou ausentes nas lideranças locais. Há tensão suficiente para motivar as pessoas a mudarem? As manifestações de inconformismo são explícitas e estas são o ponto de partida para a ação. As pessoas estão receptivas a novas maneiras de fazer as coisas? O conhecimento necessário à mudança encontra-se disponível? Há um claro interesse em encontrar uma maneira nova de atuar, em uma ação que prima pela parceira, pela pactuação entre agentes; mas, onde, ao mesmo tempo, não se reconhece o caminho a trilhar, não se sabe por onde começar.

Há instituições locais que atuam em Barreiras com vistas a promover a gestão compartilhada, na busca do consenso e na construção do diálogo, há atores engajados nestas ações; mas, nem sempre os resultados alcançados mostram-se efetivos. Os exemplos são os fóruns permanentes de discussão, como a Rede de Gestão Compartilhada, a União dos Municípios do Oeste da Bahia (UMOB) ou, ainda, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste (CRD Oeste).

No entanto, os descompassos são evidentes. De um lado, o peso forte da associação dos produtores, onde a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) atua como uma organização de representação de interesses privados capaz de interagir com o Estado, ocupar espaços estratégicos nos campos político e negociais, e assumir a coordenação e o monopólio da representação do setor, perante os poderes públicos constituídos. De outro lado, os governos locais, na sua maioria, sem uma atuação efetiva, passivos e inertes em suas relações de dependência.

estratégia de governança setorial assumida pela AIBA foi predominantemente voltada para a produção em larga escala, envolvendo um número reduzido de grandes produtores e empresários. A ausência de uma estratégia para potencializar o mercado interno, incorporar outras categorias de produtores e ampliar o âmbito da concentração dos interesses, dificulta o "reconhecimento público" da principal entidade de representação dos interesses dos produtores. Ao privilegiar os grandes empresários, pequenos e médios produtores estão sendo conduzidos para um processo falimentar, devido à crise da safra anterior, onde houve um acúmulo de dívidas, que estão sendo resolvidas com a venda de suas propriedades a compradores estrangeiros.

Estudos elaborados por Brannstrom (2004) atentam para o fato da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) ser "o mais influente agente não-estatal na formulação de políticas ambientais" para o setor e para a região. Representando a classe dos grandes produtores locais, a associação tem atuado fortemente junto aos governos federal e estadual para a melhoria das condições locais de produção: tanto no setor de logística, com a promoção de obras de infra-estrutura de transportes e de recursos hídricos; como também na área de pesquisa; além, de atuar na formulação de políticas ambientais. Para o autor, a instituição tornou-se, em um curto espaço de tempo, "o agente dominante no vazio institucional do oeste baiano" (Brannstrom, 2004:265), atuando em defesa dos interesses particulares de grandes produtores locais, em uma ação quase de autoregulação, sem a contraparte da ação pública.

Há vazios políticos importantes a ocupar, atuando de forma a promover novos arranjos institucionais em ações de parceria entre agentes públicos, setor produtivo e sociedade, e, assim, reconhecer, mobilizar e promover o potencial endógeno deste território. Criar poder local é um dos caminhos para romper com as relações de dominação e dependência.

Boisier (1999) tem insistido que "o desenvolvimento de uma região, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro". E esta capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de

desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional. Vázquez Barquero (2001:24) afirma que um "espaço competitivo induz as cidades a responderem estrategicamente através de iniciativas locais, capazes de estimular os processos de desenvolvimento endógeno".

A região de Barreiras ainda não se mostrou capaz de criar respostas estratégicas ao processo de globalização, embora conte com algumas pré-condições para a promoção de mudanças. Tem-se o ponto de partida: o inconformismo, como elemento de união entre novas lideranças, que ainda atuam de modo suprapartidário, com vontade de realizar e que reconhecem no fazer científico um potencial aprendizado.

Assim, é preciso "conciliar participação com planejamento" (Arroyo, 2003), o que se faz possível aliando a ação técnica à ação política. Como afirma Santos (2000:125), "quando aceitamos pensar a técnica em conjunto com a política e admitimos atribuir-lhe outro uso, ficamos convencidos de que é possível acreditar em uma outra globalização". A ação técnica se traduz na geração de conhecimento, no coletivo: "conhecer supõe informação, mas compreender saber conhecimento" (Boisier, 2002:17). A ação política se traduz naquilo que foi chamado de "criação do poder político local", o único processo capaz de dotar uma região de poder e, assim, romper com as relações de dominação e dependência (Boisier, 1996:124). E este acúmulo de poder local é algo que se obtém através de alianças, da construção de parcerias, das ações de cooperação e da capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento. Para Boisier (2002:62), "o saber e o poder coletivos nada mais são que as duas caras de uma mesma medalha".

Mas, como questiona Meyer-Stamer, "por que o desenvolvimento econômico local é tão difícil, e o que devemos fazer para torná-lo mais eficaz?" E, deve-se também questionar, afinal, a quem interessa uma atuação participativa, de construção de parcerias e alianças em prol do desenvolvimento territorial? Estão todos os agentes e instituições locais aptos para este processo ou, ainda, estes estarão sendo forçados para além de suas capacidades?

#### **Uma Proposta de Planejamento Territorial**

# VI. CONTEXTO PARA A FORMULAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO

A falta de articulação de políticas é obstáculo ao desenvolvimento. Há um grande leque de políticas, programas e ações que nenhum grupo controla muito bem, e que não são integradas nos diferentes níveis de atuação pública e privada. São políticas que carecem de explicitação e articulação, com ações de coordenação e cooperação, em especial, na sua operacionalização. O atual processo de desconcentração das atividades dos governos vem acompanhado de um forte movimento de descentralização das políticas, tendo no seu bojo a chamada política de desenvolvimento local. Decorre daí uma multiplicidade de experiências e pluralidade de abordagens, que aponta para a necessidade de criar um ambiente baseado no aprendizado. A combinação de diferentes abordagens pode se traduzir em resultados produtivos, mas desde que inseridas em um ambiente controlado estrategicamente, que privilegie o desenvolvimento sem detrimento da competitividade, com a subordinação do mercado aos interesses do bem-estar coletivo.

O setor produtivo da economia é um agente importante nesta articulação. Grandes projetos de investimentos têm sido questionados, com duras críticas às suas características de enclaves isolados, com baixos benefícios econômicos para a população local. Porém, tais investimentos geridos pela grande empresa podem representar oportunidades de mudança, desde que inseridos numa perspectiva de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazos. E aproveitar esta oportunidade de transformação social implica necessariamente em um novo modo de construção de políticas articuladas de interesses públicos e privados no desenvolvimento local. No centro desta articulação está o envolvimento de redes e comunidades locais, com uma atuação sistemática de lideranças locais na busca de alternativas e oportunidades. Este padrão de articulação e integração deve privilegiar ações e investimentos que mobilizem as potencialidades econômicas

locais, os chamados arranjos produtivos locais existentes ou potenciais, dando papel relevante às micro e pequenas empresas.

Há conflitos na gestão do território local, mas, a principal estratégia é atuar nas dinâmicas de conflito e colaboração entre agentes econômicos e governos locais. Não existe governo sem empresa e nem empresa sem governo, como afirma Dicken (1998). Nas análises das dinâmicas de conflito e da colaboração entre empresas e Estados, tanto corporações transnacionais como Estados importam, pois os Estados precisam das firmas para gerar riqueza material e prover empregos aos seus cidadãos, enquanto as firmas precisam dos Estados para proverem a infraestrutura de base para viabilizar suas existências. Um campo onde ambos importam e atuam com um foco comum, de construção de uma estrutura local não mais dependente e sim voltada para o desenvolvimento. O sucesso do arranjo público e privado, ou da ação política e de mercado, dependerá das estratégias das empresas e da força de barganha e dos estímulos para criar parcerias por parte dos governos locais. A atuação parceira entre o governo local, as instituições e o segmento produtivo privado busca criar e recriar os fatores locacionais de caráter regionalmente competitivo, o qual deve estar bem articulado com os aspectos locais de cada território.

A abordagem pretendida pela presente tese busca reforçar três importantes funções do planejamento territorial. Uma função espacial que se traduz no território com identidade local, potencialidades e capacidade de cooperação entre agentes e instituições locais, em um ambiente atrativo, onde se buscam construir relações de confiança. Uma função política que se traduz na explicitação de políticas públicas e na politização do território, pela busca de um projeto comum num espaço controlado localmente. E, por fim, uma função institucional que se traduz em animação social, utilizando-se de redes locais para intervir, com vontade de promover o desenvolvimento e a utilização de recursos.

O planejamento territorial é um processo de médio a longo prazo a ser vivido, cuja maturação dependerá da atuação de instâncias democráticas na articulação e integração da sociedade, da economia e do espaço, alicerces econômicos da Geografia Regional, apontados por Claval (1998:95). Sem a adequada construção articulada de políticas de desenvolvimento, não haverá resultados promissores

interessantes, que efetivamente transformem ou induzam a caminhos alternativos. E essa construção só se faz possível através da atuação sistemática de lideranças locais, em um ambiente baseado no aprendizado, que privilegie o desenvolvimento sem detrimento da competitividade.

Algumas premissas conceituais são adotadas na proposição dessa prática de planejamento territorial, fazendo-se necessário reconhecer as características da organização do território do desenvolvimento, os agentes promotores de mudanças e as bases para uma efetiva ação de governança regional.

## VI.1.A ORGANIZAÇÃO DO TERRITORIO DO DESENVOLVIMENTO

A presente tese propõe uma prática de planejamento territorial sob o mote da parceria e da integração entre agentes e instituições locais, entre segmentos da sociedade e os diferentes níveis de governo, na busca da construção articulada de uma política de coordenação e cooperação entre agentes locais e ação pública. E a análise ora proposta parte do arranjo de alguns conceitos de teóricos da Geografia Humana, dentre eles: Gottman, Dicken e Veltz.

Gottman (1973) afirma que a atitude perante o território sempre foi uma relação com a geografia, a política e a economia; e, portanto, entre os elementos da dinâmica do desenvolvimento regional: o território, o Estado e o mercado. Ao mesmo tempo, o autor registra alguns dilemas da ação política sobre o território, ao apontar o caminho para a soberania territorial cuja meta é a segurança – segurança *versus* oportunidade – e que esta mesma soberania abriu as portas para a liberdade de competir por mais oportunidades, a competição para o progresso – liberdade *versus* igualdade. Desta forma, o território passa a ser visto como receptáculo de atividades econômicas, cujo poder econômico resulta do controle da organização. Na competição pelo poder e progresso, o povo foi certamente o fator principal, tanto na quantidade como na qualidade, mas o uso e organização do território do povo foi o próximo fator em importância, e um que a política pública não pode ignorar.

Dicken (1998) tem foco nas corporações transnacionais, em busca da coordenação e configuração de suas cadeias produtivas, com diferentes s históricos, do ponto de vista organizacional e, também, com diferentes características concorrenciais e estratégicas. E para além das redes de relações internalizadas, as

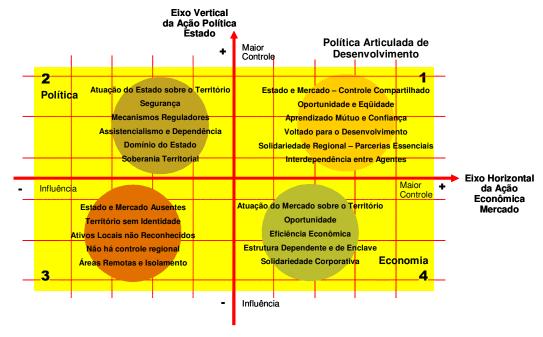
relações externalizadas podem resultar em duas diferentes estruturas de ligações entre as unidades corporativas e as economias locais: uma estrutura dependente ou uma estrutura voltada para o desenvolvimento. Há também uma necessária avaliação do balanço entre as forças de criação de empregos e de deslocamentos de empregos, assim como do perfil de oferta de postos de trabalho *versus* o perfil da força de trabalho local.

Veltz (1996) busca reconhecer o território de operações e o território de interações, avaliando-se o território e a interdependência entre agentes econômicos, tidos como os s de base. E, para além destes, a formulação de contratos, regras e redes. Pergunta-se: o que caracteriza o espaço das operações e das interações? Quais os mecanismos que garantem a coesão social *versus* a coesão organizacional?

Quais são, a luz dos conceitos apresentados, as principais características do território, do Estado e do mercado na construção de uma política de desenvolvimento local? E, ainda, qual é a meta a ser alcançada no território do desenvolvimento local: segurança, oportunidade, liberdade ou igualdade/eqüidade? Por fim, onde está o controle da organização? Como reconhecer uma estrutura de atuação parceira entre agentes econômicos e governos locais que seja "voltada para o desenvolvimento"? Qual é o modelo organizacional das empresas locais? Quais são as características concorrenciais e estratégicas? A estrutura de ligações entre as corporações e as economias locais é dependente ou promotora do desenvolvimento?

A organização do território do desenvolvimento pode ser entendida através da representação de quatro diferentes quadrantes, onde são reconhecidos os efeitos da presença (ou não ) da articulação das políticas públicas e dos interesses privados no território do desenvolvimento.

O eixo vertical representa a ação do Estado, o campo da atuação política, de controle e influência, sobre o território pela promoção de políticas públicas de desenvolvimento local. O eixo horizontal, por sua vez, representa a ação de mercado, dos agentes econômicos locais e dos interesses privados sobre o território. Sob esta trama, identificam-se quatro diferentes quadrantes, conforme mostra o Fluxograma 1, a seguir apresentado.



Fluxograma 1 - A Organização do Território do Desenvolvimento Local

Fonte: DALL'ACQUA, Clarisse. Prefeitura Inteligente: Planejamento e Gestão Territorial do Desenvolvimento Local, Exame de Qualificação para o Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2005.

O primeiro quadrante é o campo da articulação de políticas públicas e interesses privados no desenvolvimento local. Há a presença e o controle da ação política do Estado concomitante à ação e controle dos agentes econômicos locais, portanto, convergindo para um controle compartilhado do processo de desenvolvimento local. Sob estas condições, sobressaem uma atuação de aprendizado mútuo e confiança, com ações voltadas para o desenvolvimento, um espaço de atratividade, marcado pela oportunidade e pela eqüidade, onde se permite construir o caminho da solidariedade regional, com o estabelecimento de parcerias essenciais e interdependência entre os agentes.

No segundo quadrante define-se o campo de atuação e controle do Estado sobre o território, com o objetivo primeiro de segurança. Um espaço marcado pela atuação através de mecanismos reguladores, com ações de assistencialismo, gerando dependências, com um predomínio do Estado em prol da soberania territorial.

O terceiro quadrante é descrito como aquele onde Estado e empresas se fazem ausentes. Aqui se encontra um território sem identidade, com ativos locais não reconhecidos e onde não há o controle regional explícito. São territórios que se

caracterizam por áreas remotas, que sofrem com o isolamento da dinâmica econômica e da ação pública.

E, por fim, o quarto quadrante registra o campo de atuação e controle do mercado. Este é o campo dos agentes econômicos, que privilegiam a eficiência econômica, com uma estrutura dependente, tal como definido por Dicken (1998) ou de enclave econômico regional, onde o que está presente é a solidariedade corporativa.

O desafio está em definir as ações de planejamento capazes de evidenciar as opções e os efeitos de uma atuação articulada e integrativa de agentes econômicos e políticas públicas de desenvolvimento. Caberá ao Estado, aos agentes e às instituições locais capacitar-se para exercer este controle compartilhado sobre um dado território que busca o desenvolvimento local. Uma ação articulada e integrativa nos campos da economia e da política é a estratégia pretendida de atuação no território do desenvolvimento local. Tal como a emergência e evolução do pensamento geopolítico e geoestratégico e suas novas formas de cooperação, apontadas por Claval (1996:181).

Há, ainda, uma necessária atitude de opção estratégica nas práticas de planejamento territorial. Reconhecer as diferenças implica em articular estratégias, que podem ser do tipo auto-centrada ou solidária e redistributiva, como afirma Brandão (2004), ao falar dos principais dilemas de um plano de desenvolvimento econômico sustentado em como optar ou articular estratégias. A tipologia auto-centrada prima pela eficiência, aglomeração territorial, especialização produtiva, com o objetivo de crescimento e geração de riqueza. A segunda, por sua vez, do tipo solidária e redistributiva, busca a eqüidade, a dispersão ou desconcentração territorial, pela diversificação produtiva, com o objetivo de redistribuir e gerar ganhos sociais.

A articulação de pactos territoriais se faz necessária, em que as ações de curto, médio e longo prazos sejam estabelecidas tendo-se por base programas criteriosamente definidos e territorializados. É a busca por reconhecer os mecanismos de promoção do desenvolvimento local, como formas alternativas de planejamento e gestão territorial, onde o dinamismo econômico não pode mais advir da exploração de recursos passivos ou de uma atuação exógena.

A adoção de novos padrões de planejamento constitui instrumentos privilegiados para a (re)qualificação da base territorial; e, uma ênfase cada vez maior tem sido dada ao território nas políticas públicas de desenvolvimento local. Desta forma, uma ação inovadora no modo de construção de políticas articuladas de desenvolvimento, concebidas como processo de constituição de um espaço de controle público e privado, abre perspectivas para o fortalecimento institucional de governos locais, resultando em formas mais integradas e sustentáveis de desenvolvimento dos territórios.

## VI.2. AGENTES LOCAIS COMO PROTAGONISTAS DE MUDANÇAS

Ao invés de perguntar: por que outras regiões conseguiram se desenvolver? Ou, ainda, de onde vieram os recursos para promover o seu crescimento? Deveríamos perguntar: por que nossa região não está conseguindo se desenvolver? Ou, em outras palavras, por que as pessoas, coletivamente, não estão tomando a iniciativa de promover o seu próprio desenvolvimento? Sabe quando é possível promover mudanças? Quando as pessoas se sentem suficientemente "empoderadas" para isto, quando as pessoas acreditam e confiam umas nas outras.

Por que alguns líderes fazem a diferença? O que eles têm que os diferenciam? Os líderes têm um papel na transformação da sociedade; e, o certo é que quando eles querem a coisa acontece. A vontade, a força das idéias e a cooperação (com a mente e o coração) parecem ser as palavras-chave para toda e qualquer mudança ou transformação da sociedade. Assim, é preciso encontrar sinergias para criar e realizar ações em parceria entre agentes locais.

Ações não isoladas, mas entendidas através de um sistema de aprendizado. Reconhecer sinergias e complementaridade, reconhecer e atuar nas potenciais dinâmicas de conflito e colaboração – este é o campo de atuação pretendido. Identificar o jogo do ganha-ganha ou moedas de trocas, que permitam gerar resultados sustentáveis. A sustentabilidade, o desenvolvimento de forma sustentável, tem início na educação.

É preciso nos capacitarmos para o amanhã, precisamos: pensar diferente, mudar de atitude, ousar; nos conhecermos e reconhecermos no outro novas demandas e possibilidades; ser capazes de abrir mão do universo único para

reconhecer o coletivo, através da construção participativa e articulada de ações políticas de desenvolvimento; ser capazes de agir em prol de mudanças, a favor da transformação; e, precisamos ousar, através da formação de novos líderes com maior representativa coletiva.

Política de desenvolvimento endógeno costuma ser negociada numa rede complexa de atores governamentais e não-governamentais. O desenvolvimento local obedece a uma visão territorial dos processos de crescimento e mudança estrutural, no qual o território não é um mero suporte físico para os objetos, atividades e processos econômicos; sendo, isso sim, "um agente de transformação social", nos dizeres de Vázquez Barquero (2001:58). Neste território, "as empresas, organizações e instituições [...] são os agentes que dinamizam os processos locais de crescimento e mudança através dos investimentos e do controle dos processos".

Os lugares e os territórios, como acontece com as instituições, não são nada mais do que os homens que os ocupam. Assim ao falar de agentes, se reconhecem indivíduos com idéias, ambições, objetivos, capacidades para mobilizar ou criar recursos. E é neste contexto, de amplo leque de agentes, que se coloca o conceito de governança. Tal como usado nos mais diferentes contextos (na administração pública, na política econômica, na gestão ambiental ou empresarial, entre outros), este conceito, segundo Guimarães e Martin (2001:13), "está endereçado a capturar situações em que está em jogo a coordenação entre atores interdependentes, de forma a lidar com as questões da ação coletiva e da cooperação". E, embora sendo uma noção central a inúmeras variantes da literatura contemporânea ("governança corporativa" nos debates da chamada reengenharia; "governança econômica, setorial ou regional" nas discussões sobre reestruturação das relações inter-firmas, entre tantos), Guimarães aponta surpreendentemente elementos convergentes.

Como primeiro ponto, registra-se o conceito comum em conceber a todos os participantes do processo de tomada e implementação de decisões, como partes coresponsáveis; e a todos os que, ao fim e ao cabo, são os alvos das decisões tomadas, como consumidores efetivamente demandantes, e não apenas como passivos clientes ou beneficiários. Segundo, em conceber o processo de produção dos recursos, sejam eles financeiros, organizacionais, humanos ou informacionais, como resultado de parcerias horizontais, intra e inter-organizacionais. E, por último,

em valorizar as estruturas descentralizadas e participativas, que integram os que tomam as decisões, os que as implementam e os que as acompanham (e/ou avaliam) em circuitos unificados por um processo de aprendizagem organizacional.

O movimento de descentralização de políticas, antes a cargo dos governos nacionais, e, em paralelo, a crescente participação e envolvimento dos cidadãos nas instâncias de formulação e implementação de políticas trazem um desafio concentrado nas mãos dos governos locais. Segundo conceitos do Banco Mundial, presentes na Rede Muninet (2004), "é nesta esfera, por exemplo, que encontramos, dada a proximidade com a comunidade, a responsabilidade da promoção do desenvolvimento econômico e do combate à pobreza". O esforço despendido pelas administrações locais para cuidar dos assuntos fiscais, aperfeiçoar os mecanismos de participação, de boa governança democrática, atento ao desenvolvimento sustentável, é muitas vezes enfrentado sem a utilização dos instrumentos e das informações adequadas. Tal evidência acaba por gerar uma demanda crescente, nos municípios brasileiros, por iniciativas que promovam a eficiência da gestão local.

Achar que política de desenvolvimento local pode ser articulada apenas por um Estado competente, ou como afirma Meyer-Stamer (2001:22), "com uma competência, aliás, cada vez mais rara", não deixa de ser uma visão simplista. Do lado governamental, vários departamentos da administração pública desempenham o seu papel, junto com outras instituições — de formação, por exemplo — e, naturalmente, com o poder legislativo local. Do lado não-governamental, costumam estar presentes não só associações comerciais e/ou industriais e sindicatos trabalhistas, mas muitas vezes também outras organizações, como aquelas de promoção em certas áreas específicas (turismo, por exemplo). Além disso, é importante envolver no processo grandes indústrias, empresas de prestação de serviços e construtoras especializadas.

A revisão do papel do Estado, a complexificação das demandas, o reforço das dimensões locais, culturais e comunitárias, vêm favorecendo a intervenção crescente de intermediários, notadamente a das Organizações Não-Governamentais. Elas desempenham um papel considerável em setores chave: desenvolvimento, direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação e à igualdade

dos diretos, etc.. Inúmeras são as novas institucionalidades promotoras de políticas de desenvolvimento local.

Face às lógicas espaciais deslocadas da economia mundial contemporânea que tendem a subordinar o local ao mundial, assiste-se hoje a uma retomada de iniciativa das populações locais, que defendem questões locais. A intervenção de desenvolvimento deverá, a partir daí, utilizar as redes sociais locais, o espaço vivido e as representações dos agentes. Este retorno do local significa, da parte das populações interessadas, ainda segundo Lená (1997:313), "uma vontade de controlar o desenvolvimento e a utilização dos recursos [...] é mais um desejo de emancipação pelo controle de seu próprio destino". E continua, "nesse caso, traduzse, geralmente, por negociações e compromissos entre os agentes que dominam espacialidades e diferentes redes (agricultores, empresas, associações de moradores, o Estado, etc.)". É no seio desta rede de significações articulada que deverão ser propostas e inseridas as novas práticas de desenvolvimento local.

O crescimento desse terceiro setor – "privado, porém público" – reúne inúmeros defensores da democracia participativa, que vêem nele um alargamento da noção de cidadania através da organização e da participação crescente da sociedade civil. Para Harnecker (2000:410), este "princípio participativo é a chave mestra para participação e politização".

A construção de novas institucionalidades voltadas para a ação regional ou supramunicipais enfrentam grandes dificuldades. Agência, Câmaras ou Fóruns de Desenvolvimento, enfim novas institucionalidades criadas recentemente vêm sofrendo com os golpes do ciclo político eleitoral, decorrente da descontinuidade administrativa, tendo encontrado, por outro lado, "uma sociedade civil completamente incapaz de ocupar (sem o impulso dos poderes público e/ou privado) o papel de ator independente de desenvolvimento" (Cocco: 2001:6).

Analisando-se o papel dos setores público e privado no desenvolvimento local, percebe-se que quanto à governança, parece não haver um modelo ideal. Meyer-Stamer (2004:15), a criação de uma agência dedicada à promoção do desenvolvimento local é um modelo seguido em vários países europeus, e que organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tentam transferir para países em desenvolvimento. Mas, como afirma o autor, "não está claro se esse

modelo foi bem sucedido na Europa e, num contexto de país em desenvolvimento, há bons argumentos para duvidar da sua eficácia, pois ou a estrutura institucional no nível local é pouco desenvolvida, assim, a agência de desenvolvimento recém-criada tende a ser soterrada pela variedade de tarefas que se espera ver cumprida; ou já existe uma estrutura com várias organizações diferentes realizando atividades de Desenvolvimento Local de modo não coordenado, com tendência a conceber uma agência como uma concorrente e não como um coordenador bem vindo". Meyer-Stamer (2004:16) chama ainda atenção para um outro problema, lembrando que a governança regional não pode ser inerentemente tecnocrática, pois assim estaria negligenciando não somente o governo e as políticas públicas, mas também e principalmente a ação política.

Por fim, nesta tentativa de reconhecer os agentes protagonistas do desenvolvimento, é possível identificar um conjunto de evidências do mundo real que mostram por que é difícil avançar rumo ao desenvolvimento local.

Agentes locais e território não se reconhecem. Governos locais, agentes econômicos ou mesmo a sociedade civil organizada, são poucos os que reconhecem a sua história, a sua realidade e o seu território. A elaboração de diagnósticos locais evidencia um fato relevante: agentes econômicos não reconhecem o território onde operam as suas unidades produtivas, governos locais tão pouco.

Há importantes mitos ou, mesmo preconceitos, a vencer neste processo. A atuação em parceria é o principal mote nas atuais políticas de desenvolvimento, mas quem está efetivamente aberto (ou pronto) para vivenciar este processo? A prática do planejamento mostra que governos locais, líderes públicos municipais, por vezes, temem a atuação de metodologias como a proposta pelo Programa Comunidade Ativa, chamada de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) em seu território. Por quê? Porque eles temem o despertar de novas lideranças locais, justamente aquilo que é buscado através das ações de mobilização, participação e politização dos agentes locais. Outras vezes, o receio da ação parceria está no setor produtivo, quando seus agentes se opõem, por exemplo, à realização de diagnósticos participativos.

Esta ação efetivamente parceira nem sempre é bem vista por todos os agentes locais, e não apenas pela eventual perda do controle do processo de desenvolvimento, mas por velhos paradigmas presentes na sociedade. Em visitas de campo, por vezes, são as organizações não-governamentais locais que se mostram arredias à construção de parcerias. Pela sua história de luta social e política, estas associações comunitárias não conseguem se ver como parceiras de um grupo econômico, seja ele local ou não. Apontam que as produções artesanais ou de extrativismo local advindas da ação destas comunidades não podem servir para o lucro da grande empresa. Aliás, em certos lugares e ocasiões, a palavra lucro parece ser proibida.

Há problemas a enfrentar, também, na parceria com o poder público local. A falta de compromisso e confiança na ação pública é grande, face os golpes do ciclo político eleitoral ou, ainda, decorrentes da descontinuidade administrativa. A cada nova gestão ocultam-se as boas práticas do governo anterior e "novas" práticas são reinventadas, em um processo cíclico, sem avanço. Nem mesmo na elaboração de diagnósticos, ponto de partida para qualquer ação de planejamento, se consegue dar um passo adiante objetivando reconhecer ações práticas no campo do fazer, da ação política.

No território do desenvolvimento local, Estados e empresas importam. E é neste território que se faz necessário criar um ambiente novo, baseado no aprendizado, que privilegie o desenvolvimento sem detrimento da competitividade. Boisier (2001:14) registra a importância atual do conhecimento, ao falar do conceito de *learning region* (região que aprende, região inteligente, região informada), bastante utilizado na literatura acadêmica anglo-saxônica. "A nova era do capitalismo requer uma nova classe de região [...] as regiões devem adotar os princípios da criação do conhecimento e do aprendizado contínuo: devem ser de fato *learning regions*". Este conceito tem sido desenvolvido principalmente por Storper, Florida e outros. Referem-se a regiões com uma vantagem econômica sustentada baseada na criação do conhecimento, no suporte das estruturas de redes produtivas e de tecnologia local e de outras estruturas significativas, além da construção de uma cultura regional de negócios.

Parece que o principal foco da ação de planejamento territorial está na criação e no enraizamento de relações de confiança e cooperação entre os agentes locais, através de uma ação que privilegie o aprendizado e a inteligência nos setores envolvidos, levando em conta as lições do passado.

## VI.3. GOVERNANÇA: UMA PRATICA DE ARTICULAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Inúmeros são os programas de desenvolvimento local sustentável que visam a implementação de modelos de governança regional capazes de mobilizar e articular instituições públicas e privadas. Porém, uma das maiores dificuldades encontradas reside na sensibilização dos agentes, com o seu efetivo engajamento e participação. Mas, quem são estes agentes protagonistas do desenvolvimento? Como engajá-los nas ações de interesse local? E por que alguns líderes fazem a diferença?

Com base em pesquisas e experiências práticas, estudiosos (Meyer-Stamer, Vázquez Barquero e outros) analisam que as iniciativas de desenvolvimento local em países em desenvolvimento sofrem de alguns problemas típicos, entre eles, equívocos em relação à boa prática em termos de governança.

Embora não haja um modelo ideal de governança, a análise da literatura disponível permite concluir que existe um conjunto de características que, quando presentes num determinado território, potencializam os benefícios gerados. Parece que a construção de um modelo mental único é a chave para a competitividade e participação. E este modelo mental único nasce da adoção de duas premissas centrais para a efetiva ação de governança: articular para capacitar-se; e, capacitar para articular-se. Estes são atributos indispensáveis para o fortalecimento de agentes e instituições locais.

Articular significa ligar-se, unir-se ou, ainda, vincular-se. Articular para representar a união de um grupo de pessoas, agentes de uma mesma região ou território. Estes se articulam através de um fórum, uma agência ou, mesmo, um conselho regional de desenvolvimento. Articular significa, portanto, representar as associações e criar as sinergias de um agente com outro, sendo, desta forma, capaz de modificar, transformar a sociedade, executando cada membro, com inteira clareza e nitidez, o seu papel dentro deste conjunto.

Capacitar, por sua vez, significa tornar-se capaz, ficar convencido, persuadir-se; e, portanto, fazer acreditar e persuadir. Assim, um agente da sociedade capacitado é aquele que está habilitado, convencido e persuadido. E, uma vez persuadido é capaz de convencer os demais agentes do desafio da mudança; sendo capaz de levar ou induzir ao "fazer acontecer".

A articulação se faz possível entre agentes, sejam eles públicos e públicos, públicos e privados, grandes ou pequenos. E a busca é por capacitar-se para uma ação coordenada, articulada e integrada entre agentes, com um mesmo foco, voltado para o desenvolvimento. A integração entre agentes permite reconhecer no outro as suas demandas e aí, reconhecer e engajar-se frente ao desafio para a mudança. As ações de integração e articulação são também promotoras de intercâmbios entre práticas de gestão empreendedora, reconhecendo-se experiências exitosas e perenes, e, portanto, sustentáveis.

Estes dois conceitos simultâneos são a chave mestra para a instituição de redes entre agentes de desenvolvimento, sejam públicos ou privados ou, ainda, vinculados ao terceiro setor. Estas interações representam uma rede promotora de trocas, onde cada um se faz mostrar e assim reconhecer convergências de interesses e as possibilidades de pactuação de novas relações, parcerias e alianças. Sejam entre os três níveis de governo, sejam entre os agentes públicos e privados, nas escalas regional e local, no espaço urbano e rural, entre centro e periferia ou, ainda, entre pólo e polarizados.

A simultaneidade nas ações de articulação e capacitação de agentes e instituições locais é indutora de mudanças, constitui-se em uma forte motivação para mudar, reconhecendo em si e no outro suas novas funções e responsabilidades.

Os agentes protagonistas do desenvolvimento são os agentes públicos, privados, a sociedade civil e cidadãos. Estes são os agentes locais que precisam se articular e se capacitar, na busca pelo fortalecimento das instituições locais.

As ações de articulação e capacitação implicam na geração e difusão do conhecimento, tendo como resultado o "empoderamento" dos agentes locais para o processo de desenvolvimento, tornando-os, portanto, competentes e responsáveis para a ação. Gerar conhecimento, capacitar agentes e articular políticas em um

sistema de aprendizado e uma forte integração e coesão territorial. Este é o espaço da gestão e controle compartilhados.

A busca de uma boa prática de governança só pode ser alcançada através da utilização dos instrumentos e das informações adequadas. Nas primeiras ações da governança regional está a implementação de um sistema de aprendizado. A governança regional entendida como uma prática de articulação e capacitação é capaz de promover mudanças. São significativos os impactos destas organizações tanto sobre as empresas como no setor público. Estas novas instituições operam como um contrapeso à ação essencialmente empresarial e/ou à ação pública, pressionando por mudanças e operando mudanças. Este é o real empoderamento de agentes e instituições locais, tomando para si novas responsabilidades e sendo pressionados a ser capaz de mudar.

# VII. PLANO DE AÇÃO PARA O OESTE BAIANO

A presente tese de doutorado defende abordagens criativas que encorajam novas lideranças nos arranjos inter-organizacionais, colocando novos papéis ao setor público, aos agentes econômicos e às instituições locais, visando especialmente à articulação de políticas nos diferentes níveis de governo.

O maior desafio está em criar e/ou reconhecer estratégias de planejamento territorial baseadas no aproveitamento ótimo das potencialidades de um determinado território e com a participação ativa dos agentes e instituições locais, sem perder de vista o respeito às questões ambientais e à sociedade, como précondição ao desenvolvimento sustentável.

## VII.1. UMA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO: AÇÃO TECNICA E AÇÃO POLITICA

A articulação de políticas inicia-se pela construção de pontes. A proposta é promover um amplo processo de explicitação de políticas de desenvolvimento, capacitando atores e instituições locais na busca por uma ação interdependente, não autônoma, de construção coletiva. Há políticas formuladas pelos governos federal e estadual, incidentes sobre territórios selecionados, que precisam ser reconhecidas; evidenciando-se a necessidade de criar pontes entre a oferta e demanda por investimentos nos municípios brasileiros, trabalhando, sempre, nas duas pontas. De um lado, na promoção das ações do Estado, ou seja, fazendo com que a oferta de financiamento e crédito (da União, do Estado ou de outras fontes) alcance os municípios, pela eliminação de gargalos e facilitação do processo; e, na outra ponta, junto aos municípios, pela capacitação de atores locais para o pleno acesso aos recursos e financiamentos existentes.

Na construção de políticas públicas de desenvolvimento, há uma necessária análise da dimensão político-institucional, onde estão presentes as hierarquias verticais tradicionais e as redes de caráter horizontal. A organização do território do desenvolvimento é pautada por uma ação endógena, onde os atores e as instituições locais são protagonistas, em um processo de descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira. Agentes que atuam em um eixo

de articulação simultaneamente horizontal e vertical, tendo como base geradora o desenvolvimento endógeno, a gestão compartilhada, a governança regional e os arranjos inter-organizacionais.

Os princípios que norteiam este arranjo são a participação e a colaboração mútua, onde diferentes agentes, sem abrir mão de seus interesses ou, mais precisamente, partindo deles e de suas visões específicas sobre a realidade, sensibilizados por uma situação que os afeta (ou afetará) positiva ou negativamente, sejam capazes de discutir, elaborar e colocar em prática ações coletivas baseadas na cooperação mútua. E, tendo ainda como premissa, a conformação de um arranjo institucional flexível, por oposição à rigidez institucional; capaz, portanto, de responder às demandas mutáveis num cenário de grandes e rápidas transformações.

A abordagem pretendida busca reforçar três importantes funções do planejamento territorial. Uma função espacial que se traduz no território com identidade local/regional, potencialidades e capacidade de cooperação de atores locais, em um ambiente de confiança, criativo e atrativo. Uma função política que se traduz na explicitação de políticas públicas e na politização do território, pela busca de um projeto comum num espaço controlado localmente. E, por fim, uma função institucional que se traduz em animação social, utilizando-se de redes locais para intervir, com vontade de promover o desenvolvimento e a utilização de recursos.

A proposta de planejamento territorial objetiva, na sua essência, dirigir um adequado processo de conscientização, capacitação e politização de atores e instituições locais, ancorado nos conceitos de sustentabilidade ambiental e governança regional, tornando-se capaz, portanto, de caracterizar-se como promotor de mudanças e transformações. Existe uma positividade inegável aos processos de concertação ao nível local, pois essas experiências pressupõem a valorização da participação dos atores locais, onde o que está em jogo é a coordenação entre agentes interdependentes, de forma a lidar com as questões da ação coletiva e da cooperação. A politização e a conscientização são entendidas como uma ação continuada, pela forte presença de um processo de capacitação com enfoque essencial para o desenvolvimento, pela adoção de uma política de socialização e

consciência de cidadania. Incluem-se aí noções de responsabilidade, ética, compromisso, participação e consciência coletiva.

No esforço de planejamento territorial proposto, visualizam-se três importantes instrumentos para apoio às ações de planejamento: um observatório de políticas públicas, redes de animação social e escolas de planejamento territorial, aliando-se a ação técnica e a ação política.

Dentre os instrumentos previstos, está a construção de um observatório de políticas de desenvolvimento, pela implementação de um processo contínuo de avaliação e monitoramento, com a estruturação de uma base de dados e indicadores de desempenho de gestão. Este observatório vem consolidar a proposta de criar uma linha específica de acompanhamento e avaliação periódica e sistemática dos resultados alcançados, a partir de um processo de diálogo e interação entre os envolvidos nos diversos programas. A proposta de acompanhamento e avaliação considera que os resultados de projetos envolvendo a sociedade nunca são uma certeza, mas um investimento e uma aposta no sentido de alcançá-los. Não havendo certezas, é necessário construir meios de verificação que contribuam para perceber o rumo das mudanças que se pretendem produzir. Este observatório de políticas públicas se constitui em um espaço de investigação do presente e de elaboração de perspectivas do futuro sobre questões relativas ao desenvolvimento local. Respeitando a diversidade de posições dos diversos agentes, pretende ser um instrumento estratégico para subsidiar ações e a formulação de políticas públicas. O observatório é um instrumento construído para responder ao desafio de olhar o presente e ver nele as possibilidades do futuro.

Um segundo instrumento é a constituição e a consolidação de redes de animação social, onde se promove o reconhecimento de novas institucionalidades (agências, câmaras, comitês, institutos e/ou fundações), dentro de um ambiente propício à constituição de alianças e parcerias, com a formação de agentes catalisadores e mediadores nos conflitos de interesse. Refere-se à função de animação social, pela atuação no processo de organização social e política do território do desenvolvimento local, visando a mobilizar, endogenamente, energias e recursos latentes nas economias locais, não mobilizados, por falta de estímulos e incentivos econômicos ou, ainda, ausência de incentivos psicossociais na

coordenação das ações de desenvolvimento. O objetivo é o de ampliar a participação da sociedade civil organizada, não apenas na concepção, elaboração, acompanhamento e avaliação constantes dos programas e ações que se implementam no território, mas também ampliar e promover os seus recursos na viabilização das ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O terceiro e último instrumento visa à institucionalização de sistemáticas de capacitação de agentes e instituições locais através de escolas de planejamento territorial, aliando-se a ação técnica e a ação política, instituindo-se um sistema de aprendizado, com vistas a facilitar o fluxo de conhecimento e idéias e o aumento da capacidade de governança local.

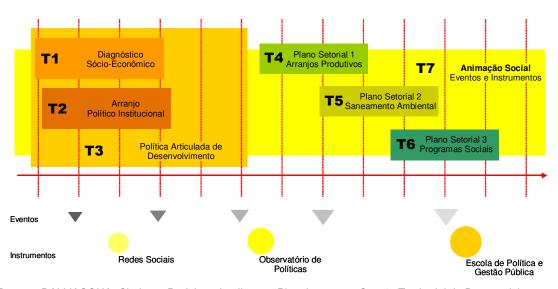
Na presente proposta, o maior impacto pretendido é dotar agentes locais de mecanismos adequados para competir pelo comando do processo de desenvolvimento local.

#### VII.2. UMA PRATICA PILOTO NA REGIÃO DE BARREIRAS

Uma prática piloto de planejamento territorial foi iniciada em Barreiras, em Julho de 2005, seguindo a proposta sugerida pela presente tese.

Esta prática tem por objetivo orientar um amplo processo de planejamento territorial da região de Barreiras, que se inicia com o engajamento dos agentes e instituições locais que visam o desenvolvimento. A proposta de atuação e articulação entre agentes e instituições locais tem os seguintes principais objetivos: a) reconhecer a região de Barreiras, seus agentes e instituições locais e as políticas incidentes sobre este território; b) atuar na construção de uma política articulada de desenvolvimento local; c) criar um ambiente político-institucional com capacidade de aprender e de se articular com outras instituições, de modo a atrair parcerias, mobilizar energias e gerar efeitos sinérgicos; d) fortalecer institucionalmente os governos locais, qualificando-os para o compartilhamento do controle do processo de desenvolvimento; e, por fim, e) instrumentalizar agentes e instituições locais, ao longo de todo o processo, para estes se tornem um agente catalisador, capaz do "fazer acontecer", e com uma atuação sustentável, não somente porque perene, mas principalmente porque exitosa, geradora de resultados.

Basicamente, são sete as tarefas propostas, pautadas por uma ação de construção de uma política articulada de desenvolvimento local, promotora de um processo contínuo de planejamento participativo, e cuja concertação dos interesses públicos e privados nas ações locais se dá através da representatividade dos seus agentes.



Fluxograma 2 - Plano de Ação para o Oeste Baiano

Fonte: DALL'ACQUA, Clarisse. Prefeitura Inteligente: Planejamento e Gestão Territorial do Desenvolvimento Local, Exame de Qualificação para o Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2005.

A primeira tarefa já foi realizada, com a elaboração do diagnóstico sócio-econômico da região de Barreiras, cujos resultados foram apresentados no Capítulo IV da presente tese. A pesquisa de campo ocorreu ao longo do 2º semestre do ano 2005, com a realização de coleta e sistematização de dados e informações, assim como a realização da primeira série de entrevistas com os principais agentes e instituições locais. Estas atividades permitiram identificam a base econômica local e a dinâmica populacional da região de Barreiras. Este estudo é, portanto, a base inicial dos trabalhos, com a identificação das principais demandas locais, gargalos e oportunidades.

A segunda tarefa buscou identificar a organização social local, suas lideranças e principais atributos, assim como o conjunto de políticas de desenvolvimento incidentes sobre a região de Barreiras. Para o conjunto dos municípios estudados, aqueles associados à União dos Municípios do Oeste Baiano

(UMOB), foram realizadas entrevistas com os gestores públicos municipais, identificando-se, no contexto local e regional, planos e programas propostos. Na esfera estadual, foram reconhecidos os principais programas incidentes sobre a região do oeste propostos pelo Governo do Estado da Bahia, com destaque para o Projeto Nossa Região, o Plano Plurianual de Investimentos (PPA Estadual) e o Programa Estadual de Logística de Transportes (PELT). As viagens realizadas nos municípios da região, ocorridas no 2º semestre de 2005, foram acompanhadas por técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado. As reuniões individuais e coletivas realizadas com as principais lideranças locais, sejam vinculadas ao setor produtivo, à academia ou às organizações da sociedade civil, foram realizadas tanto no 2º semestre de 2005, como também no 1º semestre de 2007. As análises realizadas estão apresentadas no Capítulo V, da presente tese.

Concluídas as duas tarefas iniciais, foi realizado, em Dezembro de 2005, um evento com a participação de aproximadamente 250 pessoas, na cidade de Barreiras, denominado "I Seminário PONTE para o desenvolvimento do Oeste Baiano". Este evento teve por objetivo apresentar os primeiros resultados dos trabalhos realizados, assim como auxiliar na mobilização dos agentes locais para a formação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste Baiano, dentro da política de descentralização proposta pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia, através do "Projeto Nossa Região".

A construção de uma política articulada de desenvolvimento territorial, objeto da terceira tarefa, traduz-se na elaboração de uma agenda comum, de um plano de ação ou, ainda, na formulação de um "projeto político regional". Esta é entendida como resultado da consolidação das duas tarefas iniciais, sejam: o reconhecimento do território através de um diagnóstico sócio-econômico; e, o reconhecimento de agentes e políticas, através da análise da organização social local. Permite-se, assim, a promoção de uma prática de construção conjunta e participativa de uma política articulada de desenvolvimento territorial para a região de Barreiras, aliando uma ação coletiva de planejamento entre os agentes e instituições locais, ação técnica, com a ação política, voltada para o "fazer acontecer". Esta tarefa envolverá a discussão de demandas e uma necessária priorização de ações, com prioridades definidas pela comunidade e assumidas em sub-programas propostos.

A tarefa de priorização de ações irá definir a elaboração de um conjunto de planos setoriais, em diferentes áreas temáticas, como por exemplo: arranjos produtivos locais, saneamento ambiental e programas sociais, dentre outros. Estes deverão ser validados pela comunidade local, com a formação de parcerias com as demais partes interessadas e com ações definidas de curto, médio e longo prazos.

A instrumentalização dos agentes e instituições locais é o objeto da sétima tarefa, que implicará na forma de atuação coletiva deste conjunto de atores e instituições locais mobilizados, sejam através dos fóruns permanentes ou das organizações do terceiro setor recém criados. E, portanto, com claros objetivos de sustentabilidade institucional, com práticas de planejamento que visam instrumentalizar a sua atuação. Esta tarefa é caracterizada como uma ação continuada, com promoção de eventos de abrangência local/regional, visando mobilizar endogenamente os agentes e instituições locais, públicos e privados, sensibilizando-os e mobilizando-os para a ação participativa, através de ferramental próprio do planejamento.

O desafio está na necessidade de aprofundar e enraizar as relações de confiança entre os agentes públicos e privados, para que ações coordenadas de controle público-privadas tornem-se instrumentos de capacitação de governos locais para a gestão compartilhada. O campo do desenvolvimento territorial tem controle compartilhado, atua através de um sistema de aprendizado e confiança mútua, visando o desenvolvimento através de ações de cooperação e solidariedade regional, criando parcerias essenciais e interdependência entre agentes. E, assim, permite a criação de instrumentos voltados para apoiar e promover um processo contínuo de planejamento e gestão territorial, com objetivos de médio e longo prazos.

A intenção é conquistar parceiros nas esferas públicas e privadas para promover a construção de políticas articuladas. A busca é por elaborar uma prática piloto, promovendo um novo modo de construção articulada de políticas de desenvolvimento, onde a base para a revisão das políticas é o fortalecimento institucional de governos locais. A proposta é promover um processo de articulação entre agentes, pela explicitação de políticas e capacitação dos mesmos. E onde capacitar significa criar conhecimento através do "empoderamento" dos agentes

locais para o processo de desenvolvimento, tornando-os competentes e responsáveis para a ação de planejar, a longo prazo e de forma continuada, o desenvolvimento sustentável.

Uma ação política que se realiza através de um pacto territorial, um acordo entre os atores públicos e privados que possibilita identificar as ações para a promoção de mudanças, com ações articuladas e integradas, através da caracterização da organização social e o seu potencial endógeno de desenvolvimento.

O pacto territorial é baseado em um projeto levado a cabo no território que utiliza os recursos e o potencial de desenvolvimento local. Seu objetivo é o de mobilizar a capacidade de cooperação e colaboração entre agentes e instituições locais, contando, para tanto, com o apoio das forças sociais locais. Trata-se, de fato, do processo de estabelecimento de um acordo entre os diversos atores locais que: a) tem uma dimensão territorial delimitada, de caráter sub-regional; b) estabelece a hierarquia entre interesses, objetivos e projetos com capacidade de promover o desenvolvimento; c) atribui um papel estratégico às relações com a administração local; d) mobiliza o conhecimento local através das relações com as instituições públicas e privadas de formação e pesquisa; e) identifica as fontes e as formas de financiamento que permitem realizar os projetos selecionados.

Coesão territorial pressupõe processos a articular, práticas e políticas a integrar; é a busca por reconhecer e atuar nos fatores de promoção do desenvolvimento.

## RESULTADOS ALCANÇADOS E EXPECTATIVAS FUTURAS

É possível apontar alguns aspectos da realidade local que foram influenciados pela atuação piloto na região de Barrerias.

Como primeiro resultado tem-se a criação de uma organização nãogovernamental, proposta como braço de responsabilidade social das Organizações Antônio Balbino, denominada PONTE Portal Novo Tempo (www.ongponte.org.br). Motivados pelos resultados alcançados com a elaboração dos estudos relativos ao diagnóstico sócio-econômico da região de Barreiras, agentes locais promoveram um encontro aberto a toda a comunidade, com a realização do evento "I Seminário PONTE para o Desenvolvimento do Oeste Baiano", ocorrido em Dezembro de 2005. Ao longo de um dia de trabalhos, foram apresentadas palestras, com o reconhecimento do território do oeste da Bahia, seus municípios e os principais indicadores sociais e econômicos da região; assim como, uma leitura das condições específicas de saneamento ambiental presentes na cidade de Barreiras realizada bairro a bairro. Este evento contou com a participação de aproximadamente 250 pessoas, entre representantes dos governos locais, associações comunitárias e de bairro, entidades de classe e empresários da região; e, foi transmitido ao vivo através da Radio Barreiras AM para a cidade de Barreiras e demais municípios da região. Ao final do evento, um CD-Rom contendo todo o relatório final do diagnóstico sócio-econômico da região foi entregue a cada um dos representantes dos governos locais presentes.

Ações de mobilização de agentes e instituições locais foram realizadas através da Rádio Barreiras AM, sob o mote do cadastramento de associações comunitárias urbanas e rurais para a presença no Seminário. A realização deste evento ocorreu um dia antes da reunião para a apresentação da proposta de constituição do Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste da Bahia (CRD Oeste), ação promovida pela Secretaria de Planejamento do Estado, através do "Programa Nossa Região". Técnicos do governo estadual reconheceram que a repercussão do evento realizado pela Rádio Barreiras foi a garantia para a mobilização de agentes e instituições locais na promoção do CRD Oeste.

A disponibilização, à comunidade local, dos estudos elaborados motivou a divulgação dos resultados apontados pela pesquisa, assim como a realização de

novos debates através das instituições locais, em especial, os fóruns permanentes de discussão instalados na região de Barreiras; entre eles: a Rede de Gestão Compartilhada, a União dos Municípios do Oeste Baiano e o próprio Conselho Regional de Desenvolvimento do Oeste.

Mesmo após dezoito meses da realização do Seminário, a atuação desta pesquisa ainda é lembrada em editoriais de jornais locais. A edição de Maio de 2007, do Jornal São Francisco, cuja manchete é "Agronegócio: o que falta para ser o modelo de desenvolvimento desejado", traz em sua coluna política uma chamada do projeto "Prefeitura Inteligente". Intitulada "Câmara dos Vereadores carecem de um choque de gestão", esta coluna menciona: que a elaboração da presente pesquisa "chegou a despertar alguma reação, mas logo desistiu; recomendou que se criasse um Observatório de Políticas, certamente que vigiasse a nossa classe política". Parece estar implícita a esta fala a ainda necessária demanda pela atuação de um agente externo atuando em prol do fortalecimento de agentes e instituições locais.

Foram ainda relatadas pelas lideranças entrevistadas, algumas percepções, sejam: uma contribuição local, na medida do reconhecimento do conjunto de atores sociais, para a compreensão maior das relações de governança local; ou, ainda, uma percepção quanto à mudança no vocabulário utilizado pela comunidade local. Mudar as palavras não muda a realidade; mas, aponta para um reconhecimento, mesmo que inicial, de novos conceitos e novos valores.

### **C**ONCLUSÕES

Esta tese pretendeu provar, ao longo do seu desenvolvimento, que a competitividade alcançada, pela região de Barreiras, não se mostrou suficiente para transformar o crescimento econômico em desenvolvimento. O desenvolvimento não é um resultado mais ou menos automático do crescimento econômico. O desenvolvimento é um resultado imaterial ou intangível e, em decorrência, são também intangíveis os fatores que o determinam (Boisier, 1999:42). Estes emergem das teorias de desenvolvimento endógeno, tendo por base a participação.

Barreiras ainda não foi capaz de criar respostas estratégicas ao processo de globalização; mas, por outro lado, apresenta indicativos da possibilidade de mudanças. Há vazios políticos importantes a ocupar; através de novos arranjos institucionais em ações de parceria entre agentes públicos, setor produtivo e sociedade, e, assim, reconhecer, mobilizar e promover o potencial endógeno deste território. Ao mesmo tempo, há manifestações de inconformismo, com o surgimento de lideranças locais com vontade de realizar e que reconhecem no fazer científico um potencial aprendizado.

Tem-se o ponto de partida: o inconformismo, um campo onde se vislumbram oportunidades e não apenas ameaças. Indicativos da possibilidade de mudanças são reconhecidos, e tal como uma energia embrionária, estes precisam adquirir capacidades para então se emancipar. Isto se dá através de um processo lento, mas que deve estar sempre em movimento. A indignação e a rebeldia se fazem necessárias, pois para promover mudanças é necessário ousar e assumir riscos. O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança (Giddens, 2000:34).

Há lideranças locais que se reconhecem como os "indignados de plantão", agentes rebeldes e desejosos por mudanças, os tais "sujeitos portadores de projetos abrangentes de utopias" (Ribeiro, 2007). Sua visão de futuro é composta por imagens vívidas e robustas, construídas de modo lúdico, poético, pleno de sentimentos. Sentimentos não são suficientes, mas são necessários para provocar a vontade de agir. O sonho nos obriga a pensar e ele nos permite ver o presente

também como um "um conjunto de possibilidades não realizado". A ação política não é a arte do possível e sim "a arte de construir a força social e política capaz de mudar a realidade, tornando possível, no futuro, o que hoje parece impossível" (Harnecker, 2000:397). Onde o estilo participativo e o fortalecimento de agentes e instituições locais são, inequivocamente, indícios de um caminho alternativo.

Somos capazes de agir rumo às mudanças? Do que precisamos? É preciso que os agentes e as instituições locais se permitam: experimentar a ousadia e assumir riscos; deixando para trás a apatia, a inércia e se tornando agentes ativos, e através da participação social percorrer caminhos alternativos. É preciso ocupar vazios políticos e institucionais e, assim, romper com as relações de dominação e dependência. Somos capazes ou estamos sendo forçados para além das nossas capacidades?

A realidade aponta que governos locais se mostram, por vezes, incapazes de administrar a inovação, necessitando contar com organizações intermediárias mobilizadoras da coletividade; o mesmo também ocorre com instituições privadas. Por outro lado, não é possível assumir uma visão simplista, e achar que a promoção de políticas de desenvolvimento pode ser articulada apenas por um Estado competente; "com uma competência, aliás, cada vez mais rara" (Meyer-Stamer, 2001:22). As ações de articulação e capacitação entre agentes e instituições são entendidas como premissas básicas para a governança local.

Reconhece-se no fazer científico um potencial aprendizado. É preciso passar do discurso acadêmico ao político, entendendo-os como ações complementares e não incompatíveis. E assim, decidir pela opção que permite pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana.

Este é um jogo que requer múltiplas habilidades, de caráter multidisciplinar, cabendo avançar sobre inúmeras outras questões não suscitadas na presente tese. Há importantes temas que poderiam ser levantados e melhor estudados.

Como avançar na construção de coletividades, entendendo que a participação social é um instrumento de transformação social, territorial e de portadora de consciência coletiva?

Como criar uma atmosfera de transformação e progresso para o aprendizado regional e coletivo? O que é um sistema de aprendizado contínuo que sirva às regiões? Será a capacidade de aprender um posicionamento inteligente frente à globalização.

Como garantir a sustentabilidade de instituições que promovem a governança local? Como investir na formação de novas lideranças e no fortalecimento de instituições locais?

Como criar e acumular poder local? Aliar a ação técnica e a ação política é uma alternativa capaz de garantir as bases do planejamento e da estratégia na construção de um projeto político regional?

Como vencer mitos e preconceitos nas ações de parceria entre agentes públicos e privados? Como aprofundar e enraizar a cooperação e a confiança entre os agentes públicos e privados, num ambiente atravessado pelos mais variados conflitos e interesses?

Há muito por fazer e o tempo é agora, há agentes e territórios demandando respostas urgentes. Para enfrentar o debate por uma outra globalização é preciso construir pontes entre o tempo presente e o tempo futuro, aprender com o passado e construir o futuro, "é preciso dar passos com botas de 7 léguas".

## **REFERENCIAS**

ABLAS, Luiz A. Q. Impactos da nova divisão internacional do trabalho sobre a organização territorial no Brasil. In: Carleilal, L. M., Nabuco, M. R. Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. São Paulo: ANPEC, 1989.

ABLAS, Luiz A. Q. *O "Estudo dos Eixos" como instrumento de planejamento regional*. In: Gonçalves, Brandão e Galvão (orgs.).Regiões e cidades, cidades nas regiões, São Paulo: Editora UNESP e ANPUR, 2003.

ABROMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

AIBA, Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia. *Anuário Região Oeste da Bahia. Safra 2004/2005.* Barreiras: 2005.

AIBA, Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia. *Anuário Região Oeste da Bahia. Safra 2005/2006.* Barreiras: 2006.

AIBA, Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia. *Anuário Região Oeste da* Bahia. Safra 2006/2007. Barreiras: 2007.

ALVES, Vicente E. L. A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola. São Paulo, Revista Agrária n° 2, 2005.

ALVES, Vicente E. L. Barreiras/Luis Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA) Uruçui/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados nordestinos. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.

ALVES, Vicente E. L. *Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses:* Formação Territorial no Império do Agronegócio. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. *A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA, Planejamento e Políticas Públicas, n° 23. Brasília: 2001.

ARROYO, Mónica. *Prefácio* In: Dall'Acqua, Clarisse T. B. Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local. São Paulo, Annablume, 2003.

ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, M. L. (org.) Continente em Chamas – globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

BACELAR ARAÚJO, Tânia e GALVÃO, Antônio Carlos. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional.* MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Secretaria de Programas Regionais Integrados e Secretaria de Programas Regionais – MI, 2003.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *Brasil ATN/NP-9948/BR. Análisis Ambiental de País (AAP) para Brasil – Términos de Referencia. Projects in Brasil.* In: <a href="http://www.iadb.org/projects.index">http://www.iadb.org/projects.index</a>, 2006.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio. *Por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica.* In: BECKER, B. e MIRANDA, M. (org.) A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BECKER, Bertha K. *Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia*. Rio de Janeiro: Revista Território, 1999.

BECKER, Bertha K. BANDEIRA, Pedro S. e TORRES, H. G. Bases para as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional. Brasília, 2000.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: mudanças estruturais e urbanização.* In: Gonçalves, Brandão e Galvão (org.) – Regiões e cidades, cidades nas regiões, São Paulo: Editora UNESP e ANPUR, 2003.

BENKO, Georges e LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent.* Paris: Presses Universitaires de France, PUF, 1992.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1995.

BOISIER, Sergio. *Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa- preta e o projeto político.* Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 13. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1996.

BOISIER, Sergio. Desarrollo descentrado y descentralizado en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

BOISIER, Sergio. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético.* Revista Brasileira de Estudos Urbano e Regional, A.1, n° 2. Recife, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 1999.

BOISIER, Sergio. *Conversaciones sociales y desarrollo regional*. Talca, Editorial da Universidade de Talca, 2000.

BOISIER, Sergio. *Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?* In: Vázquez Barquero, Antonio e Madoery, Oscar (org.) Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrolo Local. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001. Disponível em: <a href="www.cedet.edu.ar">www.cedet.edu.ar</a>.

BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. In: Becker, Dinizar F. e Bandeira, Pedro S (orgs.) Regionais aos Desafios da Globalização. Desenvolvimento local-regional. Respostas regionais aos desafios da globalização, Volume 2. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

BOISIER, Sergio. *Desarrollo territorial y descentralización, el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente*. Eure, Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Vol. XXX, N. 90, pp. 27-40. Santiago, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2004. Disponível em: <a href="www.redalyc.com">www.redalyc.com</a>.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Plano de desenvolvimento econômico. São Paulo.* Palestra proferida na Fundação Konrad Adenauer, "Programa de Treinamento para Formadores da Oficina Municipal", 2004.

CASA CIVIL, Presidência da República. *Uma estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável*, documento de referência da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária. Brasília: 2001.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: econômica, sociedade e cultura.* Vol. 1. A sociedade em rede..São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHOMSKY, Naom; GARCÍA-ALBEA, José E.; MOMPART, Josep. L. Gómez; DOMÈNECH, Antoni e COMAS d'ARGEMIR, Dolors. *Los límites de la globalización*. Barcelona, Editorial Ariel, 2002.

CLAVAL, Paul. Géopolitique et geoestrategie, la pensée politique, l'espace et le territoire au XX<sup>E</sup> Siécle. Condé sur-Noireau, France: Nathan Université, 1996.

CLAVAL, Paul. *An introduction to regional geography*. Oxford: Blackwell Publishers LTd., 1998.

COCCO, Giuseppe. Redes técnicas e redes sociais: problemáticas do desenvolvimento local integrado e sustentável. Relatório Final da Pesquisa firmada através de Convênio FINEP/FNDCT/BID com o LABTeC/EPPG/UFRJ, Rio de Janeiro: 2001.

COSTA, R. H. *Gaúchos no nordeste, modernidade, des-territorialização e identidade.* Tese de Doutoramento apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local. São Paulo, Annablume, 2003.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *O território do desenvolvimento local: práticas de planejamento e gestão territorial.* Apresentação de Trabalho Técnico-Científico no I Seminário Internacional "O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Campus Rio Claro, 2004.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *Prefeitura inteligente: planejamento e gestão territorial do desenvolvimento local.* Exame de qualificação, Doutorado em Geografia Humana, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2005.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *O sistema nacional de planejamento: o atual contexto de territorialização das políticas de desenvolvimento.* Palestra apresentada no evento "Sextas Ambientais", para o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2007. Disponível em: <a href="www.ucb.br/mestradoplan/eventos">www.ucb.br/mestradoplan/eventos</a>.

DE ROO, Priscilla. *O desenvolvimento local pelo prisma das cidades: os contratos de aglomeração na França.* In: A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local. Monié, Frédéric e Silva, Gerardo (orgs.). Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003.

DICKEN, Petter. *Global shift transforming the world economy.* London: Paul Chapman Publishing Ltd., 1998.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. Texto apresentado no painel "Distribuição de Renda: Redução das Disparidades Regionais", como parte da série de painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro, promovido pelo BNDES. Rio de Janeiro: 2002.

DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2ª edição, 2000.

FAIRBANKS, Michael e LINDSAY, Stace. Arando o mar: fortalecendo as fontes ocultas do crescimento em países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2000.

FARINA, E. M. Q. e ZYLBERSZTAJN, D. *Competitividade no agribusiness brasileiro*. IPEA-PENSA, Relatório de Pesquisa, Volume I. São Paulo: IPEA-PENSA, 1998.

FRANÇA, Cássio, VAZ, José Carlos e SILVA, Ivan Prado (orgs.). *Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local.* São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FRANCO, Augusto de. *Cartas rede social*, *antiga carta DLIS*. Disponível em: www.rededlis.org.br

FRANCO, Augusto de. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?* Separata do Número 3 da Revista Século XXI. Brasília: Millennium Instituto de Política, 2000.

FREITAS, Ana Paula, MONTE-MÓR, Roberto e BRAGA, Tânia. Desenvolvimento, meio ambiente e divisão internacional do trabalho, análise empírica para uma região de concentração de indústrias sujas e intensivas em recursos naturais no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, Cedeplar, Texto para Discussão n° 210, 2003.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida.* 2ª edição, Paz e Terra, São Paulo, 2002.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 23<sup>ª</sup> edição, Paz e Terra,São Paulo, 1986

GALVÃO, Antônio C. e BRANDÃO, Carlos A. *Fundamentos, motivações, limitações da proposta governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento".* In: Gonçalves, Brandão e Galvão (orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões, São Paulo: Editora UNESP e ANPUR, 2003.

GIDDENS, Anthony. Más allá de la izquierda y la derecha. Madrid, Cátedra, 1996.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. *Competitividade regional e globalização*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

GOTTMAN, Jean. *The significance of territory*. Charlittesville; The University of Virginia Press, 1973.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Plano estratégico da Bahia 2020.* Secretaria de Planejamento, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Plano plurianual PPA 2204-2007*. Secretaria de Planejamento, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Programa estadual de logística de transportes. PELT BAHIA* Secretaria de Infra-Estrutura, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Elaboração do projeto de macrozoneamento agroecológico do oeste baiano. DERBA, Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia. São Paulo: Engecorps, Magna, Tetraplan, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Projeto nossa região: planejar para desenvolver*. Secretaria de Planejamento, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. *Desenvolvimento do porto do Itaqui: obras de expansão*. São Luis: Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). 2006. Disponível em: <a href="www.portodoitaqui.ma.gov.br">www.portodoitaqui.ma.gov.br</a>.

HADDAD, Paulo Roberto. Análise e avaliação dos impactos urbanísticos, econômicos, sócio-ambientais e logísticos do projeto pólo siderúrgico de São Luis. Governo do Estado do Maranhão, 2004.

HADDAD, Paulo Roberto. *Texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo*. Seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre Arranjos Produtivos Locais, Belo Horizonte: 2004.

HADDAD, Paulo Roberto. *Mineração e desenvolvimento sustentável no Brasil.* Seminário Indústria da Mineração Perspectivas das Próximas Décadas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Brasília: IBRAM, 2004.

HAESBAERT, Rogério. "Gaúchos" e baianos no "novo" nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: Castro, Gomes e Corrêa (orgs.) Questões Atuais da Reorganização do Território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002.

HARNECKER, Marta. Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Microdados da amostra do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico e contagem da população 2001-2004*. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de saneamento básico*. Disponível em: <u>www.ibge.gov.br</u>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produção agrícola municipal*, 2003, 2004 e 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO ETHOS. Agrupamentos de responsabilidade corporativa: alavancando a responsabilidade corporativa para atingir benefícios competitivos nacionais. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, IBGE, UNICAMP/ IE/NESUR, SEADE). Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais, 5 volumes. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2000. Disponível em: <a href="www.ipeadata.gov.br">www.ipeadata.gov.br</a>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Responsabilidade social de empresas*. Relatório 2002 Expo Brasil Desenvolvimento Local. Brasília, Expo e Rede DLIS, 2002.

JANK, M. S. Competitividade do agribusiness brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema carnes. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

KURZ, Roberto. O colapso da modernidade. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

LENÁ, Philippe. *Novos atores sociais, o desenvolvimento sustentável e as organizações não-governamentais*. In: Becker, Bertha K. e Miranda, Mariana (org.). A Geografia Política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Ações de desenvolvimento integrado e sustentável.* Secretaria de Programas Regionais Integrados (SPRI/MI). Brasília: MI, 2002.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Política nacional de desenvolvimento regional.* Secretaria de Programas Regionais Integrados e Secretaria de Programas Regionais (SPRI/MI), BACELAR ARAÚJO, Tânia e GALVÃO, Antônio Carlos. Brasília: MI, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL e MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Amazônia sustentável, Secretaria de Programas Regionais Integrados (SPRI/MI). Brasília: MI, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Casa Civil da Presidência da República. Brasília: MDIC, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Fóruns de competitividade, diálogo para o desenvolvimento. Secretaria de Desenvolvimento da Produção. Brasília: MDIC, 2004.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), 1999.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Estudo da dimensão territorial do PPA*. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (SPI/MP), 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação anual de informações sociais* (*RAIS*), Empregos Formais por Setor de Atividade. Brasília: RAIS/MTE, 2005.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Relatório de Gestão 2006*, VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.. Disponível em: <a href="www.ferrovianortesul.com.br">www.ferrovianortesul.com.br</a>.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional; clusters, política de localização e competitividade sistêmica. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, FES/ILDES, 2001.

MEYER-STAMER, Jörg. Por que o desenvolvimento econômico local é tão difícil, e o que devemos fazer para torná-lo mais eficaz? São Paulo: Fundação Friedrich Ebert FES/ILDES, 2004.

NABUCO, Maria Regina. *A reestruturação industrial e seus efeitos sobre a divisão internacional do trabalho.* In: Carleilal, L. M., Nabuco, M. R. Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. São Paulo: ANPEC, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *O campo brasileiro no final dos anos 80*. In: Stédile, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano.* Disponível em: <a href="www.pnud.org.br/atlas">www.pnud.org.br/atlas</a>.

PORTER, Michael. *A vantagem competitiva das nações.* Rio de Janeiro, Editora Campus, 1993.

PORTER, Michael. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.

PZEEAL. Programa de zoneamento ecológico-econômico para a Amazônia Legal. Brasília: Governo Federal, 1991.

REDE DLIS: DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. *Expo Brasil Desenvolvimento Local*. Belo Horizonte: 2003.

REDE MUNINET. *Informação e Parceria para a Excelência da Gestão Local*. Banco Mundial, Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. 2004. Disponível em: <a href="https://www.muninet.org.br">www.muninet.org.br</a>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Globalização, território e conflitos na produção urbano-metropolitana e experiências de participação social.* Rio de Janeiro, ANPEGE, II Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade e Território, Participação Social e Dinâmicas Espaciais & Colóquio Internacional Metrópoles e Perspectivas, 2007.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *As ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos?* In: Becker, Bertha K. e Miranda, Mariana (org.). A Geografia Política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 3ª edição, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Periodização*. Anotações da disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 2º semestre de 2000a.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Adenilson Rosa dos. *Desenvolvimento local: mito ou realidade? O caso do pólo de confecções de Jequié/BA.* Cadernos de Análise Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Ano 9, vol. 5, n. 1. Salvador, Universidade de Salvador – UNIFACS, 2006.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas, a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio e MADOERY, Oscar (org.) *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local.* Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

VELTZ, Pierre. *Moundialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel.* Paris: Presses Universitaires de France PUF, 1996.

## **ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS**

A TARDE. *Barreiras discute desenvolvimento*. HERMES, Miriam. Jornal A TARDE, Municípios, 19/12/2005, 11.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CREA-SP). *Milton Almeida dos Santos, um cidadão que pensou o mundo*. RIBEIRO, Wagner Costa. Revista CREA-SP, Ano 1, nº 3, Novembro/Dezembro, 2001.

DIÁRIO OFICIAL DE BARREIRAS. *Prefeito Saulo Pedrosa reune-se com Rede de Gestão Compartilhada*. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 1, n° 14. Barreiras, 27 de Julho de 2005. Disponível em: <a href="www.barreiras.ba.gov.br">www.barreiras.ba.gov.br</a>.

DIÁRIO OFICIAL DE BARREIRAS. *União dos Municípios do Oeste Baiano em busca da melhoria da gestão pública*. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 1, n° 18. Barreiras, 3 de Agosto de 2005. Disponível em: www.barreiras.ba.gov.br.

DIÀRIO OFICIAL DE BARREIRAS. *Preservação do Cerrado é tema de debate entre ONGs e Prefeitura*. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 1, n° 23. Barreiras, 10 de Agosto de 2005. Disponível em: <a href="www.barreiras.ba.gov.br">www.barreiras.ba.gov.br</a>.

DIÁRIO OFICIAL DE BARREIRAS. *Prefeito Saulo Pedrosa discute questões ambientais com representantes do IBAMA*. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 1, n° 26. Barreiras, 15 de Agosto de 2005. Disponível em: <a href="https://www.barreiras.ba.gov.br">www.barreiras.ba.gov.br</a>.

DIÁRIO OFICIAL DE BARREIRAS. Seminário promove debate para o desenvolvimento do oeste baiano. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 1, n° 108. Barreiras, 15 de Dezembro de 2005. Disponível em: www.barreiras.ba.gov.br.

DIÁRIO OFICIAL DE BARREIRAS. *Orçamento do Município de Barreiras*. Estado da Bahia, Município de Barreiras, Ano 2, n°480. Barreiras, 04 de Julho de 2007. Disponível em: www.barreiras.ba.gov.br.

FOCUS OESTE. Seminário PONTE para o oeste baiano. Barreiras, 07 de Dezembro de 2005.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO. Agronegócio: o que falta para ser o modelo de desenvolvimento desejado. Barreiras, Ano II, n° 23, Maio de 2007.

JORNAL NOVA FRONTEIRA. *PONTE fomenta união de associações barreirenses.* Barreiras, Janeiro/Fevereiro de 2006.

JORNAL NOVOESTE. *Prognósticos da região são apresentados em reunião.* Barreiras, 04 de Novembro de 2005.

JORNAL NOVOESTE. *A atuação da ONG PONTE Portal Novo Tempo.* Barreiras, 17 de Dezembro de 2005.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Globalização produz países ricos com pessoas pobres.* Entrevista com STIGLITZ, Joseph. O Estado de São Paulo, Economia, 27/09/2006, B9.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. *Prefeito Saulo Pedrosa reune-se com Rede de Gestão Compartilhada*. Notícias, 03/08/2005. Disponível em: <a href="https://www.barreiras.ba.gov.br">www.barreiras.ba.gov.br</a>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. Seminário promove debate para o desenvolvimento do oeste baiano. Notícias, 15/12/2005. Disponível em: www.barreiras.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. *Saulo Pedrosa recebe prefeitos da região*. Notícias, 16/12/2005. Disponível em: <u>www.barreiras.ba.gov.br</u>

## **APENDICE A**

# LISTA DOS ENTREVISTADOS NAS VISITAS REALIZADAS NO 2º SEMESTRE DE 2005

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, Deputado Clóvis Ferraz, Salvador/BA.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA (AIBA), Sérgio Pitt, Barreiras/BA.

CARGILL Complexo Soja, Almerano Rocha, Barreiras/BA.

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (EBDA), Joaquim Santana, Salvador/BA.

ORGANIZAÇÕES ANTÔNIO BALBINO, Radio Barreiras, Tsylla Balbino, Barreiras/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL, Prefeito Paulo Henrique de Oliveira, Angical/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS, Prefeito Saulo Pedrosa, Barreiras/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÂNDIA, Prefeito Robson Ernesto Silva Almeida, Catolândia/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE, Prefeito Antônio Sá Telles, Cotegipe/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTÓPOLIS, Prefeito Antônio Xavier, Cristópolis/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES, Prefeito Oziel Oliveira e Secretário Eduardo Yamashita, Luis Eduardo Magalhães/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO, Prefeito José Nicolau Leite, Muquém do São Francisco/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES, Prefeito Dorgival dos Santos Bonfim e Izupero dos Santos Bonfim, Riachão das Neves/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Prefeito Antônio Augusto de Araújo e Américo Cruz, Santa Rita de Cássia/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO, Prefeito Arnon Pereira Lessa, São Desidério/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOCAS DO BREJO VELHO, Prefeito Gilmar Ribeiro da Silva, Tabocas do Brejo Velho/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY, Prefeito Nelson Rocha Magalhães, Wanderley/BA.

REDE DE GESTÃO COMPARTILHADA DO OESTE DA BAHIA, Coordenadores dos Grupos de Impulsão: Emerson Cardoso (SEBRAE regional), Marcus Nilton (COELBA), Jener Pitombo (EMBASA), Erick Rojas Cajavilca (Faculdade São Francisco de Barreiras, FASB), Érica Barata (Faculdade UNYAHNA), Adriana Mármore (Universidade Estadual da Bahia, UNEB), João Alfredo Santos (Jornal do São Francisco), Barreiras/BA.

SEBRAE Nacional, Unidade de Políticas Públicas: Bruno Quick, Sandro Salvatore e Nair de Andrade; e, Unidade do Agronegócios: Evandro Nascimento, Brasília/DF.

SEBRAE Bahia, Edival Passos e Hilcéia Patriarca, Salvador/BA.

SEBRAE Região Oeste da Bahia, Emerson Cardoso, Barreiras/BA.

SEPLAN/BA, Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia, Superintendência de Planejamento Estratégico: Fausto Azevedo, Agustín Trigo, Júlia Trancoso e Cristina Coelho; e, COMPANHIA DE AÇÃO REGIONAL (CAR), Salvador/BA.

SUPERINTENDÊNCIA DO BANCO DO NORDESTE, Salvador/BA; e, BANCO DO NORDESTE, Agência Barreiras, Barreiras/BA.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE BAIANO (UMOB), Saulo Pedrosa e Pedro Henrique de Oliveira.

UNIFACS Universidade Salvador Campus Oeste, Jener Pitombo, Barreiras/BA.

## APENDICE B

## LISTA DOS ENTREVISTADOS NAS VISITAS REALIZADAS NO 1º SEMESTRE DE 2007

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA (AIBA), Alex Raisa e Johnson.

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS, Gill Arêas, Barreiras/BA.

COMISSÃO VOLUNTÁRIA EM PROL DA SEGURANÇA E PAZ EM BARREIRAS, Gill Arêas, Barreiras/BA.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO OESTE DA BAHIA (CRD Oeste), Jener Pitombo, Barreiras/BA.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO, João Alfredo dos Santos, Barreiras/BA.

ONG PONTE Portal Novo Tempo, Tsylla Balbino, Adail Mena Barreto, Barreiras/BA.

ORGANIZAÇÕES ANTÔNIO BALBINO, Tsylla Balbino, Barreiras/BA.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS, Paulo Baqueiro e José Maria, Barreiras/BA.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS URBANAS E RURAIS DE BARREIRAS (UNACOMB), Izídio Alves Gomes (J.R.), Barreiras/BA.